

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CDPA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas  
com a agricultura**

**Período de Análise: 01 a 31 de Outubro de 2007**

**Área Temática: Questão Fundiária – Movimentos Sociais**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Outubro de 2007

## Índice

<b>Movimentos sociais realizam marcha “pela Terra e pela Vida” no ES – Sítio Eletrônico do MST – 1/10/2007</b> .....	9
<b>Marcha Popular pela Terra e pela Vida tem início no Espírito Santo – Sítio Eletrônico do MST - 01/10/2007</b> .....	9
<b>MST invade órgão federal em Fortaleza – Estado de São Paulo – Nacional – 02/10/2007</b> .....	10
<b>CAMPO MINADO: SEM-TERRA INVADEM INSTITUTO NO PONTAL – Folha de São Paulo – Brasil – 02/10/2007</b> .....	10
<b>Três sem-terra são presos em Fortaleza – Estado de São Paulo – Nacional – 03/10/2007</b> .....	10
<b>Senado investiga 'falso escravo' - Cley Scholz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007</b> .....	10
<b>Onde Bebel brilhou – Zuenir Ventura – O Globo – Opinião – 03/10/2007</b> .....	11
<b>Presidente atende a pedido de movimentos – O Globo – O País – 03/10/2007</b> .....	12
<b>Ministério do Trabalho vai retomar a fiscalização de fazendas – Julianna Sofia – Folha de São Paulo – Brasil – 04/09/2007</b> .....	13
<b>MP investigará ação de fiscal em fazenda no Pará – Folha de São Paulo – Brasil – 04/09/2007</b> .....	14
<b>TRABALHO ESCRAVO - Maurício Hashizume - Da ONG Repórter Brasil – Agência Carta Maior – 06/10/2007</b> .....	14
<b>MST tenta paralisar trens da Vale - Nilson Brandão e Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 08/10/2007</b> .....	16
<b>Em maio, Usina de Tucuruí foi alvo dos sem-terra – Estado de São Paulo – Nacional – 08/10/2007</b> .....	17
<b>Seis ações contra trabalho escravo já foram adiadas Thiago Reis e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 08/10/2007</b> .....	17
<b>Empresa acusa fiscalização de produzir "escravo fantasma" - Thiago Reis e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 08/10/2007</b> .....	19

<b>MST ameaça bloquear linha férrea da Vale do Rio Doce</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 08/10/2007 .....	19
<b>MST realiza Encontro Estadual dos Sem Terrinha, em Pernambuco</b> – Sítio Eletrônico do MST – 08/10/2007.....	20
<b>Sem-terra param usina de álcool</b> - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 09/10/2007 .....	21
<b>Vale obtém decisão contra MST</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 09/10/2007 .....	22
<b>Sem-terra invadem usina de PE em débito com Previdência</b> – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 09/10/2007 .....	22
<b>Sem-terra invadem usina de grande produção de álcool e açúcar em PE</b> – O Globo – O País – 09/10/2007 .....	23
<b>MINISTÉRIO DO TRABALHO X SENADORES</b> – Agência Carta Maior – 10/10/2007 .....	24
<b>Fiscais pedem a exoneração de delegado do trabalho no Pará</b> – Sítio Eletrônico da CONTAG – 10/10/2007 .....	27
<b>Incra promete vistoria e sem-terra deixam usina</b> - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 10/10/2007 .....	29
<b>Usina produtiva que foi invadida deve ser vistoriada pelo Incra</b> – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 10/09/2007 .....	30
<b>Invadida e sob risco de desapropriação</b> – Letícia Lins – O Globo – O País – 10/10/2007 .....	31
<b>Lupi anuncia volta de blitz contra trabalho escravo</b> - Silvia Amorim – Estado de São Paulo – Nacional – 11/10/2007 .....	32
<b>Sem-terrinha marcham pelas ruas do Recife</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 11/10/2007	33
<b>Sem-terrinha visitam o Incra/RS</b> – Sítio Eletrônico do MDA – 11/10/2007.....	33
<b>Sem Terrinha se mobilizam para reivindicar a Reforma Agrária</b> – Sítio Eletrônico do MST – 11/10/2007.....	34
<b>Fiscalização de trabalho escravo recomeça na segunda</b> – Sítio Eletrônico do MST – 11/10/2007 .....	35

**Filhos de sem-terra fazem mobilizações em três Estados** - Evandro Fadel e Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/10/2007..... 41

**Grupo que vive na Bolívia reivindica terra no Brasil** – Estado de São Paulo – Nacional – 15/10/2007 ..... 42

## **Segunda Quinzena**

**Grupo invade obra em Tucuruí** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2007 ..... 42

**Justiça proíbe crianças em marcha do MST** – Folha de São Paulo – Nacional – 17/10/2007 ..... 44

**PF prende no Rio três acusados de trabalho escravo** – Márcia Brasil - Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/10/2007..... 44

**Confronto deixa índios e madeireiros feridos** - Raimundo Garrone – O Globo – O País – 17/10/2007 ..... 44

**Greenpeace é 'sitiado' por madeireiros no Pará** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 18/10/2007 ..... 45

**MST interdita ferrovia da Vale no Pará** – Felipe Bächtold – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/10/2007 ..... 46

**Manifestantes deixam obra de usina de Tucuruí** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/10/2007 ..... 47

**ONG é proibida de sair do Pará com árvore** – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Ciência – 18/10/2007 ..... 47

**TRABALHO ESCRAVO** - Maurício Hashizume e Leonardo Sakamoto – Da ONG Repórter Brasil – Agência Carta Maior – 19/10/2007..... 48

**MST ocupa ferrovia da Vale no Pará** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – 18/10/2007 ..... 49

**TCU tira do cargo superintendente do Inbra no MA** - Suzana Beckman – Estado de São Paulo – Nacional – 18/10/2007 ..... 50

**Sem-terra desocupam ferrovia da Vale no Pará** - Carlos Mendes colaborou Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2007 ..... 51

**MST ainda é risco à segurança, diz companhia** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2007 ..... 52

<b>Torres de energia são derrubadas em TO</b> - Jocyelma Santana colaborou Alaor Barbosa – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2007.....	52
<b>No Pará, Justiça afasta 5 diretores do Incra</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2007.....	53
<b>Sem-terra liberam ferrovia da Vale no PA</b> – Felipe Bächtold e Mariana Salles Folha de São Paulo – Brasil – 20/10/2007.....	54
<b>Sem-terra desocupam ferrovia de Carajás</b> – Leandro Calixto – O Globo – O País – 19/10/2007.....	55
<b>Assentados no PA bloqueiam Transamazônica em protesto</b> - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 20/10/2007.....	55
<b>Sem-terra são intimados a deixar área de ferrovia</b> - Wilson Tosta – Estado de São Paulo – Nacional – 20/10/2007.....	56
<b>Incra pretende excluir 11 assentados de lote em SP</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 20/10/2007.....	57
<b>Estados fazem pacto contra trabalho escravo</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 20/10/2007.....	57
<b>'Lista suja' do governo não reduz trabalho escravo</b> - Silvia Amorim – Estado de São Paulo – Nacional – 21/10/2007.....	57
<b>Presidente da UDR acusa fiscais de radicalismo</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 21/10/2007.....	59
<b>Estudiosos propõem leis mais rigorosas</b> - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 21/10/2007.....	59
<b>Na lavoura de cana, 27 pessoas em 2 cômodos</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 21/10/2007.....	60
<b>Bancada ruralista cresce 58% e barra combate à escravidão</b> – Rubens Valente – Folha de São Paulo – Brasil – 21/10/2007.....	61
<b>Votação esbarra em conceito de trabalho escravo, diz senadora</b> – Rubens Valente – Folha de São Paulo – Brasil – 21/10/2007.....	63
<b>Confronto entre sem-terra e segurança mata 2 no PR</b> – Luiz Carlos da Cruz – Folha de São Paulo – Brasil – 22/10/2007.....	64

<b>Polícia prende 7 por confronto que matou 2 no Paraná</b> - Miguel Portela, Evandro Fadel, José Maria Tomazela e Moacir Assunção – Estado de São Paulo – Nacional – 23/10/2007 .....	66
<b>Júri mantém condenação a 27 anos de prisão para assassino de Dorothy</b> - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 23/10/2007 .....	67
<b>Trabalho degradante</b> – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 23/10/2007 .....	68
<b>Governo reforça vigilância em fazenda invadida no Paraná</b> – Luiz Carlos da Cruz – Folha de São Paulo – Brasil – 23/10/2007 .....	68
<b>Cresce tensão entre governo e produtores</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 23/10/2007.	70
<b>Multinacional nega emprego de pistoleiros</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 23/10/2007	70
<b>Acusado de matar Dorothy Stang é condenado a 27 anos</b> – Sílvia Freire – Folh de São Paulo – Brasil – 23/10/2007 .....	71
<b>Sem-terra e seguranças responderão por mortes</b> - Ana Paula de Carvalho* - O Globo – O País – 23/10/2007 .....	72
<b>Impunidade agrava situação de trabalho escravo no Brasil</b> – Juliano Domingues (Radioagência NP) – Sítio Eletrônico do MST – 23/10/2007 .....	72
<b>Sociedade repudia invasão de propriedade por MST</b> – Sítio Eletrônico da CNA – 24/10/2007 .....	73
<b>Servidores da Funasa são reféns no Amapá</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 24/10/2007 .....	73
<b>Polícia indícia dono de empresa de segurança no Paraná</b> - Miguel Portela – Estado de São Paulo – Nacional – 24/10/2007	74
<b>Julgamento de acusado de mandar matar freira é adiado</b> - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 24/10/2007 .....	75
<b>Sindicalista que liderou invasão de fazenda no Pará é morto a tiros</b> – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 24/10/2007 .....	76
<b>Depois de mortes, sem-terra fecham acesso à fazenda</b> – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 24/10/2007 .....	77
<b>Vale pede a Genro medidas contra MST</b> – Valor Econômico – Brasil - 24/10/2007 .....	77

<b>Dirigentes discutem documento base da Contag</b> – Sítio Eletrônico da Contag – 25/10/2007 .....	78
<b>Confronto do MST com brigada fere 8</b> - Elder Ogliari e Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 25/10/2007 .....	78
<b>Região oeste é o foco dos problemas agrários no PR</b> - Miguel Portela e Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 25/10/2007.....	79
<b>Sem-terra e polícia se confrontam no RS</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 25/10/2007 ..	80
<b>Polícia tenta identificar milícia que age no Pará</b> – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 25/10/2007 .....	80
<b>Ministério Público faz audiência para debater marcha do MST</b> – Sítio Eletrônico do MST- 25/10/2007 .....	82
<b>Sem-terra vão decidir hoje se levam adiante marcha no RS</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 26/10/2007 .....	82
<b>Entidades movem ação contra Requião</b> - Miguel Portela – Estado de São Paulo – Nacional – 27/10/2007 .....	83
<b>Centro especial vai apurar conflitos</b> - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 27/10/2007 .....	84
<b>Reserva ainda é palco de conflitos</b> – Folha de São Paulo – Ciência – 27/10/2007 .....	84
<b>Campo se arma e acirra conflito agrário</b> - João Carlos Magalhães, Sílvia Freire, Matheus Pichonelli, Simone Iglesias, Fábio Guibu E Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 28/10/2007 .....	85
<b>Grupo de elite do MST prepara as invasões no RS</b> – Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 28/10/2007 .....	86
<b>Conflito no Paraná expõe trajetórias de vida opostas</b> – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 28/10/2007 .....	87
<b>Sem-Terra Lembram Morte de Líder e Pedem Saída de Empresa</b> - Folha de São Paulo – Brasil – 28/10/2007 .....	88
<b>Sem-terra e servidores organizam ato em AL</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 29/10/2007 .....	88
<b>Ministério volta a fiscalizar e resgata 90 trabalhadores</b> – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 29/10/2007 .....	89

<b>Denúncias são escassas, diz coordenadora</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 29/10/2007	90
<b>Fiscais Pararam Após Interferência de Senadores</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 29/10/2007 .....	91
<b>Grupo roda atrás de "escravos", mas só encontra armas</b> – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 29/10/2007 .....	91
<b>Fiscalização resgata 43 de condição degradante em MT e PA</b> – Sítio Eletrônico da Contag – 30/10/2007 .....	92
<b>Servidores da Funasa viram reféns em MT</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 30/10/2007 .....	94
<b>Suspeitos de matar sem-terra são soltos</b> – Estado de São Paulo – Nacional – 30/10/2007 .....	94
<b>Seguranças serão soltos no paraná</b> – Folha de São Paulo – Brasil – 30/10/2007.....	94
<b>Ameaça  proteo do consumidor e das águas</b> - Ada Pellegrini Grinover, Antonio Herman Benjamin e Fabio Feldmann – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 31/10/2007 .....	94
<b>MST protesta contra Syngenta por morte de líder</b> - Brás Henrique – Estado de São Paulo – Nacional – 31/10/2007 .....	96
<b>Prorrogada prisão de 15 por fraude na Funasa</b> - Loide Gomes – Estado de São Paulo – Nacional – 31/10/2007 .....	98
<b>Em 15 dias, Grupo Móvel resgatou 88 trabalhadores escravizados</b> – Sítio Eletrônico do MST – 31/10/2007.....	98



## **Movimentos sociais realizam marcha “pela Terra e pela Vida” no ES – Sítio Eletrônico do MST – 1/10/2007**

A partir do dia 1º de outubro acontece a “Marcha Popular pela Terra e pela Vida”, organizada pela Via Campesina do Espírito Santo e pela Rede Alerta contra o Deserto Verde. Cerca de 300 marchantes, entre eles trabalhadores rurais sem terra, pequenos agricultores, quilombolas, indígenas, estudantes e demais integrantes de movimentos sociais do campo e da cidade, vão percorrer a BR 101, partindo do município de São Mateus com destino ao município de Aracruz.

O objetivo da marcha é debater com a população capixaba o projeto de desenvolvimento adotado para o Espírito Santo, sobretudo para o campo, caracterizado pelo plantio de grandes extensões de monoculturas, como o eucalipto e a cana, com destino à exportação; pela geração de pouquíssimos empregos no meio rural e por uma grande degradação ao meio ambiente.

Esse tipo de projeto, que expulsa as populações do campo e provoca inchaço nas grandes cidades, tem recebido apoio sistemático dos governos, por meio de investimentos financeiros para a ampliação de empresas multinacionais como a Aracruz Celulose, em detrimento da agricultura dos camponeses, que produz cerca de 70% dos alimentos básicos para a população.

Os marchantes reivindicam a definitiva demarcação das terras das comunidades quilombolas do Sapê do Norte, tomadas pelo monocultivo de eucalipto da empresa Aracruz Celulose, e a homologação da demarcação das terras indígenas Tupinikim e Guarani, que recentemente tiveram seu direito à terra assegurado pelo ministro da Justiça, por meio da Portaria Demarcatória.

A Marcha Popular pela Terra e pela Vida defende um projeto para o campo baseado na efetiva realização da reforma agrária, na agricultura camponesa, com produção de alimentos saudáveis para a população do campo e da cidade e com a preservação do meio ambiente, garantindo a soberania alimentar.

Durante os dias da Marcha serão realizadas atividades como debates, exposições de filmes e conversas com as comunidades localizadas nos municípios por onde a marcha passar.

## **Marcha Popular pela Terra e pela Vida tem início no Espírito Santo – Sítio Eletrônico do MST - 01/10/2007**

Começou hoje, dia 1º de outubro, a Marcha Popular pela Terra e pela Vida no Espírito Santo. Cerca de 200 marchantes, de vários municípios, saíram em caminhada pelo centro do município de São Mateus, norte do estado, para apresentar a Marcha à sociedade.

O ato de abertura ocorreu na Igreja Velha, onde os diversos movimentos sociais que estão organizando a Marcha enfatizaram a importância de sua ocorrência nesse momento no Espírito Santo.

Durante a noite, a Marcha visita diversas escolas do município de São Mateus para realizar o debate sobre o modelo de desenvolvimento adotado no estado, que prioriza investimentos em grandes empresas e no agronegócio. Amanhã de madrugada, os marchantes seguem a caminhada com destino ao município de Aracruz, onde está situada a transnacional Aracruz Celulose. A próxima parada será em Água Limpa.

### **MST invade órgão federal em Fortaleza** – Estado de São Paulo – Nacional – 02/10/2007

Mil sem-terra invadiram ontem a sede do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), em Fortaleza. Os manifestantes reivindicam a desapropriação de duas áreas do Dnocs no interior do Ceará para reforma agrária. O grupo espera ser recebido pelo diretor-presidente do órgão federal, Elias Fernandes, e diz que só deixa o Dnocs após o encontro. A assessoria de Fernandes informou que somente hoje ele poderá conversar com os agricultores.

### **CAMPO MINADO: SEM-TERRA INVADEM INSTITUTO NO PONTAL** – Folha de São Paulo – Brasil – 02/10/2007

Sem-terra acamparam, por cinco horas, em seis escritórios do Instituto de Terras do Estado de São Paulo na região do Pontal do Paranapanema (SP). Eles protestam contra projeto do governador José Serra (PSDB), que regulariza áreas questionadas na Justiça pelo Estado como sendo devolutas (públicas). O MST diz que os protestos são "ações isoladas de José Rainha Jr."

### **Três sem-terra são presos em Fortaleza** – Estado de São Paulo – Nacional – 03/10/2007

Três sem-terra foram presos ontem durante confronto com a Polícia Militar no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), em Fortaleza, onde grupo do Movimento dos Sem-Terra está acampado. Após prestar depoimento na delegacia os três foram liberados.

### **Senado investiga 'falso escravo'** - Cley Scholz – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/10/2007

Denúncia contra empresa paraense pode ter sido forjada

O caso de um trabalhador com salário de R\$ 2 mil mensais 'libertado' como escravo pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Trabalho Escravo do Ministério do Trabalho será discutido hoje a tarde na Comissão de Trabalho escravo do Senado e pode dar origem a uma investigação sobre os motivos que levaram a fiscalização a autuar a empresa Pagrisa, que funciona há 40 anos em Ulianópolis, no Pará. Os donos acusam os fiscais do Ministério do Trabalho de terem feito uma falsa denúncia, apresentada como a maior autuação contra o trabalho escravo no País, para tentar prorrogar um acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT), que financia programas de fiscalização. O chefe da fiscalização e os donos da empresa serão ouvidos hoje às 15 horas no Senado.

Todos os 1.108 libertados em junho e julho tinham carteira assinada. 'Uma investigação isenta vai mostrar que a Pagrisa jamais utilizou mão-de-obra escrava, temos um largo histórico de responsabilidade social e bom relacionamento com nossos funcionários', diz Marcos Vilella Zancaner, presidente da Pagrisa, que vai depor hoje. Entre os trabalhadores citados como escravos havia cortadores de cana, motoristas, operadores de máquinas pesadas, técnicos de laboratório, jardineiros e porteiros.

A média salarial era acima de R\$ 600. Um mecânico ganhava cerca de R\$ 2 mil e um analista de laboratório de controle de qualidade havia voltado de um treinamento na Escola Superior de Agricultura da USP, no interior de São Paulo, que custou R\$ 4 mil. Dirigentes sindicais da Federação dos Trabalhadores da Agricultura fizeram uma investigação paralela à pedido da Contag e avaliaram que as condições de trabalho não eram degradantes e as demissões determinadas pelo Ministério do Trabalho não seriam necessárias.

#### **Onde Bebel brilhou** – Zuenir Ventura – O Globo – Opinião – 03/10/2007

O Senado parece incansável no esforço de piorar sua imagem junto à opinião pública.

Pois se não bastasse tudo o que Renan Calheiros e sua tropa de elite vêm fazendo nesse sentido, eis que a casa onde Bebel brilhou na semana passada aprontou mais uma. Diante de um minucioso relatório denunciando trabalho escravo na Fazenda Pagrisa, no Pará, enviou ao local uma comissão de cinco senadores, que quase três meses depois do ocorrido não encontrou nada de anormal, claro, e encerrou a visita desqualificando as denúncias dos auditores-fiscais. A operação do Ministério do Trabalho resgatara mais de mil trabalhadores submetidos a degradantes condições de vida, análogas à escravidão.

Em 18 volumes de cinco mil páginas, o documento relata histórias como a de 45 operários cujo pagamento em dois meses seguidos foi de 0,00 de salário líquido. Em lugares com capacidade para 30 trabalhadores, estavam alojados 50. Havia um esgoto a céu aberto que era despejado na represa utilizada pelos empregados para tomar banho e lavar roupa., diz outro trecho, acrescentando que a própria empresa admitiu que o ambulatório médico registrou 38 casos de sintomas de diarreia que poderiam estar relacionados à alimentação..

Quanto aos remédios, o relatório apurou que um medicamento que custava R\$ 13 em Marabá era vendido na fazenda por R\$ 23,20.

Os proprietários da fazenda reclamaram de excesso por parte dos fiscais e negaram maus-tratos a seus trabalhadores, como se esperava que fizessem.

Estavam no papel deles. Estranha foi a atitude do Senado, a começar por ter escolhido, entre 520 ações que estão em curso, justamente essa da Pagrisa, só ela. O ministro Carlos Lupi ficou surpreso e não entendeu como e por que a empresa conseguiu tantos apoios.. Como partiu com um certo atraso, a comissão formada pelos senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Kátia Abreu (DEM-TO), Cícero Lucena (PSDB-PB), Romeu Tuma (DEM-SP) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) encontrou lá não mais os abusos denunciados, mas os excessos dos fiscais.

Um detalhe dá a medida do grau de independência dos enviados: Flexa Ribeiro, líder do grupo, viajou em avião da empresa que devia ser investigada.

.Os empresários apenas viabilizaram minha ida ao local., justificou-se candidamente. E se indignou com a repercussão que o caso teve. .A polêmica denigre (sic) a imagem do Pará e do Brasil.. Do Pará e do Brasil, não sei. Mas a do Senado certamente que sim. Não por acaso, 73% dos internautas que acabam de ser ouvidos numa pesquisa se manifestaram favoráveis ao seu fim. Na visão dos votantes, não importa que os (poucos) justos também paguem pelos (muitos) pecadores. O que eles querem é varrer a instituição da face do país. Trata-se de uma proposta muito radical. Basta varrer por dentro.

### **Presidente atende a pedido de movimentos – O Globo – O País – 03/10/2007**

Manifestantes esperam Lula; depois ministros os recebem

BRASÍLIA. Representantes da Central de Movimentos Populares encontraram-se ontem de manhã com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na saída do Palácio da Alvorada.

O presidente atendeu ao pedido dos manifestantes para sair do carro oficial.

O grupo pediu que Lula intercedesse para que ministros os atenda.

Poucas horas depois, eles foram atendidos, no Palácio do Planalto, pelos ministros da Casa Civil, Dilma Rousseff, do Planejamento, Paulo Bernardo, da Secretaria Geral, Luiz Dulci, além do vice-presidente da Caixa Econômica Federal, Jorge Hereda.

Da audiência improvisada, saíram com a promessa de que a reivindicação de ter acesso a recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social será atendida.

De acordo com Luiz Gonzaga da Silva, o Gegê, membro do Diretório Nacional do PT e irmão do cantor e compositor Chico Cesar, o movimento, que já participa do conselho gestor do Fundo, queria ter acesso direto a recursos para construir casas populares por meio de cooperativas.

Em sua avaliação, a verba liberada vai "para as empreiteiras, os governos, e não para quem mais precisa".

Antes de serem atendidos pelos ministros, Gegê reclamou do tratamento nos ministérios.

. Não vale a pena ir direto aos ministérios. Queremos chegar ao presidente . afirmou, esquecendo que já havia estado com Lula minutos antes.

Depois da reunião, Gegê afirmou que o movimento viu sua reivindicação atendida e que agora irá preparar um projeto de habitação popular para ter acesso aos recursos.

**Secretária Ruth Vilela deve pedir ajuda ao serviço de inteligência para dar segurança aos fiscais; senador do PSOL afirma que Casa errou ao criar comissão**

O Ministério do Trabalho deverá retomar na próxima semana as ações dos grupos móveis de combate ao trabalho escravo. Segundo a secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Vilela, a fiscalização poderá pedir ajuda do serviço de inteligência do governo federal para realizar as operações em campo e garantir a segurança dos fiscais. A fiscalização está suspensa desde o início da semana passada, quando a Secretaria de Inspeção do Trabalho decidiu paralisar as atividades depois que um grupo de senadores contestou a atuação dos fiscais em uma empresa que produz álcool no Pará, a Pagrisa. Ontem, depois de reunião extraordinária da Conatrae (Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo), Ruth Vilela afirmou que hoje e amanhã se encontrará com os coordenadores dos oito grupos móveis para discutir a retomada dos trabalhos: "No mais tardar na próxima semana voltaremos aos trabalhos aos poucos".

A secretária quer que sejam garantidos os direitos já previstos por lei de autonomia e independência dos fiscais em suas ações. A principal reclamação de Vilela é que, durante a ação fiscal ocorrida na Pagrisa, em que foram libertados 1.064 trabalhadores, houve interferência de autoridades para tentar impedir a atuação da empresa: o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) teria chegado ao local com outras pessoas em um avião da própria Pagrisa.

Na reunião da Conatrae, o senador José Nery (PSOL-PA), presidente da subcomissão de combate ao trabalho escravo, disse que vai propor a extinção da comissão externa do Senado que trata sobre o caso Pagrisa. Segundo ele, foi "um equívoco" a formação da comissão externa e, depois de fechado o relatório sobre a visita dos senadores à empresa, os trabalhos deveriam ser encerrados.

Nery acrescentou que, na audiência da comissão especial em que auditores fiscais e os donos da empresa ficaram frente a frente, representantes da Pagrisa não apresentaram as provas esperadas de que houve abuso por parte da fiscalização do Ministério do Trabalho. "Foram apenas insinuações e falácia. As provas que esperávamos para contestar o relatório da fiscalização não foram apresentadas", afirmou o senador.

Durante a reunião do Conatrae, o ministro Paulo Vannuchi (Direito Humanos) disse que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sugeriu que o episódio da Pagrisa seja usado para uma contra-ofensiva dos órgãos e entidades que combatem o trabalho escravo. Segundo o ministro, o presidente propôs a realização de uma campanha nacional sobre o tema.

**MP investigará ação de fiscal em fazenda no Pará** – Folha de São Paulo – Brasil – 04/09/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - O Ministério Público Federal instaurou um procedimento de investigação criminal para apurar a atuação do auditor-fiscal Humberto Célio Pereira na libertação de 1.064 trabalhadores em condições análogas à escravidão na empresa Pagrisa, em Ulianópolis (417 km de Belém), em julho deste ano.

Pereira coordenou a ação do Ministério do Trabalho. Ele é acusado pela Pagrisa de abuso de autoridade, constrangimento ilegal, ameaça e falsificação de documento. O procurador da República no Pará, Marcelo Ribeiro de Oliveira -o mesmo que assinou a denúncia contra os irmãos Zancaner, donos da usina- aceitou representação de advogados da fazenda Pagrisa.

**Outro lado** - Pereira informou que ainda não foi notificado e que, por isso, não se pronunciará. (**JOÃO CARLOS MAGALHÃES e THIAGO REIS**)

**TRABALHO ESCRAVO** - Maurício Hashizume - Da ONG Repórter Brasil – Agência Carta Maior – 06/10/2007

Fiscais pedem a exoneração de delegado do trabalho no Pará

Pedido de exoneração do delegado Fernando Coimbra, da Regional do Trabalho do Pará, foi aprovado em encontro nacional dos auditores fiscais do trabalho. Ele alega ter ido à Pagrisa para defender a sua entidade.

SÃO PAULO - O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) pediu oficialmente a exoneração do titular da Delegacia Regional do Trabalho do Pará (DRT-PA), Fernando Coimbra. O anúncio foi feito pela presidente da entidade, Rosa Campos Jorge, na reunião extraordinária da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) realizada na última quarta-feira (3), na capital da República.

Conforme decisão do conjunto dos auditores reunidos no 25º Encontro Nacional da categoria ocorrido em Belo Horizonte (MG), o Sinait protocolou uma carta endereçada ao ministro Lupi em que afirma que Fernando fez parte de uma comitiva que tentou "intimidar, frustrar e colocar obstáculos" à fiscalização do trabalho realizada pelo grupo móvel na fazenda Pagrisa. A conduta do delegado, segundo a entidade, feriu "o princípio da moralidade no serviço público e os preceitos básicos da Convenção nº 81, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da qual o nosso País é signatário -, que exige independência e não intervenção na ação fiscal".

Fernando Coimbra - que não é funcionário concursado, ganhou projeção como dirigente do PDT no diretório municipal de Belém (PA) e fez parte do Sindicato Rural de Redenção, Pau D'Arco e Cumaru do Norte, que congrega os proprietários rurais - integrou uma comitiva que saiu da capital do Pará em avião fretado para uma visita in loco à Pagrisa ainda quando o grupo móvel estava na propriedade da família Zancaner. Compuseram a comitiva o presidente da Associação Comercial do Pará (ACP) Altair Vieira, o presidente da Federação de Agricultura do Estado do Pará (Faepa) Carlos Fernandes Xavier, o então presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) Sidney Rosa, o presidente da Federação de Comércio do Estado do Pará (Fecomércio) Carlos Max Tonini e a presidente da secção do Pará da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PA) Ângela Serra Sales.

O delegado classificou o pedido do Sinaít como um "grande equívoco". De acordo com Fernando, ele esteve na Pagrisa com o intuito de defender e preservar o trabalho da fiscalização da DRT-PA. "Fui para deixar claro que os dois universos fiscalizados eram bem diferentes. Nas fiscalizações anteriores [promovidas pela DRT-PA] ocorridas em fevereiro e março [ocasiões essas nas quais não houve flagrante de prática de trabalho escravo], havia cerca de 500 pessoas na fazenda. Era época de entressafra", justificou. "Poderia haver um aparente choque entre as duas fiscalizações [do DRT-PA e do grupo móvel do governo federal]. Fui até lá em defesa da instituição que represento para evitar qualquer situação que venha a denegrir a imagem da delegacia regional. A minha presença se justificava porque isso faz parte das minhas atribuições. Não há nenhum absurdo nisso".

Segundo Fernando, que já conversou com o ministro Carlos Lupi, "não havia qualquer motivação política" na ação da comitiva da qual ele fez parte. "Jamais interferi na fiscalização que estava sendo feita pelo grupo móvel. Não há um pronunciamento meu, em todas as matérias publicadas pela imprensa a respeito da Pagrisa, sobre o mérito da fiscalização que estava em andamento". Houve, na visão do delegado, um "mal entendido". A assessoria de imprensa do MTE declarou à Repórter Brasil que a pasta não tem nenhum comentário a fazer sobre o assunto neste momento. "Se a intenção era defender a instituição, a presença dele na Pagrisa, justamente no momento da fiscalização, não era necessária", contestou Rosa, do Sinaít. "Houve um flagrante de trabalho escravo pelo grupo móvel. Não era necessário defender as fiscalizações anteriores. Para nós, essa justificativa não procede", continuou Rosa. "O delegado teria que evitar qualquer interferência na fiscalização do grupo móvel do governo federal na Pagrisa. Afinal, ele é um representante do Poder Executivo. E isso ele não fez", concluiu.

O procurador Luiz Antônio Fernandes afirmou que Fernando Coimbra fez parte de "uma comitiva que foi convocada pela empresa com o claro intuito de pressionar o trabalho do grupo móvel de fiscalização". Lembrou ainda que o delegado freqüentou a sala da diretoria da empresa enquanto o grupo móvel estava reunido em outra sala da sede da empresa. De acordo com ele, uma procuradora do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da 8ª Região, de Belém (PA), também foi convidada para fazer parte da comitiva que foi até a Pagrisa, mas resolveu recusar o convite depois de conversar com o próprio Luiz Antônio Fernandes, que atua ordinariamente na PRT da 5ª Região, na Bahia.

Leia mais em [www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)

**MST tenta paralisar trens da Vale** - Nilson Brandão e Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 08/10/2007

Companhia recorreu à Justiça para assegurar que forças militares garantam o funcionamento da ferrória

Um grupo comandado pelo Movimento dos Sem-Terra (MST) tentou ontem, em Parauapebas, no município de Carajás (PA), paralisar o tráfego de trens na Estrada de Ferro Carajás, que liga a unidade de produção da Companhia Vale do Rio Doce na região a São Luís (MA). Para se precaver, a Vale, que opera a ferrovia, recorreu à Justiça do Pará ontem à tarde, solicitando um interdito proibitório, mecanismo que, se concedido, determinará que forças militares garantam o funcionamento da estrada de ferro.

Ontem, por volta das 10h30, 30 militantes do MST se sentaram sobre a via férrea, na tentativa de interromper o tráfego, mas não tiveram êxito. Depois de rechaçados, os manifestantes resolveram acampar numa região próxima, deixando sinais de que pretendem prosseguir com o protesto. A Vale disse que a presença dos invasores na região traz “um clima de insegurança para a operação (da ferrovia)” e a empresa teme uma nova invasão e danos aos trilhos.

**DE PRONTIDÃO** - Em Parauapebas, o comando do MST informou que seu objetivo é reunir 2 mil pessoas, em sua maioria agricultores sem-terra acampados em várias fazendas invadidas na região, para realizar uma passeata na cidade contra a privatização da Vale e depois paralisar o tráfego na linha férrea. As unidades do Exército em Marabá estão em alerta, prontas para ocupar, a qualquer momento, o pátio da ferrovia.

Um oficial negou, no entanto, que a Vale tenha solicitado ao Ministério da Defesa que enviasse tropas federais a Parauapebas. E lembrou que a Estrada de Ferro Carajás não pertence à Vale, mas à União, o que, por si só, justificaria o envio do Exército se os manifestantes do MST a bloquearem. As Polícias Federal e Rodoviária Federal, além da Militar do Pará, também estão de sobreaviso, principalmente à altura de Vila Palmares II, onde os sem-terra montaram o quartel-general de seu acampamento provisório.

A maior justificativa para a ação, disse o comando do MST na região, foi que o plebiscito organizado no dia 7 de setembro pelo Grito dos Excluídos teria sido amplamente favorável à reestatização da Vale. O resultado da consulta popular coordenada pelo movimento será anunciado hoje em Brasília pelo líder nacional do MST, João Pedro Stédile.

“Ninguém falou em colocar bombas ou arrancar trilhos, mas o protesto será feito para chamar a atenção do País para um problema grave, que foi a privatização da empresa, a preço de banana, feita durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso”, disse em Marabá um dos coordenadores do protesto do MST, que se negou a revelar o próprio nome.

Segundo o MST, 64 organizações apoiaram o plebiscito, entre elas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), várias pastorais sociais, a Central Única dos



Trabalhadores (CUT) e a União Nacional dos Estudantes (UNE). O processo de votação informal também foi apoiado pelo PT, por decisão do 3º Congresso Nacional da legenda.

A ferrovia ficou interditada ontem por mais de uma hora, mas não por causa da ação do MST: uma carreta a serviço da Vale teve de ficar atravessada nos trilhos para que uma enorme peça transportada por ela fosse transferida para um vagão e levada à usina de minério de ferro. Concluída a operação, a ferrovia foi liberada.

Segundo a Vale do Rio Doce, a linha ferroviária entre o Pará e o Maranhão conduz diariamente cerca de 1.300 pessoas, além de transportar a produção da empresa até o Porto de Itaquí, em São Luís, e trazer, da capital maranhense, o combustível usado no abastecimento da região Sul do Pará.

### **Em maio, Usina de Tucuruí foi alvo dos sem-terra – Estado de São Paulo – Nacional – 08/10/2007**

Em 23 de maio último, 600 pessoas comandadas pelo MST, a Via Campesina e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), ocuparam as instalações de controle da Usina de Tucuruí, no sudeste do Pará. Os sem-terra queriam chamar a atenção para a situação de famílias desalojadas pela formação do Lago de Tucuruí.

Sem comida e cercados por 400 homens do Exército, os invasores ameaçaram resistir. Mostraram que tinham bombas de fabricação caseira e sugeriram que poderiam explodir vários carros da Eletronorte alinhados em frente à sede invadida. Acabaram saindo ante o compromisso de negociações com o Ministério de Minas e Energia e a Eletronorte.

Na época, o governo reclamou que a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) se mostrou incapaz de prever a invasão. Recentemente, quando foi indicado para dirigir a agência, o delegado Paulo Lacerda admitiu que ela teve intervenções atrasadas em casos estratégicos, como a invasão de Tucuruí.

### **Seis ações contra trabalho escravo já foram adiadas Thiago Reis e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 08/10/2007**

**Fiscalização está suspensa desde que senadores contestaram operação no Pará - Segundo o Ministério do Trabalho, as operações que não foram cumpridas serão retomadas e as blitz voltarão nesta semana**

Os grupos móveis do Ministério do Trabalho já deixaram de fazer seis operações de combate ao trabalho escravo após receberem 18 denúncias de condições degradantes pelo país. As operações foram canceladas; não houve visitas às fazendas. O prejuízo resulta da polêmica em torno da usina Pagrisa, no Pará.

A pasta suspendeu as fiscalizações dos oito grupos especiais após senadores contestarem a libertação de 1.064 trabalhadores da Pagrisa e criarem uma comissão para apurar excessos da fiscalização.

Para o frei Xavier Plassat, coordenador do programa de combate ao trabalho escravo da CPT (Comissão Pastoral da Terra), os trabalhadores foram os maiores prejudicados pela paralisação decorrente da briga política. "Há um prejuízo enorme para os trabalhadores e para a própria credibilidade da política de erradicação do trabalho escravo", diz.

Segundo ele, porém, é compreensível a atitude da secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Vilela, dada a intervenção dos senadores. "Essa questão toda é um divisor de águas, que manifesta a extrema força de vontade de acabar com esse tipo de escravidão no país."

Entre as denúncias não apuradas pelos grupos móveis até agora está a de um grupo de trabalhadores no Pará que está impedido de voltar para casa em razão de dívidas contraídas com o empregador.

Segundo a denúncia, eles chegaram à fazenda com a promessa de ganhar mais do que recebem e de o "gato" (o agenciador da mão-de-obra) pagar as despesas com alimentação, o que não está acontecendo.

À CPT os trabalhadores dizem que no último mês comeram carne só uma vez e que pela manhã tomam café preto e farinha. A água, segundo eles, é a mesma servida aos animais.

Em outra denúncia de exploração, há o relato de que um funcionário de uma propriedade também no Pará carrega na cintura um revólver calibre 38 como forma de ameaça a quem pretenda fazer queixas ou tentar deixar o local.

**Blitze** - Os grupos móveis são formados por fiscais do Ministério do Trabalho e policiais federais, acompanhados por procuradores do Trabalho. Eles foram criados em 1995. Neste ano, pela primeira vez, deixaram de atender a uma ocorrência.

As blitze, no entanto, devem voltar a acontecer na próxima semana. Segundo o ministério, as seis operações não cumpridas foram apenas adiadas e serão retomadas. Para Vilela, é preciso que, após a volta dos trabalhos dos grupos, sejam garantidos os direitos já previstos por lei de autonomia e independência dos fiscais em suas ações.

**Empresa acusa fiscalização de produzir "escravo fantasma" - Thiago Reis e João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 08/10/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA - A Pagrisa acusa o Ministério do Trabalho de libertar, durante a blitz à usina em julho, 22 trabalhadores que não haviam nem começado a trabalhar. Segundo a empresa, o Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Trabalho Escravo criou assim um novo tipo de trabalhador: o "escravo fantasma".

"Havíamos contratado 22 funcionários para trabalhar em várias áreas em 28 de junho. Eles iriam começar a desempenhar suas funções no dia seguinte. Os fiscais do grupo móvel impediram que começassem a trabalhar em 29 de junho, alegando que a empresa mantinha seus funcionários em condições análogas à de escravos. O grupo móvel inventou o escravo fantasma", diz, em nota, Fernão Villela Zancaner, diretor-adjunto da Pagrisa. Ele afirma que não foi difícil convencer os trabalhadores a ingressar na lista dos que queriam deixar a empresa. "Ao acusar a Pagrisa de trabalho escravo, os fiscais se utilizaram da lei que permite oferecer três meses de seguro-desemprego a qualquer trabalhador."

**Outro lado** - De acordo com o ministério, "o contrato de trabalho passa a produzir efeitos jurídicos independentemente do início da prestação dos serviços".

"Os trabalhadores já estavam à disposição da empresa. Os acertos rescisórios são realizados na presença do advogado, contador ou preposto da empresa. Para que esse acerto final seja feito, o empregador deve reconhecer a existência do vínculo de emprego", diz o órgão.

"Pela lei, ele pode contestar e, neste caso, a fiscalização ou o procurador encaminham o caso ao Judiciário para discutir a existência ou não da relação de emprego. Se o empregador faz o acerto e anota a CTPS [carteira de trabalho], estará reconhecendo o vínculo. Os auditores não têm poder de reconhecer o vínculo, se este for contestado pelo empregador." (**JCM e TR**)

**MST ameaça bloquear linha férrea da Vale do Rio Doce – Folha de São Paulo – Brasil – 08/10/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA DA SUCURSAL DO RIO - Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ameaçaram interditar ontem uma ferrovia da Companhia Vale do Rio Doce, em Parauapebas (735 km de Belém).

Segundo a Polícia Militar, por volta das 6h30, cerca de 30 militantes ameaçaram bloquear um trecho da Estrada de Ferro Carajás próximo ao assentamento Vila dos Palmares 2 -e cancelaram o ato por volta das 7h.

Ainda de acordo com a PM, o ato visava chamar a atenção para um plebiscito informal sobre a reestatização da Vale, cujo resultado deve ser divulgado hoje em Brasília. A Vale do Rio Doce informou, por meio de sua assessoria, que entrou na Justiça contra o

MST, pedindo que seja tipificado como crime o bloqueio da linha férrea. Para a Vale, impedir o tráfego de trens prejudica, além dos negócios da empresa, o abastecimento de combustível na região e 1.300 passageiros.

A reportagem tentou contato com o MST e com o comitê do plebiscito durante toda a tarde e início da noite de ontem, sem sucesso.

### **MST realiza Encontro Estadual dos Sem Terrinha, em Pernambuco – Sítio Eletrônico do MST – 08/10/2007**

Nos dias 10 e 11 de outubro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) realiza o 10º Encontro Estadual dos Sem Terrinha, em Recife, Pernambuco. Cerca de 4 mil crianças de 7 a 14 anos, vindas de assentamentos e acampamentos do MST e CPT de todo o estado, participam do encontro no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães.

O encontro "10 anos de memória: rompendo cercas, fazendo história" comemora os 10 anos de encontros dos Sem Terrinha no estado. Durante o Encontro haverá homenagens a antigos Sem Terrinha, oficinairos, estudantes e jovens de diversos grupos e organizações que durante esse período contribuíram com a formação da identidade dos Sem Terrinha por meio de oficinas e atividades educacionais e culturais.

Além da comemoração o Encontro também terá como objetivo a reflexão e a reivindicação. Apresentações culturais como o Teatro Ri-fi-fi no Picadeiro e o Coco de Umbigadinha estarão aliadas a discussões e debates dos Sem Terrinha sobre "Como fazer a escola transformando a História?".

Na quinta-feira, dia 11, os Sem Terrinha marcharão da Praça do Internacional, no Derby, até o Palácio do Governo, onde uma comissão fará audiência com o governador Eduardo Campos (PSB), apresentando a pauta de reivindicações elaborada pelos Sem Terrinha durante o encontro.

#### **Programação:**

- 10/10 - quarta-feira
  - 8h - Recepção com atividades culturais Banda de lata, brincantes, educadores populares, círculos populares de esporte e lazer;
  - 10h30 – Abertura
  - 14h - Debate "Como fazer a escola transformando a História?"
  - 16h – Plenária
  - 17h - Teatro Ri fi fi no Picadeiro
  - 19h - Festa dos 10 anos do Encontro dos Sem Terrinha com apresentações do Coco de Umbigadinha e Ala Fim Mi Mi
- 11/10 - quinta-feira
  - 8h - Marcha até o Palácio do Governo
  
  - 9h30 - Audiência com Governador Eduardo Campos
  - 14h – Encerramento

**Sem-terra param usina de álcool** - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 09/10/2007

Ação reúne quatro grupos; empresa alega prejuízo diário de R\$ 600 mil

**Ipojuca** - Sem-terra coordenados por quatro movimentos que lutam pela reforma agrária em Pernambuco ocuparam na madrugada de ontem a Usina Salgado, no município de Ipojuca, uma das dez maiores produtoras de álcool do Estado, que se encontra em plena safra de cana-de-açúcar.

Numa ação conjunta, Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (Fetape), Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf), Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) e Comissão Pastoral da Terra (CPT) reivindicam a desapropriação da usina por conta de dívidas fiscais. A empresa classificou a invasão de “absurda” e alega prejuízo diário de R\$ 600 mil com a paralisação de suas atividades.

Segundo os manifestantes, a ocupação inaugura a luta por um novo conceito de reforma agrária, que prevê a desapropriação de empresas produtivas que possuam dívidas com o governo federal. Eles acusam a Usina Salgado de ter débitos de R\$ 83 milhões com o INSS e de ocupar irregularmente terras da União. A área total da Salgado é de 15 mil hectares.

O superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Abelardo Siqueira, apoiou a ação. “Se for desapropriar terra só pela improdutividade, não tem reforma agrária em Pernambuco”, disse, após reunião com os líderes dos quatro movimentos. “O estoque de terras no Estado é zero e há uma demanda de 30 mil famílias sem-terra.”

**PAC** - Os movimentos dizem não ser contra a produção de álcool, mas contra a monocultura da cana. Eles querem um “PAC da reforma agrária”, pelo qual o governo Lula patrocine a inclusão dos sem-terra num plano de desenvolvimento baseado em empresas comunitárias ou cooperativas populares. Os sem-terra assumiriam a produção em um modelo de autogestão, com diversificação de culturas e em condição de disputar mercado.

“Reforma agrária com terra e enxada está ultrapassada”, resumiu o dirigente nacional do MLST, Josival Oliveira. “Para avançar na reforma agrária temos de fazer parte do processo industrial.” O argumento foi completado pelo presidente da Fetape, Aristides Santos. “O lucro sai das mãos de poucos para ser transferido em forma de benefício para os trabalhadores.”

Plácido Júnior, da direção estadual da CPT, afirmou que crescimento com inclusão social é incompatível com o modelo da Usina Salgado. “Está nas mãos de apenas uma família, gerando miséria, sonegação, ocupação ilegal das terras públicas e monocultura, em plena região metropolitana”, criticou.

**REINTEGRAÇÃO** - À tarde, o juiz da comarca, Haroldo Carneiro Leão Sobrinho, concedeu liminar de reintegração de posse à usina e determinou multa de R\$ 5 mil para os invasores no caso de nova ocupação. Uma oficial de Justiça fez a notificação, mas os manifestantes não aceitaram sair. A direção da empresa preferiu esperar uma saída pacífica hoje. Os movimentos aguardam a presença de representantes do governo federal para negociar.

Os organizadores estimaram em 2 mil os participantes da ocupação. Para a usina, foram 700. O Movimento dos Sem-Terra (MST) não aceitou convite para integrar a ação.

#### **Vale obtém decisão contra MST – Estado de São Paulo – Nacional – 09/10/2007**

A Companhia Vale do Rio Doce divulgou nota ontem informando que obteve na Justiça Federal de 1ª instância, em Marabá (PA), liminar de interdito proibitório que determina aos “integrantes ou não do MST” que se “abstenham da prática de atos atentatórios contra a Estrada de Ferro Carajás”. Segundo a Vale, o MST invadiu ontem a estrada de ferro, em Parauapebas, mas “não conseguiu” parar os trens. A empresa diz que sem-terra continuam acampados próximos à ferrovia. “A informação que circula na região é a de que o MST deseja chamar a atenção para a divulgação do resultado do plebiscito realizado na Semana do Grito dos Excluídos, que questionou o processo de privatização da CVRD”, alega a nota. A Justiça autorizou, se for necessária, “requisição de reforço policial para a execução” da determinação.

#### **Sem-terra invadem usina de PE em débito com Previdência – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 09/10/2007**

**MLST alega problemas trabalhistas e ambientais para justificar desapropriação - Usineiros negam existência de problemas ambientais e trabalhistas; Judiciário já concedeu a reintegração de posse e notificou invasores**

Agricultores de quatro movimentos de apoio aos sem-terra invadiram ontem, em Ipojuca (a 70 km de Recife), uma usina de cana-de-açúcar em plena produção. O grupo exige a desapropriação da empresa com base em um "novo conceito" de reforma agrária que desejam ver implantado pelo governo.

Os sem-terra usam o conceito de função social da terra para reivindicar a desapropriação de áreas produtivas com problemas trabalhistas, ambientais ou dívidas com a União. A usina Salgado, uma das maiores do Estado, foi invadida porque "deve R\$ 85 milhões à Previdência, tem problemas ambientais e trabalhistas", disse o dirigente nacional do MLST (Movimento de Libertação dos Sem-Terra), Josival Oliveira. "Se o governo não cobra, nós executamos a dívida", afirmou.

Chamado para intermediar a crise, o superintendente do Incra em Recife, Abelardo Siqueira, apoiou os sem-terra: "Se a usina deve realmente R\$ 85 milhões, eles fizeram a ação correta. Se for verdade, vamos trabalhar para concretizar a primeira desapropriação por dívidas ao governo no Estado." Em Brasília, o Incra informou que a União já usa critérios ambientais, trabalhistas e relativos a dívidas nas desapropriações.

Além do MLST, também estão na área militantes da CPT (Comissão Pastoral da Terra), da Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) e da Fetape (Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco). Segundo os organizadores da invasão, participaram da ação 1.500 lavradores. De acordo com a usina, foram 700 os invasores.

Eles tomaram a propriedade às 4h e paralisaram a usina, que processa 6.000 toneladas de cana por dia e deve produzir na atual safra 15 milhões de litros de álcool e 1,5 milhão de sacas de açúcar de 50 kg. O prejuízo é de R\$ 600 mil por dia, segundo os proprietários, integrantes da família do ex-deputado federal Marcos Queiroz (PSB). Os usineiros negam a existência de problemas ambientais e trabalhistas. Dizem que há débitos com a Previdência, mas dizem que também há créditos e que o processo de acerto de contas está em negociação.

À tarde, a empresa, que emprega 3.500 pessoas na safra, entrou com pedido de reintegração de posse. Foi atendida. Os invasores foram notificados.

### **Sem-terra invadem usina de grande produção de álcool e açúcar em PE – O Globo – O País – 09/10/2007**

Acessos são bloqueados por invasores; Justiça determina desocupação Letícia Lins ´ IPOJUCA (PE). Trabalhadores rurais sem terra ligados a quatro movimentos sociais invadiram ontem a Usina Salgado, bloquearam a passagem de caminhões com cana e conseguiram paralisar as máquinas da indústria, que produz 12 mil sacas de açúcar e cem mil litros de álcool por dia.

Foi a primeira vez que grupos diferentes se uniram em Pernambuco para ocupar uma empresa.

E anunciaram que a partir de agora vão atuar em conjunto no Fórum dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Segundo os lavradores, duas mil pessoas participaram da ocupação. A direção da usina disse que são 700 manifestantes, que estão acampados em barracas de plástico.

A usina, considerada uma das mais produtivas do estado, foi acusada pelos sem-terra de ter débitos de R\$ 83 milhões com o INSS e outros R\$ 99 milhões em impostos. Eles pedem que as dívidas sejam convertidas em terras para os lavradores.

O juiz de Ipojuca, Luiz Haroldo Carneiro Leão Sobrinho, deu liminar de reintegração de posse à Usina Salgado, e mandou um oficial de Justiça avisar aos lavradores da medida, mas os trabalhadores se recusaram a deixar o local. A usina informou que espera até hoje a saída pacífica dos sem-terra.

Os movimentos que participaram da invasão são: CPT (Comissão Pastoral da Terra, ligada à Igreja Católica), Fetape (Federação dos Trabalhadores de Agricultura de Pernambuco), Fetraf (Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar) e MLST (Movimento de Libertação dos Sem Terra).

O superintendente do Incra, Abelardo Siqueira, reuniu-se com os sem-terra e repassou as reivindicações deles para a direção do órgão em Brasília.

Os sem-terra queriam reunir-se com o ministro do Desenvolvimento Agrário, o presidente do Incra e representantes do Ibama e da Gerência de Patrimônio da União. O governador Eduardo Campos (PSB) enviou emissários da Secretaria de Ação Social para conversar com os invasores. Mas eles se recusaram a deixar o local e não permitiram a moagem da cana. A usina chega a moer seis mil toneladas de cana por dia.

— Vamos discutir a produtividade, o limite máximo das propriedades, a função social. Se uma empresa recolhe dos seus funcionários e não repassa ao INSS o que recolheu, com certeza não está cumprindo sua função social como deveria — disse Plácido Júnior, da CPT.

Com o bloqueio da via de acesso à usina, ontem à tarde, somavam quase 30 os caminhões parados carregados de cana. No ano passado, a Salgado produziu 1,4 milhão de sacas de açúcar e 15 milhões de litros de álcool.

## **MINISTÉRIO DO TRABALHO X SENADORES** – Agência Carta Maior – 10/10/2007

Fiscalização de trabalho escravo recomeça na próxima segunda

Advocacia-Geral da União e Ministério do Trabalho acertam parceria para apoiar as atividades do grupo móvel, paralisado desde o dia 21 devido à pressão de senadores que questionaram autuação de fazenda de cana-de-açúcar.

Da ONG Repórter Brasil\*

SÃO PAULO - O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, anunciou que o grupo móvel de fiscalização retomará as suas atividades na próxima segunda (15). Composto por auditores fiscais do trabalho, procuradores do trabalho e policiais federais, essas equipes são responsáveis pela libertação de escravos em todo o país.

As operações de verificação de denúncias e libertações de trabalhadores estavam suspensas desde o dia 21 de setembro. O motivo foram as pressões sofridas pelo grupo móvel por senadores. Eles questionam uma fiscalização realizada em junho deste ano na fazenda de cana e usina Pagrisa, em Ulianópolis (PA), quando 1.064 pessoas foram resgatadas. O ministério optou por paralisar as atividades até que fosse garantida segurança funcional aos auditores.

O anúncio foi feito na manhã de hoje em evento em Brasília, após a assinatura de um termo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Advocacia-



Geral da União (AGU), prevendo o acompanhamento jurídico permanente das ações desenvolvidas pelo grupo móvel, com suporte de advogados aos fiscais que forem chamados por autoridades públicas para prestar esclarecimento sobre suas ações.

No período em que as atividades ficaram suspensas, entidades governamentais e organizações da sociedade civil saíram em defesa do sistema de combate ao trabalho escravo e do grupo móvel, fato que ganhou grande repercussão dentro e fora do país. "Foi uma vitória e serviu para demonstrar que não há força capaz de impedir uma ação republicana do Estado brasileiro para promover a cidadania", disse Carlos Lupi. De acordo com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, já há ações programadas atendendo a denúncias de trabalhadores rurais.

Além do advogado geral da União, ministro José Antônio Dias Toffoli, também estavam presentes o senador José Nery (PSOL-PA), presidente da subcomissão do Trabalho Escravo do Senado Federal, e Laís Abramo, diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil.

**Caso Pagrisa** - Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego suspendeu, no dia 21 de setembro, todas as novas operações que fiscalizariam denúncias de trabalho escravo no país. De acordo com memorando de Ruth Vilela, chefe da secretaria, direcionado ao ministro do Trabalho Carlos Lupi, o motivo foi a desqualificação de uma operação de libertação de escravos por uma Comissão Temporária Externa do Senado Federal e ameaças feitas por esta comissão contra os fiscais do trabalho. No dia anterior (20), cinco senadores visitaram a fazenda Pagrisa, localizada em Ulianópolis (PA), que no dia 30 de junho foi palco da maior libertação de trabalhadores da história do país.

A visita parlamentar contou com a presença dos senadores Romeu Tuma (DEM-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Kátia Abreu (DEM-TO), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Eles anunciaram que pediriam a abertura de inquérito da Polícia Federal para verificar os procedimentos adotados pelo grupo móvel durante a autuação da Pagrisa. Segundo a Agência Senado, Kátia Abreu afirmou que a empresa "é muito bem administrada e forma uma comunidade de trabalhadores rurais", explicando o porquê de uma investigação aprofundada sobre o grupo móvel. A senadora, quando deputada federal, atuou contra a aprovação da proposta de emenda constitucional que prevê o confisco das terras em que trabalho escravo for encontrado.

De acordo com a Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE, a visita dos senadores, que atacaram a fiscalização, instalou um clima de insegurança que colocou em risco a continuidade das operações. Vale lembrar que os auditores fiscais do trabalho que atuam na zona rural têm sido vítimas de violência por parte de fazendeiros descontentes com as autuações. O caso mais famoso foi a chacina de três auditores e um motorista do MTE no dia 28 de janeiro de 2004, em Unaí (MG), durante uma fiscalização de rotina. Mas não é o único: em 8 de fevereiro do ano passado, o grupo móvel foi recebido a balas por fazendeiros, apoiados por policiais militares, em Nova Lacerda (MT). Ameaças contra o grupo já eram constantes antes das declarações dos senadores.

No mesmo dia 21 de setembro, o Ministério Público Federal no Pará ajuizou ação penal por trabalho escravo contra Murilo Villela Zancaner, Fernão Villela Zancaner e Marcos Villela Zancaner, proprietários da Pagrisa por causa da ação de libertação dos trabalhadores. Eles são acusados de frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho (artigo 203 do Código Penal), expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente (artigo 132) e reduzir alguém a condição análoga à de escravo (artigo 149).

De acordo com a assessoria do MPF, a gravidade dos crimes cometidos pelos irmãos Zancaner justifica a aplicação da pena máxima de 15 anos de prisão. O Ministério Público concluiu, com base nas provas e no relatório, que os irmãos Zancaner, "dotados de vontade livre e consciente, reduziram os 1064 trabalhadores a condição análoga à de escravo, submetendo-os a trabalhos forçados, a jornada exaustiva e cerceando a liberdade de locomoção desses trabalhadores, por meio da dificuldade de saída da fazenda, pela parca percepção de vencimentos, atrelada à cobrança excessiva pelos medicamentos e à cobrança de transporte para a cidade".

**Legislativo contra Executivo** - Comissão Externa foi criada a partir de um requerimento do senador Flexa Ribeiro. José Nery (PSOL-PA) chegou a propor que a visita contasse também com a presença de membros da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), mas a proposição não foi aprovada pelos seus pares. A Comissão só contou com parlamentares favoráveis à Pagrisa.

"A demissão em massa dos empregados vem ocasionando manifestações discordantes do procedimento empregado pela fiscalização, especialmente de entidades civis, líderes locais e da população do município, apreensivos com as conseqüências da demissão", afirmou na época Flexa Ribeiro.

Desde a megaoperação, o senador vem realizando lobby pela empresa, que cultiva cana-de-açúcar e produz açúcar e etanol. Durante a fiscalização, ele foi trazido em um avião da própria Pagrisa para acompanhar a ação de libertação.

Em reunião no gabinete do ministro Carlos Lupi (PDT), no dia 12 de julho, Flexa Ribeiro acusou o grupo móvel de fiscalização do MTE de abuso de poder. Também estavam presentes na reunião os deputados Giovanni Queiroz (PDT-PA) e Paulo Rocha (PT-PA), além do presidente da empresa, Marcos Villela Zancaner, do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, José Conrado, e do presidente da Confederação Nacional da Pesca e Aquicultura, Fernando Ferreira.

Humberto Célio Pereira, coordenador da ação de libertação, tem sido um dos mais atacados por senadores que defendem a empresa. Mas ele mantém o que foi escrito em seu relatório de fiscalização: a situação era degradante, com trabalhadores que não ganhavam salários, já que os descontos ilegais realizados pela empresa consumiam quase tudo o que havia para receber. A comida fornecida estava estragada e havia várias pessoas sofrendo de náuseas e diarreia. A água para beber, segundo relato dos empregados na fazenda, era a mesma utilizada na irrigação da cana e, de tão suja, parecia caldo de feijão. O alojamento, de acordo com Humberto, estava superlotado (não havia espaço para todos) e o esgoto

corria a céu aberto. Vindos em sua maioria do Maranhão e do Piauí, os trabalhadores não tinham transporte à disposição para levá-los da fazenda ao centro de Ulianópolis, distante 40 quilômetros.

A Petrobras e a Ipiranga, entre outras distribuidoras de combustíveis signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, afirmaram que deixaram de comercializar com a empresa até que seja regularizada sua situação trabalhista.

O ministro Carlos Lupi defendeu a operação de fiscalização na Pagrisa em reunião da Conatrae, no dia 31 de julho, quando os ministérios, demais órgãos públicos e organizações da sociedade civil que compõem a comissão divulgaram uma nota pública reafirmando o apoio às ações do grupo móvel e criticaram as pressões sobre o combate ao trabalho escravo.

Por diversas vezes, houve tentativas de interferência política no trabalho do grupo móvel, principalmente quando os proprietários das fazendas eram políticos ou empresários importantes. Um exemplo foi o caso do segundo secretário da Câmara dos Deputados Inocêncio Oliveira (PR-PE), de cuja fazenda foram libertados 53 trabalhadores no Maranhão em 2002. Na época, houve tentativas para se abafar o caso, mas o governo federal manteve a fiscalização. Da mesma forma, o MTE e empresas socialmente responsáveis sofreram pressão de deputados federais, inclusive do então presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti, devido à operação de fiscalização que libertou 1003 pessoas da Destilaria Gameleira, em Confresa (MT), em junho de 2005. Na época, o ministro Ricardo Berzoini chegou a expulsar representantes da empresa que vieram pressioná-lo em seu gabinete. \*Leia mais em [www.reporterbrasil.org.br](http://www.reporterbrasil.org.br)

### **Fiscais pedem a exoneração de delegado do trabalho no Pará – Sítio Eletrônico da CONTAG – 10/10/2007**

O Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait) pediu oficialmente a exoneração do titular da Delegacia Regional do Trabalho do Pará (DRT-PA), Fernando Coimbra. O anúncio foi feito pela presidente da entidade, Rosa Campos Jorge, na reunião extraordinária da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) realizada na última quarta-feira (3), na capital da República.

Conforme decisão do conjunto dos auditores reunidos no 25º Encontro Nacional da categoria ocorrido em Belo Horizonte (MG), o Sinait protocolou uma carta endereçada ao ministro Lupi em que afirma que Fernando fez parte de uma comitiva que tentou "intimidar, frustrar e colocar obstáculos" à fiscalização do trabalho realizada pelo grupo móvel na fazenda Pagrisa. A conduta do delegado, segundo a entidade, feriu "o princípio da moralidade no serviço público e os preceitos básicos da Convenção nº 81, da Organização Internacional do Trabalho (OIT) da qual o nosso País é signatário -, que exige independência e não intervenção na ação fiscal".

Fernando Coimbra - que não é funcionário concursado, ganhou projeção como dirigente do PDT no diretório municipal de Belém (PA) e fez parte do Sindicato Rural de Redenção, Pau D'Arco e Cumarú do Norte, que congrega os proprietários

rurais (confira entrevista do delegado à Repórter Brasil) - integrou uma comitiva que saiu da capital do Pará em avião fretado para uma visita in loco à Pagrisa ainda quando o grupo móvel estava na propriedade da família Zancaner. Compuseram a comitiva o presidente da Associação Comercial do Pará (ACP) Altair Vieira, o presidente da Federação de Agricultura do Estado do Pará (Faepa) Carlos Fernandes Xavier, o então presidente em exercício da Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) Sidney Rosa, o presidente da Federação de Comércio do Estado do Pará (Fecomércio) Carlos Max Tonini e a presidente da secção do Pará da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PA) Ângela Serra Sales.

O delegado classificou o pedido do Sinait como um "grande equívoco". De acordo com Fernando, ele esteve na Pagrisa com o intuito de defender e preservar o trabalho da fiscalização da DRT-PA. "Fui para deixar claro que os dois universos fiscalizados eram bem diferentes. Nas fiscalizações anteriores [promovidas pela DRT-PA] ocorridas em fevereiro e março [ocasiões essas nas quais não houve flagrante de prática de trabalho escravo], havia cerca de 500 pessoas na fazenda. Era época de entressafra", justificou. "Poderia haver um aparente choque entre as duas fiscalizações [do DRT-PA e do grupo móvel do governo federal]. Fui até lá em defesa da instituição que represento para evitar qualquer situação que venha a denegrir a imagem da delegacia regional. A minha presença se justificava porque isso faz parte das minhas atribuições. Não há nenhum absurdo nisso".

Segundo Fernando, que já conversou com o ministro Carlos Lupi, "não havia qualquer motivação política" na ação da comitiva da qual ele fez parte. "Jamais interferi na fiscalização que estava sendo feita pelo grupo móvel. Não há um pronunciamento meu, em todas as matérias publicadas pela imprensa a respeito da Pagrisa, sobre o mérito da fiscalização que estava em andamento". Houve, na visão do delegado, um "mal entendido". A assessoria de imprensa do MTE declarou à Repórter Brasil que a pasta não tem nenhum comentário a fazer sobre o assunto neste momento.

"Se a intenção era defender a instituição, a presença dele na Pagrisa, justamente no momento da fiscalização, não era necessária", contestou Rosa, do Sinait. "Houve um flagrante de trabalho escravo pelo grupo móvel. Não era necessário defender as fiscalizações anteriores. Para nós, essa justificativa não procede", continuou Rosa. "O delegado teria que evitar qualquer interferência na fiscalização do grupo móvel do governo federal na Pagrisa. Afinal, ele é um representante do Poder Executivo. E isso ele não fez", concluiu.

O procurador Luiz Antônio Fernandes afirmou que Fernando Coimbra fez parte de "uma comitiva que foi convocada pela empresa com o claro intuito de pressionar o trabalho do grupo móvel de fiscalização". Lembrou ainda que o delegado frequentou a sala da diretoria da empresa enquanto o grupo móvel estava reunido em outra sala da sede da empresa. De acordo com ele, uma procuradora do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) da 8ª Região, de Belém (PA), também foi convidada para fazer parte da comitiva que foi até a Pagrisa, mas resolveu recusar o convite depois de conversar com o próprio Luiz Antônio Fernandes, que atua ordinariamente na PRT da 5ª Região, na Bahia.

Fonte: site Repórter Brasil

**Inkra promete vistoria e sem-terra deixam usina** - Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 10/10/2007

Equipe com membros de Ibama, Receita e INSS avaliará se empresa cumpre função social plena

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Inkra) vai vistoriar a Usina Salgado, uma das mais produtivas de Pernambuco, para averiguar se ela cumpre função social plena, o que significa ter produtividade, preservar o meio ambiente, não ter dívidas trabalhistas nem débito de impostos com a União. Se um desses itens estiver sendo descumprido, a empresa ficará passível de reforma agrária. Até agora, a produtividade tem sido o único critério para determinar a desapropriação. A previsão é de que o início do processo de vistoria ocorra dentro de 20 dias, tempo necessário para a formação de uma equipe interdisciplinar - incluindo Ibama, governo estadual, Ministério Público, Receita Federal, Secretaria de Patrimônio da União e INSS.

A decisão de fazer a vistoria foi tomada na tarde de ontem depois de reunião de cerca de quatro horas com líderes de quatro movimentos de luta pela terra - CPT, MLST, Fetraf e Fetape -, representantes do Inkra estadual e nacional, Ministério Público e governo estadual, realizada na igreja da usina. Localizada no município de Ipojuca, no litoral sul, a empresa foi ocupada na segunda-feira por militantes sem-terra sob o argumento de prática de crime ambiental, dívidas trabalhistas e débito de mais de R\$ 80 milhões somente com o INSS. Os sem-terra reconhecem sua produtividade, mas reivindicam a desapropriação. Querem assumir a produção e a indústria, dentro de um novo modelo de reforma agrária, com a instalação de agroindústrias comunitárias. Com o anúncio da vistoria, eles deixaram a propriedade na tarde de ontem.

Para o superintendente estadual do Inkra, Abelardo Siqueira, a invasão abre um precedente, pois qualquer empreendimento rural produtivo pode ter a desapropriação solicitada pelos sem-terra caso não cumpra função social plena. Ele prevê um processo complexo, com longa briga judicial.

O diretor de programas do Inkra, Marcos Kowarick, negou-se a reconhecer a invasão. “Foi uma manifestação pacífica que ocupou parte da usina, denunciando irregularidades”, definiu. Para ele, não haverá nem mais nem menos ocupações de áreas produtivas depois dessa ação. “Qualquer imóvel que não cumpra a função social no País está suscetível pela lei (Lei 8.629), e não pelo Inkra, de ser desapropriado”, afirmou, considerando a ação na Usina Salgado “um alerta para as diversas instâncias de governo”. Bruno Maranhão, dirigente do Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST) garantiu a continuidade de mobilizações da mesma natureza.

A direção da Usina Salgado calculou um prejuízo de R\$ 1,2 milhão pelos dois dias de paralisação e garantiu que a vistoria será bem-vinda. “A vistoria vai provar que as acusações dos movimentos não têm fundamento nem justificam a invasão nem a desapropriação da empresa”, afirmou a assessoria da usina.

**REAÇÃO** - Em nota, o Sindicato dos Empresários do Açúcar e do Alcool de Pernambuco declarou seu “veemente repúdio” à ocupação. “Os empresários não podem ficar à mercê de ações intimidatórias que estimulam um cenário de insegurança para investimentos que ocorrem na região”, diz a nota.

O sindicato observa que o setor sucroalcooleiro de Pernambuco representa 4% do agronegócio da cana no Brasil e gera cerca de 100 mil empregos. “Além de ferir o Estado de direito, esse tipo de ação em nada contribui para a solução dos problemas do Estado.”

**Usina produtiva que foi invadida deve ser vistoriada pelo Incra** – Fábio Guibu – Folha de São Paulo – Brasil – 10/09/2007

**Propriedade ocupada por sem-terra em PE estaria envolvida em crime ambiental e teria dívida de R\$ 85 mi com a Previdência - Empresa nega crimes e diz que cálculo do débito está sendo questionado na Justiça; sem-terra querem a desapropriação da área**

O Incra vai abrir um processo de vistoria para eventual desapropriação da usina Salgado, uma das maiores empresas de produção e exportação de álcool e açúcar de Pernambuco.

O anúncio foi feito ontem, em Ipojuca (a 70 km de Recife), dentro da usina, invadida anteontem por centenas de sem-terra ligados a MLST, CPT, Fetraf e Fetape. Os invasores comemoraram o anúncio e, no final da tarde, deixaram o local.

A decisão abre a possibilidade de o governo fazer reforma agrária em áreas produtivas, desde que os empreendimentos rurais enfrentem problemas ambientais, trabalhistas ou débitos com a União.

A proposta dos invasores, aceita pelo Incra, é a utilização do conceito de "função social plena da terra" como fundamento para as desapropriações. A usina, dizem, deve cerca de R\$ 85 milhões à Previdência Social e também estaria envolvida em crimes ambientais.

Para o superintendente do Incra em Recife, Abelardo Siqueira, a vistoria por supostos problemas alheios à produtividade abre um precedente para que novas ações do tipo possam ser reivindicadas. "Pela lei, se esses problemas forem encontrados, a propriedade já é passível de desapropriação."

O artigo 185 da Constituição, porém, diz que "são insuscetíveis de desapropriação para reforma agrária: a pequena e média propriedade rural, assim definida em lei, desde que seu proprietário não possua outra; e a propriedade produtiva".

O diretor de programas do Incra, Marcos Kowarick, minimizou o impacto da decisão de vistoriar a propriedade e disse que não vê a possibilidade de ocorrer uma explosão de invasões em áreas produtivas.

A usina informou que a vistoria será "muito bem vinda" porque "comprovará que a empresa atende às exigências legais". Negou crimes ambientais, disse que o cálculo dos débitos com a Previdência "está sendo questionado na Justiça" e que serão pagos ao final da ação.

### **Invadida e sob risco de desapropriação – Letícia Lins – O Globo – O País – 10/10/2007**

Incra fará vistoria na propriedade ocupada por sem-terra em PE

#### **Letícia Lins**

IPOJUCA (PE). Tida como uma das mais produtivas do estado — e após ter sido ocupada por dois dias por trabalhadores rurais —, a Usina Salgado será vistoriada e poderá ter os seus 20 engenhos, cerca de 15 mil hectares, destinados à reforma agrária por não cumprir sua função social plena, segundo confirmou ontem a direção nacional do Incra.

Segundo denúncias feitas pelos quatro movimentos sociais que invadiram a indústria na segunda-feira, a empresa tem débitos trabalhistas, não respeita a legislação ambiental, deve impostos e grilou terras da União.

Normalmente o critério “improdutivo” é o utilizado pelo Incra para efetivar desapropriações.

Com a decisão de ontem, as propriedades rurais, mesmo produtivas, mas com débitos no governo, ficarão vulneráveis às ocupações e também às ameaças de desapropriação.

No Brasil existem apenas outros cinco casos semelhantes, mas nenhum dos processos foi concluído.

### **Ministério da Fazenda e INSS vão fazer vistoria – Letícia Lins – O Globo – O País – 10/10/2007**

Incra nega que decisão legitime ocupação de terras produtivas

IPOJUCA (PE). O diretor do Incra Marcos Kowarick negou que a decisão do órgão vá legitimar a ocupação de terras produtivas: — O que ocorreu aqui não foi uma ocupação de terra, mas uma manifestação pacífica. Os trabalhadores ficaram no pátio da usina, levantando uma série de problemas: a questão ambiental, a ocupação ilegal de terras, dívidas enormes.

Kowarick informou que a vistoria dos engenhos da usina vai começar em 20 dias e que cinco órgãos — inclusive o Ministério da Fazenda e o INSS — farão levantamento dos débitos.

De acordo com o levantamento dos sem-terra, a Usina Salgado deixou de recolher mais de R\$ 83 milhões à Previdência e deve mais de R\$ 99 milhões em impostos, R\$ 40 milhões dos quais seriam só de ICMS. A empresa reconheceu que tem débitos junto ao INSS, mas informou que estão sendo contestados judicialmente.

Não fez referência às outras dívidas.

Empresa nega denúncias de crimes ambientais A assessoria da imprensa afirmou ainda que a Salgado considera “bem-vinda” qualquer vistoria, para mostrar que cumpre os requisitos das leis trabalhistas e ambientais. A indústria negou as denúncias de crimes ambientais.

Segundo o superintendente do Ibama, João Arnaldo Ferraz, a Salgado não respeita as matas ciliares do Rio Ipojuca. A empresa respondeu que tem recuperado as matas ciliares e que planta dez mil mudas nativas por ano.

Após o resultado da reunião de ontem, os sem-terra resolveram mudar a estratégia de ação pela reforma agrária no estado: vai passar, agora, a ocupar áreas produtivas, que, segundo os movimentos, “não estejam cumprindo sua função social” ou tenham débitos com o governo.

O Sindicato da Indústrias do Açúcar e do Alcool de Pernambuco condenou a ocupação da Usina Salgado e afirmou que esse tipo de ação gera “grande instabilidade no ambiente de negócios do estado”. Nota divulgada afirma que a empresa “está em dia com seus funcionários e negocia, na Justiça, seus débitos junto à Previdência”.

**Lupi anuncia volta de blitz contra trabalho escravo** - Silvia Amorim – Estado de São Paulo – Nacional – 11/10/2007

O Ministério do Trabalho retomará na segunda-feira as operações de fiscalização contra o trabalho escravo no País. Elas foram interrompidas há 19 dias, depois que senadores contestaram a libertação de 1.064 trabalhadores, a maioria cortadores de cana-de-açúcar, de uma fazenda da empresa Pagrisa no Pará. O anúncio foi feito ontem pelo ministro Carlos Lupi.

Em resposta à acusação de parlamentares de que o Grupo Especial Móvel de Fiscalização do Trabalho Escravo estava cometendo abusos nas operações, Lupi assinou um termo de cooperação com a Advocacia-Geral da União, que disponibilizará advogados aos fiscais do Grupo Móvel que forem convocados a prestar esclarecimento sobre as ações.

“Se excessos forem cometidos, serão punidos”, afirmou o coordenador do Grupo Móvel, Marcelo Campos.



## **Sem-terrinhã marcham pelas ruas do Recife** – Sítio Eletrônico do MDA – 11/10/2007

Cerca de 2000 crianças de sete a 14 anos participam da Marcha dos Sem-Terrinhã que aconteceu hoje (11) pela manhã nas ruas no centro do Recife (PE). Vindas dos assentamentos e acampamentos do Movimento dos Sem Terra (MST) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) de todo o estado, elas comemoram o dia das crianças.

A marcha também faz parte do encontro “10 Anos de Memória: rompendo cercas, fazendo história”, que encerra-se hoje (11) no Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão). Os sem-terrinhã comemoram 10 anos de encontro e, durante o evento no Geraldão, homenagearam antigos sem-terrinhã e oficineiros - estudantes e jovens de diversos grupos e organizações que durante dez anos contribuíram com a formação da identidade dos filhos de acampados e assentados por meio de oficinas e atividades educacionais e culturais.

O evento também foi de reflexão e apresentações culturais: Teatro Ri-fi-fi e danças da terra como o coco de umbigadinha. Essas apresentações foram atreladas às discussões e debates educacionais com o tema “Como fazer a escola transformando a história?”.

**Audiência** - Após a marcha pelas ruas do Recife, os sem-terrinhã participam de um encontro com o governador do estado, Eduardo Campos, e com autoridades ligadas à reforma agrária no Palácio do Campo das Princesas. O superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) em Pernambuco, Abelardo Sandes Siqueira, esteve no ato.

Os sem-terrinhã pedem a ampliação da educação, com melhoria da estrutura física e qualificação dos professores, principalmente nos acampamentos. De acordo com Edílson Barbosa, da direção do MST, “a luta maior é por uma melhora na qualificação dos professores que trabalham com as crianças nos acampamentos”.

## **Sem-terrinhã visitam o Incra/RS** – Sítio Eletrônico do MDA – 11/10/2007

A Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) no Rio Grande do Sul recebeu hoje (11) a visita de cerca de 300 crianças procedentes de assentamentos e acampamentos localizados em nove municípios da região metropolitana de Porto Alegre. O grupo chegou ao prédio do Incra em passeata pela Avenida Loureiro da Silva cantando o Hino dos Sem-terrinhã e foi recebido pelo superintendente-substituto, José Rui Tagliapietra, e pela chefe de gabinete Maria de Lourdes da Rosa.

Durante o encontro, as crianças entregaram ao superintendente uma carta de reivindicações em que pedem a desapropriação de fazendas para a reforma agrária e o apoio do Incra para que o Instituto de Capacitação e Pesquisa na Reforma Agrária (Iterra) não seja extinto.

Tagliapietra afirmou que o Incra/RS está trabalhando com empenho e agilidade para a obtenção de áreas e explicou, em termos didáticos, os métodos utilizados pelo Incra para obter imóveis rurais e transformá-los em assentamento de trabalhadores rurais. Quanto ao Iterra, a chefe de gabinete disse que o Incra tem sido um parceiro incansável. “Estamos comprometidos com a educação do campo através do Pronera”, destacou ela.

A visita ao Incra/RS faz parte da comemoração do dia das crianças promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado.

### **Sem Terrinha se mobilizam para reivindicar a Reforma Agrária – Sítio Eletrônico do MST – 11/10/2007**

As crianças que vivem em assentamentos e acampamentos do MST no Rio Grande do Sul realizam manifestações nesta semana em que se comemora o dia da criança. A principal reivindicação dos Sem Terrinha gaúchos é o avanço da Reforma Agrária. A mobilização dos pequenos começa hoje, dia 11, quando completa um mês da marcha que as famílias Sem Terra estão realizando no Estado.

Por isso a desapropriação das Fazendas Guerra, em Coqueiros do Sul, e Southal, em São Gabriel, é o principal "presente" que os Sem Terrinha vão reivindicar.

Os encontros das crianças Sem Terrinha vão acontecer em Jóia, Júlio de Castilhos, Santana do Livramento e Região Metropolitana de Porto Alegre. Nas três colunas da marcha as crianças também realizarão manifestações. Em cada local devem participar cerca de 300 crianças de assentamentos e acampamentos do MST.

No Encontro de Sem Terrinhas da Região Metropolitana participam crianças assentadas nos municípios de São Jerônimo, Charqueadas, Guaíba, Eldorado do Sul, Nova Santa Rita e Viamão, além de algumas crianças de acampamentos da região metropolitana que não estão na marcha.

Os Sem Terrinha da Região Metropolitana vão fazer manifestações em Porto Alegre representando as crianças de acampamentos e assentamentos de todo o estado. A marcha dos Sem Terrinha em Porto Alegre começou por volta das 9h30 da manhã de hoje, saindo do Largo dos Açorianos em direção ao Palácio Piratini. De lá os Sem Terrinha seguem a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

#### **Programação do Encontro da Região Metropolitana:**

Dia 11 - Manifestações em Porto Alegre

- 9h: Concentração no Parque Redenção, próximo a Reitoria da Ufrgs, e em seguida caminhada no centro da capital gaúcha;

- 11h: Audiência das crianças com Superintendente Regional do Incra, Mozar Dietrich - -16h: Crianças Sem Terrinha participam de manifestação no bairro Restinga, zona Sul de Porto Alegre (concentração na Esplanada da Restinga);

Dia 12 - Atividades Culturais em Viamão

Local: Centro de Formação do Assentamento Filhos de Sepé em Viamão Sem Terrinhas vão participar de debates, oficinas, atividades culturais e confraternização do dia da criança.

## **Fiscalização de trabalho escravo recomeça na segunda** – Sítio Eletrônico do MST – 11/10/2007

O ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, anunciou que o grupo móvel de fiscalização retomará as suas atividades na próxima segunda (15). Composto por auditores fiscais do trabalho, procuradores do trabalho e policiais federais, essa equipes são responsáveis pela libertação de escravos em todo o país.

As operações de verificação de denúncias e libertações de trabalhadores estavam suspensas desde o dia 21 de setembro. O motivo foram as pressões sofridas pelo grupo móvel por senadores. Eles questionam uma fiscalização realizada em junho deste ano na fazenda de cana e usina Pagrisa, em Ulianópolis (PA), quando 1.064 pessoas foram resgatadas. O ministério aptou por paralisar as atividades até que fosse garantida segurança funcional aos auditores.

O anúncio foi feito na manhã de hoje em evento em Brasília, após a assinatura de um termo de cooperação técnica entre o Ministério do Trabalho e Emprego e a Advocacia-Geral da União (AGU), prevendo o acompanhamento jurídico permanente das ações desenvolvidas pelo grupo móvel, com suporte de advogados aos fiscais que forem chamados por autoridades públicas para prestar esclarecimento sobre suas ações.

No período em que as atividades ficaram suspensas, entidades governamentais e organizações da sociedade civil saíram em defesa do sistema de combate ao trabalho escravo e do grupo móvel, fato que ganhou grande repercussão dentro e fora do país. "Foi uma vitória e serviu para demonstrar que não há força capaz de impedir uma ação republicana do Estado brasileiro para promover a cidadania", disse Carlos Lupi. De acordo com a Secretaria de Inspeção do Trabalho, já há ações programadas atendendo a denúncias de trabalhadores rurais.

Além do advogado geral da União, ministro José Antônio Dias Toffoli, também estavam presentes o senador José Nery (PSOL-PA), presidente da subcomissão do Trabalho Escravo do Senado Federal, e Laís Abramo, diretora do escritório da Organização Internacional do Trabalho no Brasil.

### **Caso Pagrisa**

A Secretaria de Inspeção do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego suspendeu, no dia 21 de setembro, todas as novas operações que fiscalizariam denúncias de trabalho escravo no país. De acordo com memorando de Ruth Vilela, chefe da secretaria, direcionado ao ministro do Trabalho Carlos Lupi, o motivo foi a desqualificação de uma operação de libertação de escravos por uma Comissão Temporária Externa do Senado Federal e ameaças feitas por esta comissão contra os fiscais do trabalho. No dia anterior (20), cinco senadores visitaram a fazenda Pagrisa, localizada em Ulianópolis (PA), que no dia 30 de junho foi palco da maior libertação de trabalhadores da história do país.

A visita parlamentar contou com a presença dos senadores Romeu Tuma (DEM-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Kátia Abreu (DEM-TO), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE). Eles anunciaram que pediriam a abertura de inquérito da Polícia Federal para verificar os procedimentos adotados pelo grupo móvel durante a atuação da Pagrisa. Segundo a Agência Senado, Kátia Abreu afirmou que a empresa "é muito bem administrada e forma uma comunidade de trabalhadores rurais", explicando o porquê de uma investigação aprofundada sobre o grupo móvel. A senadora, quando deputada federal, atuou contra a aprovação da proposta de emenda constitucional que prevê o confisco das terras em que trabalho escravo for encontrado.

De acordo com a Secretaria de Inspeção do Trabalho do MTE, a visita dos senadores, que atacaram a fiscalização, instalou um clima de insegurança que colocou em risco a continuidade das operações. Vale lembrar que os auditores fiscais do trabalho que atuam na zona rural têm sido vítimas de violência por parte de fazendeiros descontentes com as autuações. O caso mais famoso foi a chacina de três auditores e um motorista do MTE no dia 28 de janeiro de 2004, em Unaí (MG), durante uma fiscalização de rotina. Mas não é o único: em 8 de fevereiro do ano passado, o grupo móvel foi recebido a balas por fazendeiros, apoiados por policiais militares, em Nova Lacerda (MT). Ameaças contra o grupo já eram constantes antes das declarações dos senadores.

No mesmo dia 21 de setembro, o Ministério Público Federal no Pará ajuizou ação penal por trabalho escravo contra Murilo Villela Zancaner, Fernão Villela Zancaner e Marcos Villela Zancaner, proprietários da Pagrisa por causa da ação de libertação dos trabalhadores. Eles são acusados de frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho (artigo 203 do Código Penal), expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente (artigo 132) e reduzir alguém a condição análoga à de escravo (artigo 149).

De acordo com a assessoria do MPF, a gravidade dos crimes cometidos pelos irmãos Zancaner justifica a aplicação da pena máxima de 15 anos de prisão. O Ministério Público concluiu, com base nas provas e no relatório, que os irmãos Zancaner, "dotados de vontade livre e consciente, reduziram os 1064 trabalhadores a condição análoga à de escravo, submetendo-os a trabalhos forçados, a jornada exaustiva e cerceando a liberdade de locomoção desses trabalhadores, por meio da dificuldade de saída da fazenda, pela parca percepção de vencimentos, atrelada à cobrança excessiva pelos medicamentos e à cobrança de transporte para a cidade".

**Legislativo contra Executivo** - A Comissão Externa foi criada a partir de um requerimento do senador Flexa Ribeiro. José Nery (PSOL-PA) chegou a propor que a visita contasse também com a presença de membros da Comissão Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), mas a proposição não foi aprovada pelos seus pares. A Comissão só contou com parlamentares favoráveis à Pagrisa.

"A demissão em massa dos empregados vem ocasionando manifestações discordantes do procedimento empregado pela fiscalização, especialmente de entidades civis, líderes locais e da população do município, apreensivos com as conseqüências da demissão", afirmou na época Flexa Ribeiro.

Desde a megaoperação, o senador Flexa Ribeiro vem realizando lobby pela empresa, que cultiva cana-de-açúcar e produz açúcar e etanol. Durante a fiscalização, ele foi trazido em um avião da própria Pagrisa para acompanhar a ação de libertação.

Em reunião no gabinete do ministro Carlos Lupi (PDT), no dia 12 de julho, Flexa Ribeiro acusou o grupo móvel de fiscalização do MTE de abuso de poder. Também estavam presentes na reunião os deputados Giovanni Queiroz (PDT-PA) e Paulo Rocha (PT-PA), além do presidente da empresa, Marcos Villela Zancaner, do presidente da Federação das Indústrias do Estado do Pará, José Conrado, e do presidente da Confederação Nacional da Pesca e Aqüicultura, Fernando Ferreira.

Humberto Célio Pereira, coordenador da ação de libertação, tem sido um dos mais atacados por senadores que defendem a empresa. Mas ele mantém o que foi escrito em seu relatório de fiscalização: a situação era degradante, com trabalhadores que não ganhavam salários, já que os descontos ilegais realizados pela empresa consumiam quase tudo o que havia para receber. A comida fornecida estava estragada e havia várias pessoas sofrendo de

náuseas e diarreia. A água para beber, segundo relato dos empregados na fazenda, era a mesma utilizada na irrigação da cana e, de tão suja, parecia caldo de feijão. O alojamento, de acordo com Humberto, estava superlotado (não havia espaço para todos) e o esgoto corria a céu aberto. Vindos em sua maioria do Maranhão e do Piauí, os trabalhadores não tinham transporte à disposição para levá-los da fazenda ao centro de Ulianópolis, distante 40 quilômetros.

A Petrobras e a Ipiranga, entre outras distribuidoras de combustíveis signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, afirmaram que deixaram de comercializar com a empresa até que seja regularizada sua situação trabalhista.

O ministro Carlos Lupi defendeu a operação de fiscalização na Pagrisa em reunião da Conatrae, no dia 31 de julho, quando os ministérios, demais órgãos públicos e organizações da sociedade civil que compõem a comissão divulgaram uma nota pública reafirmando o apoio às ações do grupo móvel e criticaram as pressões sobre o combate ao trabalho escravo.

Por diversas vezes, houve tentativas de interferência política no trabalho do grupo móvel, principalmente quando os proprietários das fazendas eram políticos ou empresários importantes. Um exemplo foi o caso do segundo secretário da Câmara dos Deputados Inocêncio Oliveira (PR-PE), de cuja fazenda foram libertados 53 trabalhadores no Maranhão em 2002. Na época, houve tentativas para se abafar o caso, mas o governo federal manteve a fiscalização. Da mesma forma, o MTE e empresas socialmente responsáveis sofreram pressão de deputados federais, inclusive do então presidente da Câmara dos Deputados Severino Cavalcanti, devido à operação de fiscalização que libertou 1003 pessoas da Destilaria Gameleira, em Confresa (MT), em junho de 2005. Na época, o ministro Ricardo Berzoini chegou a expulsar representantes da empresa que vieram pressioná-lo em seu gabinete.

**Mudanças trabalhistas** - Políticos que apóiam a Pagrisa têm reclamado de que as fiscalizações rurais são feitas de surpresa, não dando tempo para os proprietários se prepararem para receber o grupo móvel.

Essa foi exatamente uma das razões que levou ao MTE a criar uma equipe que respondesse diretamente a Brasília, sem sofrer interferências políticas e econômicas regionais. Antes do grupo móvel, era comum a informação sobre a fiscalização vazar, dando tempo para o fazendeiro esconder os trabalhadores e maquiagem a situação.

No memorando que suspende as fiscalizações, a Secretaria de Inspeção do Ministério do Trabalho e Emprego fala da necessidade de que as diligências para verificação de denúncias sejam in loco e sem agendamento prévio, garantindo o flagrante das condições degradantes quando elas existem.

De acordo com o Diário do Pará, Jarbas Vasconcelos e Kátia Abreu sinalizaram durante a visita que podem propor mudanças na legislação sobre o tema.

Fazendeiros têm pressionado para tirar poderes da fiscalização rural. A última tentativa nesse sentido havia sido a de aprovar uma lei (a emenda 3 ao projeto que criou a Super Receita) que previa que os auditores fiscais não teriam poder para reconhecer vínculos empregatícios no caso de contratos de pessoas jurídicas, ficando esse dever a cargo da Justiça. Na prática, isso tirava os poderes da fiscalização, haja vista que há muitos fazendeiros que montam uma empresa de fachada para o seu contratador de mão-de-obra empregar safristas. Dessa forma, ele se livra dos direitos trabalhistas que também nunca serão pagos pelo contratador - boa parte das vezes tão pobre quanto os peões. O Congresso aprovou, Lula vetou e os trabalhadores foram às ruas para apoiar o veto.

Com as boas condições mostradas à mídia, os senadores voltam à Brasília com um fato político construído. Entidades da Conatrae já apontavam que a visita seria desdobrada na tentativa de implantação de medidas que restringissem a fiscalização rural.

O aumento do interesse mundial por biocombustíveis e a grande demanda por outras commodities, como carne bovina, faz com que o governo e parte do empresariado e até dos trabalhadores mirem nos ganhos econômicos que isso vai trazer. O resultado disso é que criticar os impactos sociais, ambientais, fundiários e trabalhistas da cana hoje tem sido visto como um entrave ao crescimento.

**Debate no Senado** - Senadores que pediram a apuração da Polícia Federal a respeito da ação do grupo móvel de fiscalização da fazenda Pagrisa, em Ulianópolis (PA), de onde foram libertados 1.064 trabalhadores, ocuparam a tribuna, na terça-feira (25), para se posicionar sobre o caso.

No plenário, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) classificou a operação realizada na fazenda de Ulianópolis (PA) de "aberração" e chegou até a insinuar que houve falsificação de documentos no caso Pagrisa. Ela lembrou inicialmente que "toda a comunidade se colocou ao lado da empresa Pagrisa neste caso e também ao lado dos trabalhadores, porque a preocupação com relação ao emprego é muito importante naquela região" e que os relatórios da comissão dos deputados estaduais do Pará e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Pará (Fetagri/PA) "concluíram que não há absolutamente resquício de trabalho escravo na Pagrisa".

Entidades ligadas ao combate ao trabalho escravo condenaram a interferência dos senadores.

Disse ainda a senadora aos seus pares que "estranhou" a indignação da secretária de Inspeção do Trabalho, Ruth Vilela, que distribuiu memorando interno definindo a suspensão das atividades do grupo móvel em virtude do risco provocado pela interferência de membros do Senado. "Se sou gestora pública ou privada, chefe de um departamento ou de uma secretaria e recebo denúncias pesadíssimas de abuso de algum servidor público meu ou de uma empresa privada, tenho que ter a humildade de querer verificar, tenho que ser a primeira a verificar os abusos e corrigir as distorções praticadas na instituição que represento".

"Queríamos formar uma comissão suprapartidária para vermos o que de real está acontecendo no Brasil desde 1995, quando foi criada essa comissão móvel de fiscalização nas propriedades rurais", reiterou ela. "Fizemos a primeira visita e, com certeza, não será a última", anunciou.

Presidente da comissão externa, o senador Jarbas Vasconcelos (PSDB-PE) fez um aparte na fala de Kátia Abreu para dizer que o Senado "não pode intimidar-se por um chique de uma Ruth da vida".

"Se Ruth da vida quer ter um chique e ameaça fazer greve, fazer isso ou aquilo, que faça. Porém, esta Casa não pode dobrar-se a esses caprichos", emendou. Segundo Jarbas, "nem a Dona Ruth nem o ministro - que, com todo o respeito ao PDT, acho uma figura bastante folclórica, o titular do Ministério do Trabalho - vão nos intimidar". E concluiu: "Esse trabalho da patrulha móvel, da fiscalização móvel é importante e deve continuar sendo feito; a auditoria deve aprimorar-se, mas não vamos concordar com o excesso de ninguém, nem com o deles, nem com o da Polícia Federal, nem com o de quem quer que seja, senão, esta Casa se avacalha mais ainda".

Já José Nery (PSOL-PA), presidente da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, apresentou dados que contrastaram com a postura dos outros senadores. Salientou

que em 13 fiscalizações ocorridas na Pagrisa nos últimos oito anos, 11 constataram graves irregularidades. E na fiscalização feita no mês de junho, foram identificadas, entre outras irregularidades, alojamentos inadequados e jornada exaustiva (de até 15 horas diárias). "Tudo isso faz parte do relatório do grupo móvel que foi entregue, e o Ministério Público [Federal], ao receber a denúncia, formalizou-a à Justiça Federal em Castanhal e, ontem [segunda-feira (23)], a juíza, doutora Carina Cátia Bastos de Senna, recebeu a denúncia e vai dar seguimento a essa ação para apurar o que de fato houve", prosseguiu.

O senador do PSOL lembrou que a empresa terá todos os meios para se defender na Justiça, mas foi interrompido por Kátia Abreu que insistiu por várias vezes que o relatório do grupo móvel determinou a condenação "transitada em julgado administrativamente". Para sustentar tal afirmação, ela sublinhou que as distribuidoras de combustível deixaram de comprar álcool da fazenda. Em outra intervenção, Kátia Abreu chegou até pedir à Petrobras e ao governo federal que "reveja a situação dessa empresa, cuja venda de álcool foi cortada na primeira vistoria, sem direito à defesa". Na realidade, empresas como a Petrobras e a Ipiranga, signatárias do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, decidiram cortar voluntariamente relações comerciais com a Pagrisa depois da divulgação das libertações na propriedade que cultivava cana-de-açúcar.

A imprensa também foi atacada. A senadora Kátia Abreu ameaçou processar a Repórter Brasil e seu coordenador geral por calúnia e difamação devido à matéria divulgada sobre o caso Pagrisa.

**Contra-ataque** - Na manhã do dia seguinte (26), Carlos Lupi foi ao Senado Federal defender a atuação do grupo móvel de fiscalização no caso da fazenda e usina de cana-de-açúcar Pagrisa, em Ulianópolis (PA). Ele discursou durante reunião da Subcomissão Temporária do Trabalho Escravo, que havia sido marcada em caráter extraordinário.

Lupi chegou ao local com um carrinho de mão contendo 18 volumes do relatório sobre a fiscalização da Pagrisa - que, juntos, somam cinco mil páginas - e entregou o conjunto dos documentos aos dois senadores que presidiam a reunião, José Nery (PSOL-PA), presidente da subcomissão, e Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para que os documentos fossem copiados e distribuídos aos demais senadores.

O ministro exibiu as fotos da fiscalização e enumerou os problemas encontrados na fazenda. Disse estar disposto a conversar com os senadores, mas que só o faria "dentro da lei" e que não poderia adaptar a legislação trabalhista às conveniências de uma empresa ou de um senador. Lembrou ainda que esta não havia sido a primeira fiscalização sofrida pela Pagrisa, mas destacou que a situação encontrada pelo grupo móvel na última ação era insustentável. Por fim, Carlos Lupi pediu aos presentes que manifestassem apoio à operação comandada por auditores fiscais do trabalho.

A pressão gerada pelos senadores fez com a proposta de emenda constitucional que prevê o confisco de terras em que trabalho escravo for encontrado, que foi aprovada no Senado e aguarda segundo turno de votação na Câmara, fosse colocada novamente na pauta de discussão do Congresso.

**Acareação** - A comissão externa do Senado criada para analisar a ação do grupo móvel de fiscalização do governo federal na fazenda Pagrisa, de onde foram colheu, na terça-feira (2), os depoimentos do auditor fiscal Humberto Célio Pereira, do procurador Luiz Antônio Fernandes e do diretor-adjunto da empresa, Fernão Vilela Zancaner. Os três envolvidos no caso da propriedade localizada em Ulianópolis (PA) falaram aos senadores

em uma sala lotada, com mais de 80 presentes, entre parlamentares, funcionários do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), repórteres e convidados da Pagrisa.

Na opinião do subprocurador-geral e coordenador nacional de combate ao trabalho escravo do Ministério Público do Trabalho (MPT), Luís Antônio Camargo, os senadores “não conseguiram desqualificar o trabalho do grupo móvel”. Ele frisa que a comissão externa “não tem propósito” e que a questão está sendo superdimensionada. “Essa situação é prejudicial até para a própria empresa, que fica aparecendo na mídia no meio de uma discussão sobre trabalho escravo.”

O senador José Nery (PSOL-PA), presidente da Subcomissão de Combate ao Trabalho Escravo, defende que o caso siga o procedimento normal: que a empresa entre na Justiça, que sejam sanadas as irregularidades e que ela prossiga produzindo. Para ele, é muito difícil que a comissão tome uma decisão isenta sobre a ação fiscalizatória. “Qualquer decisão será política”, ressalta.

Primeiro a falar, o auditor fiscal Humberto exibiu um vídeo em que trabalhadores reclamam das condições de trabalho, logo nos primeiros dias da operação. Também leu uma matéria do jornal Folha de S. Paulo com depoimentos dos trabalhadores. Um deles disse ter sido tratado “como porco” na fazenda. Humberto mostrou ainda fotos tiradas pela equipe de fiscalização e enumerou as irregularidades encontradas. O procurador Luiz Antônio Fernandes ratificou as palavras de Humberto Célio e declarou que assume “toda a responsabilidade” sobre o relatório do MTE. “O lugar onde se armazenava a carne era irrespirável”, testemunhou. Lembrou também que ainda não se havia definido o abuso de poder que teria sido cometido pela equipe do grupo móvel. Disse, por fim, que o Ministério Público do Trabalho (MPT) apenas defende a legislação. “É uma questão de mudar a lei. Se ela disser que trabalho escravo agora é só apanhar de chicote, então o Ministério Público do Trabalho só vai considerar trabalho escravo onde se apanha de chicote”, provocou.

Como parte de sua exposição, o diretor da Pagrisa exibiu um outro vídeo em forma de telejornal, na qual apresentadores afirmam que a empresa tem “profundo respeito pelo ser humano” e que os alojamentos da fazenda seguem “padrões de hotelaria”. O vídeo exibido pela empresa sustenta a tese de que os trabalhadores foram iludidos pela equipe de fiscalização, diante da oferta de recebimento das verbas rescisórias e do seguro-desemprego, e por isso concordaram em se demitir.

O diretor adjunto da empresa, Fernão Vilela Zancaner, reforçou a argumentação apresentada no vídeo produzido pela empresa e insinuou diversas vezes que teria havido abuso de poder por parte da fiscalização. Segundo ele, não houve contenção de salários. “Temos os recibos de pagamento e comprovante de depósito no banco”, argumentou. Também afirmou que os depoimentos dos trabalhadores registrados no relatório eram iguais, com nomes diferentes.

Uma outra versão do mesmo material audiovisual exibido pela Pagrisa na sessão da comissão externa está desde o início de setembro disponível na internet, no site You Tube. O procurador Luiz Antônio Fernandes declarou que vai entrar com um pedido de indenização por danos morais contra a empresa pela utilização indevida de sua fala nas duas edições do vídeo. Em um dos trechos de ambas as versões, o procurador aparece dizendo a seguinte frase: “Quando eu cheguei aqui, eu vi que a empresa oferecia boa estrutura”. Porém, a parte complementar da declaração, em que o procurador ressalta que há diversos problemas no tratamento dado aos trabalhadores, foi cortada. “A estrutura é boa, o problema é o tratamento”, repetiu aos senadores.



Os depoentes não chegaram a ser interrogados porque a sessão foi suspensa devido a uma votação no plenário da Casa. A sua continuidade foi marcada e desmarcada diversas vezes desde então.

No dia seguinte (3), em reunião extraordinária da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo, representantes do governo federal e de instituições da sociedade civil discutiram os desdobramentos do caso da fazenda Pagrisa e apresentaram novas propostas para intensificar o combate à escravidão contemporânea.

Com o apoio dos membros da Conatrae, a retomada das atividades foi sinalizada. Faltava apenas a garantia de segurança e integridade funcional dos auditores fiscais que fazem parte do grupo móvel - firmada hoje com a Advocacia-Geral da União.

*Fonte: Agência Repórter Brasil*

### **Filhos de sem-terra fazem mobilizações em três Estados - Evandro Fadel e Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 12/10/2007**

Objetivo foi pedir mais escolas e melhores condições de educação nos assentamentos

Filhos de militantes do Movimento dos Sem-Terra, entre 7 e 14 anos de idade, participaram ontem de mobilizações em três capitais para pedir mais escolas e melhores condições de educação nos assentamentos. Em Curitiba, cerca de 1.200 crianças e adolescentes, alguns acompanhados dos pais, fizeram uma passeata pela manhã no centro da cidade. Eles participam desde quarta-feira do 7º Encontro Estadual dos Sem-Terrinha, em Almirante Tamandaré, que será encerrado hoje, com uma visita ao Zoológico de Curitiba. O encontro deste ano teve como tema Por Escola, Terra e Dignidade.

De acordo com o movimento, o Paraná tem 288 assentamentos, mas em apenas 80 deles há escolas. Nos outros, crianças e adolescentes estudam em escolas que ficam nas cidades. “O governo coloca transporte escolar, mas tem criança que fica mais de duas horas dentro do ônibus”, ressaltou o coordenador estadual de Educação do MST, Alessandro Santos Mariano. Por isso, a principal reivindicação é para que as escolas sejam levadas para dentro dos assentamentos.

Durante a passeata, os próprios sem-terrinha comandaram as palavras de ordem de cima do caminhão de som, reivindicando melhorias na educação e assentamento de mais 8 mil famílias no Estado. Na Praça Santos Andrade, onde terminou a manifestação, eles realizaram brincadeiras de roda para lembrar alguns direitos previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente. As reivindicações foram levadas por um grupo de crianças à Secretaria de Estado de Educação e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

**PAUTA** - Filhos de sem-terra também fizeram uma passeata ontem no centro do Recife até o Palácio do Campo das Princesas, onde entregaram uma pauta de reivindicações ao governador Eduardo Campos (PSB). Como em Curitiba, educação foi o foco.

Numa audiência com o governador, representantes dos sem-terrinhos de Pernambuco também pediram mais escolas nos assentamentos. O governador prometeu analisar e responder a todos os itens da pauta numa nova reunião em novembro. Em seguida, ele falou às crianças e adolescentes reunidos na Praça da República, elogiando a mobilização.

A manifestação encerrou o 10º Encontro dos Sem-Terrinhos de Pernambuco, cujo tema foi Rompendo Cercas, Fazendo História. Em Porto Alegre, os sem-terrinhos fizeram uma concentração diante da sede do Incra.

### **Grupo que vive na Bolívia reivindica terra no Brasil** – Estado de São Paulo – Nacional – 15/10/2007

As 66 famílias de agricultores brasileiros que vivem na Bolívia e ocupam, desde o início deste mês, a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Brasília, no Acre, anunciaram que não voltarão para a Bolívia. Uma das líderes, Maria Benedita Silva de Abreu, diz que a intenção do grupo é permanecer no Incra até que o governo brasileiro lhes dê terras onde trabalhar e viver. “Cansei de pedir socorro e de esperar que alguém me tirasse de lá.”

### **Grupo invade obra em Tucuruí** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 17/10/2007

Manifestantes querem indenização de R\$ 60 mil pelas casas que terão de deixar; usina concorda com até R\$ 8 mil

O canteiro de obras das eclusas da Hidrelétrica de Tucuruí, localizada no sudeste do Pará (a 400 quilômetros de Belém), foi invadido e está ocupado desde a noite de segunda-feira por 500 moradores de comunidades de pescadores que habitam o entorno do lago da usina.

Os trabalhadores são ligados ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o mesmo que em maio passado ocupou por quatro dias a sala de controle e a casa de máquinas da hidrelétrica.

Os invasores informaram que a ocupação das eclusas tem como objetivo cobrar das Centrais Elétricas do Norte (Eletronorte) o aumento no valor da indenização oferecido às famílias para que deixem suas casas, na área onde estão sendo realizadas as obras.

Dessa vez, os moradores tomaram máquinas e equipamentos dos operários da usina. O Exército, que está no local desde maio, reforçou os procedimentos de segurança na segunda-feira.

**VALORES** - A Eletronorte calculou entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil o valor de cada casa e concorda em pagar um pouco mais, estabelecendo o limite máximo de R\$ 8 mil por imóvel.

Para a líder do Movimento dos Atingidos por Barragens, Euvanice Furtado, a proposta da empresa é “ridícula”.

O pedido inicial de indenização para cada família era de R\$ 30 mil. Porém, depois que os moradores passaram a ser pressionados pela Eletronorte a sair das casas, o MAB decidiu dobrar esse valor. A central elétrica alega que precisa concluir as eclusas rapidamente.

“Se quiserem tirar as famílias, terão de pagar R\$ 60 mil por cada imóvel. É um valor justo para quem vai recomeçar a vida do zero”, justificou a organizadora do movimento de moradores.

Como as partes ainda não chegaram a um acordo, os invasores decidiram paralisar as obras, impedindo caminhões e tratores de circular pelo canteiro das eclusas.

A adesão ao protesto dobrou entre a noite de segunda-feira e a tarde de ontem, passando de 250 para 500 pessoas.

A maioria dos moradores vive na área por onde passará um canal depois que as eclusas estiverem concluídas. Todos residem no local conhecido como Poeirão, no bairro da Matinha, no município de Tucuruí.

**PRESIDÊNCIA** - A líder do MAB informou também que as famílias não pretendem mais negociar valores da indenização com a Eletronorte nem com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (DNIT).

De acordo com Euvanice Furtado, o assunto, a partir de agora, vai ser tratado diretamente com a Casa Civil da Presidência da República, pois é lá que será “garantida a verba para atender à população”.

As assessorias de imprensa da Casa Civil e da Eletronorte informaram que ainda não receberam nenhum documento com a pauta de reivindicações dos moradores da região afetada pelas obras da central elétrica no Pará.

**Justiça proíbe crianças em marcha do MST** – Folha de São Paulo – Nacional – 17/10/2007

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE - O Juizado da Infância e Juventude de Cruz Alta (347 km de Porto Alegre) proibiu ontem que crianças participem de marcha realizada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que percorre vários municípios do Rio Grande do Sul desde 11 de setembro.

Cerca de cem crianças acompanham os pais na caminhada em direção à fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul (314 km de Porto Alegre). Os sem-terra farão protesto pela desapropriação da área. Irma Ostroski, do MST, disse que os pais devem decidir onde levar seus filhos.

**PF prende no Rio três acusados de trabalho escravo** – Márcia Brasil - Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/10/2007

Três homens acusados de integrar uma quadrilha que explora trabalho escravo na Baixada Fluminense foram presos ontem durante uma operação conjunta entre a Polícia Federal e o Ministério Público. O quarto integrante está foragido. A quadrilha é acusada de manter 60 vendedores ambulantes, trazidos de Pombal (PB) com promessas de empregos para vender redes, tapetes e panelas no Rio, em troca de moradia.

As investigações começaram há uma semana, depois que um dos empregados fez denúncia à Delegacia Regional do Trabalho. O delegado da PF de Nova Iguaçu, Lailor Pina, que fez as prisões, afirmou que o dinheiro ganho pelos empregados seria repassado aos patrões para cobrir moradia e alimentação.

**Confronto deixa índios e madeireiros feridos** - Raimundo Garrone – O Globo – O País – 17/10/2007

Pelo menos um indígena teria morrido durante o conflito em reserva no Maranhão

**Especial para O GLOBO**  
**SÃO LUÍS.**

Um confronto entre índios guajajaras e madeireiros terminou em morte na aldeia indígena Lagoa Comprida, próximo ao povoado de Brasilândia, a 80 quilômetros de Amarante do Maranhão. Segundo o líder indígena Antônio Guajajara, o número de vítimas ainda é indefinido, pois o acesso ao local é difícil.

Mas estão confirmados a morte de um índio identificado como Tomé Guajajara, de 69 anos, e o ferimento a bala de mais quatro pessoas, sendo dois índios.

Antônio Guajajara disse que o tiroteio foi provocado por madeireiros da região, que tentaram resgatar a bala um caminhão carregado de madeira apreendido pelos índios enquanto passava pela aldeia. O motorista do veículo teria escapado na manhã de segunda-feira e arrematado 17 pistoleiros na cidade de Cururupu.

— Eles chegaram encapuzados e fortemente armados, atirando em todo mundo. Foi um verdadeiro ato de terrorismo — disse Antônio Guajajara.

A Polícia Federal enviou uma equipe com 12 agentes fortemente armados, dois peritos e uma delegada ao local.

— Ainda não podemos afirmar se foram madeireiros, brancos, negros ou mesmo os índios que chegaram atirando, pois estavam todos encapuzados — disse Gustavo Gominho, superintendente da PF.

— Estamos esperamos que nossa equipe chegue a um local onde haja sinal de celular, para que possamos ter as informações precisas — disse.

A PF confirmou apenas informações repassadas pela Funai sobre a morte do índio e os quatro feridos no conflito. Antônio Guajajara, que passou o dia ontem na Funai em Imperatriz em busca de informações, fez contato com uma professora do município de Amarante, que foi ao local do conflito levar o caixão para enterrar o índio.

— O clima no local ainda é tenso, e os feridos temem deixar a aldeia com medo de emboscadas, pois os madeireiros prometeram retornar — avisou.

Trezentos e cinquenta índios moram na Aldeia Lagoa Cumprida, que faz parte da reserva Araribóia, onde vivem cerca de sete mil e quinhentos Guajajaras. A reserva tem 413 mil hectares de terra e atinge quatro municípios do sul do Maranhão, onde uma das principais atividades econômica é a exploração da madeira.

**NO O GLOBO ONLINE:** Saiba mais no blog Amazônia Selvagem [www.oglobo.com.br/pais](http://www.oglobo.com.br/pais)

### **Greenpeace é 'sitiado' por madeireiros no Pará** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Vida & - 18/10/2007

Madeireiros de Castelo dos Sonhos, no sudoeste do Pará, estão em conflito desde terça-feira com oito ativistas do movimento ambientalista Greenpeace. Os ambientalistas acusam os madeireiros de tentarem impedir o transporte de uma tora de castanheira de 13 metros de comprimento até São Paulo e Rio, onde faria parte de uma exposição cultural sobre o aquecimento global.

O transporte da árvore havia sido autorizado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), mas ontem pela manhã o próprio órgão cassou a licença, alegando que o fez para não agravar o conflito na cidade, onde fiscais realizam uma operação contra o desmatamento.

Os ambientalistas refugiaram-se na sede do Ibama e foram cercados por aproximadamente 300 madeireiros e empregados de serrarias da região. Eles atravessaram oito caminhões na rua, impedindo a carreta que transportaria a castanheira de deixar o local. O motorista do veículo foi obrigado pelos madeireiros a levar a tora para outra rua da cidade.

No início da noite, os madeireiros deixaram que os ativistas saíssem do prédio. Saíram com escolta da Polícia Militar apenas até os limites da cidade. A tora ficou.

**Além da invasão, ocorrida ontem no sudeste do Estado, sem-terra apedrejaram um trem da companhia, segundo a mineradora - Empresa pedirá à Justiça a mobilização da polícia para retirar os manifestantes do local; movimento defende a estatização da mineradora**

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) interditaram ontem a Estrada de Ferro Carajás, da Companhia Vale do Rio Doce, no interior do Pará. Um trem da companhia foi apedrejado por manifestantes, segundo a mineradora. A invasão à ferrovia ocorreu em Parauapebas (836 km de Belém), no sudeste do Estado. Segundo a Polícia Militar, 200 manifestantes estavam no local. Para o MST, eram 4.000. A Vale, por meio de assessoria, disse que vai pedir à Justiça para que mobilize a polícia para a retirada dos manifestantes.

O MST disse que a invasão é um protesto pela reestatização da companhia. Em setembro, o movimento apoiou um plebiscito informal sobre a privatização da mineradora, em 1997. A iniciativa contou com 3,7 milhões de votos -em 2002, 10,1 milhões de pessoas participaram da consulta sobre a entrada do Brasil na Alca, a área de livre comércio das Américas.

A coordenação estadual do MST disse ainda que a exploração mineral provoca danos ambientais e "impactos sociais" aos trabalhadores rurais.

Segundo a Vale, a estrada é utilizada por 1.300 passageiros por dia e abastece o sudeste do Pará com combustíveis.

Integrantes do MST vinham ameaçando interditar a estrada de ferro nas últimas semanas. Atendendo a pedido da empresa, a Justiça Federal no Estado expediu liminar que proibiu manifestações na estrada de ferro e estabeleceu uma multa no valor de R\$ 100 por pessoa em caso de descumprimento.

A coordenação do MST no Pará disse que os manifestantes só vão sair do local se representantes da Vale, do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e do governo estadual se comprometerem a se reunir com eles para discutir as reivindicações. A Vale afirmou que a ação pode causar a interrupção de exportações e comprometer a imagem das empresas do país no exterior. Segundo a empresa, são transportadas pela ferrovia 250 mil toneladas de minério de ferro por dia.

A Polícia Federal informou que ainda estuda como procederá em relação à invasão. Como a estrada é uma concessão do governo federal, cabe à PF interceder na situação. PMs do Pará monitoram a interdição.

**Manifestantes deixam obra de usina de Tucuruí** – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/10/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - Manifestantes ligados ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens) desocuparam ontem o canteiro de obras das eclusas da usina hidrelétrica de Tucuruí, no Pará.

A área foi invadida na noite de segunda-feira por cerca de 300 pessoas, segundo o MAB, que pediam aumento nas indenizações pagas às famílias desalojadas pela obra e aposentadoria vitalícia para cerca de 200 pescadores.

Segundo a Eletronorte, os manifestantes aceitaram desocupar o local e uma reunião foi marcada.

**ONG é proibida de sair do Pará com árvore** – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Ciência – 18/10/2007

Uma carreta do Greenpeace transportando uma castanheira de 13 metros foi retida anteontem por assentados rurais da localidade de Castelo dos Sonhos, distrito de Altamira (cerca de 1.800 km de Belém), no Pará, e oito integrantes da ONG não puderam deixar a cidade.

Os manifestantes cercaram o caminhão e mais um veículo dos ambientalistas, que conseguiram escapar do cerco e obter refúgio em um posto do Ibama (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Os ativistas só conseguiram deixar Castelo dos Sonhos no final da tarde de ontem, após mais de um dia de negociações. O tronco da castanheira ficou na cidade.

O Greenpeace tinha autorização do Ibama para retirada da árvore, que já estava caída e parcialmente queimada. A castanheira seria usada na exposição "Aquecimento Global: Apague Essa Idéia", que acontecerá em São Paulo e no Rio de Janeiro. Ontem, o Ibama anulou a autorização, para evitar o agravamento do conflito entre ativistas e assentados.

Segundo Isabel Oliveira, uma das lideranças do PDS (Projeto de Desenvolvimento Sustentável) Brasília, em Castelo dos Sonhos, os agricultores ficaram revoltados porque o Greenpeace retirou a árvore do assentamento, enquanto os agricultores estão impedidos judicialmente de usar a área para a agricultura familiar. Há dois meses, a Justiça Federal interditou 99 assentamentos no Pará.

"Somos contra o desmatamento. Queremos regularizar a área e usar 20% dela para agricultura", disse Oliveira. Para o Greenpeace, os assentados são liderados por madeireiros.

**TRABALHO ESCRAVO** - Maurício Hashizume e Leonardo Sakamoto – Da ONG Repórter Brasil – Agência Carta Maior – 19/10/2007

Comissão do Senado paralisa atividade e marca reunião com Lupi

Formada para averiguar atuação do grupo móvel de fiscalização na fazenda Pagrisa (PA), comissão de senadores suspende coleta de depoimentos e agenda audiência com ministro do Trabalho para tentar dar um desfecho ao caso.

SÃO PAULO - Integrantes da comissão externa do Senado Federal que analisa a operação que libertou 1.064 trabalhadores rurais de situação análoga à de escravidão na fazenda de cana-de-açúcar Pagrisa, em Ulianópolis (PA), decidiram suspender a coleta de depoimentos de envolvidos - paralisada em 2 de outubro - e marcaram uma audiência com o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi.

Seis dos 11 senadores da comissão deliberaram, em encontro informal ocorrido na última quarta-feira (17), que uma comitiva formada por quatro representantes - Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Cícero Lucena (PSDB-PB), José Nery (PSol-PA) e Paulo Paim (PT-RS) - se reunirá com o ministro na próxima terça-feira (23) à tarde para tentar dar um desfecho ao assunto.

Adiada por várias vezes nas duas últimas semanas, a sessão que retomaria os depoimentos do auditor fiscal Humberto Célio Pereira e do procurador Luiz Antônio Fernandes, integrantes do grupo móvel de fiscalização que esteve em junho na Pagrisa, e dos diretores executivo, adjunto e presidente da empresa autuada, Murilo, Fernão e Marcos Villela Zancaner, respectivamente, não será mais convocada pela comissão externa. Requerimentos convidando outras pessoas que trabalham com o tema também haviam sido aprovados, mas não devem ser cumpridos pela instância parlamentar.

Presidente da comissão externa, o senador Jarbas Vasconcelos (PSDB-PE) foi procurado para comentar a suspensão dos trabalhos, mas preferiu não se pronunciar. A pressão provocada pela visita de senadores da comissão externa à Pagrisa, quase três meses depois da fiscalização do grupo móvel, fez com que a Secretaria de Inspeção de Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), com base na alegação de risco e de insegurança para o trabalho dos fiscais e procuradores, suspendesse temporariamente as operações do grupo móvel. Houve reação dos senadores que estiveram na Pagrisa e condenação da interferência por parte de entidades da sociedade civil.

Em consequência disso, o ministro Carlos Lupi chegou a divulgar o relatório de inspeção da fazenda. Foram colhidos os depoimentos iniciais dos principais envolvidos e parlamentares contrários à intervenção dos senadores aproveitaram para se rearticular em torno da necessidade de aprovação da PEC 438/2001, que prevê o confisco de terra onde a prática do trabalho escravo for constatada. Depois de firmar um termo de cooperação técnica com a Advocacia-Geral da União (AGU), o MTE restabeleceu normalmente as operações do grupo móvel na última segunda-feira (15).



"Os membros da comissão chegaram a conclusão que não há razão para continuar com os trabalhos", declara José Nery. "Montou-se uma parafernália sobre um assunto que estava sendo encaminhado normalmente pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Os fiscais têm que fiscalizar e a empresa tem que melhorar as suas condições e voltar a produzir", opina Paulo Paim, outro articulador da audiência com Carlos Lupi. "O ministro é a autoridade maior neste tema", completa o senador petista, ressaltando que a audiência da semana que vem tem como objetivo dar um encaminhamento final sobre essa questão.

Segundo senadores que participaram da reunião, os membros da comissão externa devem levar - a pedido de Kátia Abreu (DEM-TO) e de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), principais propositores da criação da comissão externa - pelo menos três demandas para a audiência com o ministro do Trabalho e Emprego: um pedido para que a empresa fosse excluída da "lista suja" do trabalho escravo, uma consulta sobre a possibilidade de assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o Ministério Público do Trabalho (MPT) estabelecendo metas e prazos para que a empresa sane os problemas constatados pelo grupo móvel e uma sugestão para que uma nova fiscalização do governo federal verifique depois as condições de trabalho na propriedade.

A Pagrisa, contudo, ainda não faz parte da "lista suja" de empregadores que passaram por um processo administrativo depois de ter explorado trabalho escravo. E o MTE não tem a prerrogativa nem para firmar um TAC para a "correção" dos crimes praticados pela empresa e não pode atender pedidos específicos de novas fiscalizações para casos como o da Pagrisa. Uma nova averiguação pode ocorrer com base em novas denúncias ou como acompanhamento das empresas relacionadas na "lista suja", cadastro em que a Pagrisa não foi sequer incluída, pois o procedimento administrativo referente à empresa (que garante inclusive a defesa dos autuados) ainda está em curso.

Paralelamente à movimentação da comissão externa do Senado Federal, a juíza Carina Cátia Bastos de Senna, da Vara Federal de Castanhal (PA) recebeu a denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal que referenda o conteúdo do relatório da fiscalização do grupo móvel e recomenda a prisão dos donos da Pagrisa pela prática de trabalho escravo.

**MST ocupa ferrovia da Vale no Pará** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – 18/10/2007

Crianças são mobilizadas; juiz determina intervenção da polícia

A Ferrovia de Carajás, no sudeste do Pará, foi ocupada ontem por agricultores ligados ao Movimento dos Sem-Terra (MST), dentro de sua jornada de luta pela reforma agrária. A mobilização ocorreu perto dos distritos Vila dos Palmares I e II, em Parauapebas (PA).

Uma decisão da Justiça Federal, há 15 dias, impediu a primeira tentativa de fechar a ferrovia, por onde escoava toda a produção de ferro da Companhia Vale do Rio Doce, do Pará

ao Maranhão. Na ocasião, o juiz Arthur Pinheiro Chaves determinou que forças policiais protegessem os trens contra “atos atentatórios” do MST.

Ontem, a mobilização começou ao amanhecer. Os invasores levaram mulheres, crianças e idosos, montando acampamento em cima dos trilhos, na Fazenda Palmares, assentamento do próprio movimento.

Eles garantiam que só deixariam o local quando as suas reivindicações fossem atendidas pelo governo e pela Vale. Eles pedem a legalização de cinco áreas invadidas na região, assim como a construção de estradas, postos de saúde, creches, além do fornecimento de energia elétrica e água potável em assentamentos regularizados.

A coordenadora estadual do MST, Aiala Ferreira, criticou a lentidão da reforma agrária. “Nunca foi de interesse nem desse governo nem dos passados solucionar problemas do campo.”

**COBRANÇA** - A Vale comunicou à Justiça Federal sobre a invasão e pediu a mobilização de força policial para a retirada dos manifestantes. Em nota, a empresa declarou esperar providências rápidas das autoridades e externou sua “perplexidade” por ser alvo de ativistas cujas reivindicações, segundo avalia, não têm vínculo com ela, “como a defesa da reforma agrária e protesto contra o imperialismo”.

A Vale acusou o grupo de apedrejar um trem às 10h45, o que levou à suspensão do tráfego. São transportados diariamente na ferrovia 1.300 passageiros e combustível para cidades da região.

**TCU tira do cargo superintendente do Incra no MA** - Suzana Beckman – Estado de São Paulo – Nacional – 18/10/2007

O superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Maranhão, Raimundo Monteiro, foi condenado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) à perda do cargo e a pagar multa de R\$ 13 mil. Também foi proibido de exercer função civil pública por oito anos.

As sanções se referem a processo licitatório de julho para construir estradas em assentamentos. O TCU alega ter encontrado indícios de fraude e favorecimento de quatro empresas. Foi determinado prazo de 15 dias para que o Incra anule o processo. Também foram condenados outros seis servidores do órgão. Monteiro alega ser vítima de injustiça. Segundo ele, a licitação nem foi concretizada. O TCU deve enviar a denúncia à Procuradoria da República no Maranhão nos próximos dias. Se for aceita, os suspeitos poderão ainda ser condenados à pena de dois a quatro anos de prisão.

**Sem-terra desocupam ferrovia da Vale no Pará** - Carlos Mendes colaborou Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2007

Justiça havia dado prazo de 5 dias para governadora acionar força policial

Ocupada por aproximadamente 3 mil pessoas ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST), desde a manhã de quarta-feira, a Estrada de Ferro Carajás, no sudeste do Pará, foi liberada no fim da manhã de ontem. Os sem-terra, com um grande número de mulheres e crianças, tinham acampado sobre o leito da ferrovia - da Vale do Rio Doce - no trecho que atravessa o município de Parauapebas.

Eles só resolveram sair depois que o governo federal mobilizou representantes de cinco ministérios para negociar com seus líderes. Ficou acertado que no próximo dia 25 haverá uma reunião, em Brasília, para discutir as reivindicações dos sem-terra. “As famílias não vão abandonar o local - apenas permitiremos a passagem dos trens da Vale do Rio Doce, enquanto durar a negociação com o governo”, explicou Charles Trocate, da coordenação estadual do MST.

Na noite de quarta-feira, o juiz federal Francisco Garcês Castro Júnior, de Marabá, já tinha concedido liminar ao pedido de reintegração de posse feito pela Vale e determinado a desocupação da ferrovia. De acordo com a determinação judicial, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa (PT), teria que mobilizar forças policiais e remover os sem-terra num prazo de cinco dias.

Na ocasião da invasão da ferrovia, o MST apresentou uma lista de reivindicações com 15 pontos. O primeiro deles diz: “Reestatização da Companhia Vale do Rio Doce como forma de devolver ao Estado nacional e ao povo brasileiro uma empresa de caráter estratégico para a economia e a soberania nacional.” Os pontos seguintes incluem, entre outras coisas, um plano emergencial de assistência aos assentamentos rurais da região; maior fiscalização sobre os possíveis impactos ambientais causados pela atividade mineradora; e o corte do repasse de ferro a empresas instaladas no Pará e no Maranhão acusadas de não cumprirem suas responsabilidades ambientais e sociais.

A Vale disse não ter nada a ver com as reivindicações feitas pelos manifestantes e, portanto, não tinha como negociar com eles. Na quarta-feira, o último trem da empresa com carregamento de minério de ferro passou pela região de Parauapebas às 10h45 e foi apedrejado pelos manifestantes. Temendo acidentes a Vale suspendeu o tráfego, com prejuízos para suas operações. Até ontem, a invasão tinha impedido a circulação de 2.700 vagões de carga.

Na quarta-feira, o rumor de que o Exército estaria se preparando para retirar os invasores tornou ainda mais tenso o clima entre. Toras de madeira ficaram atravessadas nos trilhos para evitar a aproximação dos trens, enquanto barracos eram montados sobre a ferrovia. **COLABOROU ROLDÃO ARRUDA**

**MST ainda é risco à segurança, diz companhia** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2007

A Companhia Vale do Rio Doce disse ontem, por meio de nota à imprensa, que o fato de os sem-terra terem abandonado o leito da ferrovia para acampar ao seu redor ainda traz riscos à segurança dos passageiros, empregados e dos próprios invasores. Isso ocorre porque o grupo, com crianças e pessoas idosas em seu meio, ficou numa faixa muito próxima aos trilhos; e também porque existe a possibilidade de os invasores voltarem a qualquer momento para o leito da ferrovia, acarretando mais conflitos e prejuízos à empresa.

Para a Vale, o governo do Pará deve cumprir a liminar da Justiça Federal de Marabá, que determinou a desocupação do local. O juiz chegou a encaminhar ofício à governadora Ana Júlia Carepa e ao ministro da Justiça, Tarso Genro, requisitando apoio das Polícias Militar e Federal para levar adiante a ordem de desocupação.

A companhia mineradora também disse em sua nota que os governos estadual e federal é que devem se mobilizar para atender à lista de reivindicações apresentadas pelos sem-terra. Com o título Reivindicações Comuns da Sociedade em Defesa da Reforma Agrária e das Riquezas Naturais do Povo Brasileiro, a lista tem um item sobre o imposto chamado Contribuição Financeira pela Exploração Mineral (Cfem) - uma espécie de royalty pago às prefeituras, ao Estado e à União pelas mineradoras. Sua inclusão chamou a atenção de especialistas encarregados de negociar com os sem-terra, uma vez que ele não tem nenhum impacto direto sobre os assentamentos, beneficiando sobretudo as prefeituras da região e o governo estadual.

Na sede da coordenação do MST no Pará, Ayala Ferreira explicou que esse item está lá porque a lista não inclui apenas reivindicações dos sem-terra. “Somos parte da sociedade brasileira. Todos os prefeitos da região se sentem lesados pelos impostos atuais e desejam uma revisão geral de todas as taxas.” Para a Vale, é impossível negociar uma lista que passa por interesses dos municípios, dos Estados e da União. Caberia a outros organismos a negociação.

**Torres de energia são derrubadas em TO** - Jocyelma Santana colaborou Alaor Barbosa – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2007

Empresa suspeita que Movimento dos Atingidos por Barragens tenha participado dos ataques; polícia investiga

A Polícia Civil do Tocantins está investigando uma série de ataques realizados nos últimos dias contras torres de distribuição de energia elétrica nos municípios de Paranã e

São Salvador do Tocantins. Os ataques começaram na sexta-feira e foram repetidos no sábado, na terça e ontem.

Em decorrência de um desses atos, o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica (UHE) de São Salvador, no Rio Tocantins, a 420 km da capital, Palmas, chegou a ficar paralisado durante 27 horas. Em Palmeirópolis, município da região, o fornecimento de energia elétrica foi interrompido por oito horas.

Victor-Frank Paranhos, presidente da Companhia Energética São Salvador, controlada pelo grupo franco-belga Suez e responsável pela construção da hidrelétrica, classificou como “terroristas” os responsáveis pelos ataques. Segundo suas informações, eles derrubam as linhas cortando os cabos de aço que dão sustentação às torres ou provocando curtos-circuitos.

No início, funcionários da Celtis, a empresa distribuidora de energia, suspeitaram que os ataques estivessem sendo feitos por militantes do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Eles se opõem à construção da hidrelétrica e, desde setembro, mantêm um acampamento com 400 pessoas a 4 km do canteiro de obras. Na segunda-feira, um grupo invadiu a estrada que dá acesso ao canteiro de obras do empreendimento, impedindo durante algumas horas o tráfego de caminhões.

Os integrantes do MAB, porém, negam qualquer participação nos ataques. Dizem que suas manifestações são pacíficas e tentam chamar a atenção para os danos causados às famílias e ao ambiente, em decorrência da hidrelétrica. A polícia, por sua vez, ainda não apontou suspeitos.

A construção da hidrelétrica deve ter impacto sobre 117 famílias. No momento, cerca de 2,8 mil operários trabalham no canteiro de obras. A hidrelétrica, orçada em R\$ 880 milhões, deve começar a funcionar em 2009. Quando estiver com sua capacidade máxima, poderá gerar 243,2 megawatts de energia. **COLABOROU ALAOR BARBOSA**

**No Pará, Justiça afasta 5 diretores do Incra** – Estado de São Paulo – Nacional – 19/10/2007

O juiz federal Antonio Carlos Campelo, de Altamira (PA), determinou ontem o afastamento do cargo de cinco diretores do Incra em Santarém, entre eles o superintendente, Pedro Aquino de Santana, acusados de irregularidades na criação e implantação de 99 assentamentos. Em agosto, a Justiça Federal havia interditado os assentamentos a pedido da Procuradoria da República. O procurador Felipe Fritz Braga alegou na ação que os assentamentos foram criados pelo Incra sem estudo de impacto ambiental e beneficiariam apenas madeiras. Os diretores não quiseram se manifestar sobre o afastamento.

**Sem-terra liberam ferrovia da Vale no PA** – Felipe Bächtold e Mariana Salles Folha de São Paulo – Brasil – 20/10/2007

### **MST ainda está acampado às margens da estrada de ferro; manifestantes continuam chegando à invasão**

Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) desocuparam ontem os trilhos da Estrada de Ferro Carajás, no sudeste do Pará. Os acampamentos montados às margens da ferrovia, porém, continuam recebendo mais manifestantes.

A ferrovia, da Companhia Vale do Rio Doce, foi invadida anteontem em trecho em Parauapebas (836 km de Belém). Os trens voltaram a circular, com restrições, no fim da tarde de ontem. O tráfego havia sido interrompido na quarta-feira.

Movimentos de garimpeiros também se uniram aos sem-terra na ação. Os manifestantes protestam contra a atuação da mineradora e reivindicam a reestatização da companhia, privatizada há dez anos. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva comentou, durante sua viagem a Angola, sobre a invasão que não viu "nada que não possa ser resolvido".

Representantes do governo do Estado foram ao local para negociar a liberação. Lideranças do MST dizem que conseguiram marcar para a próxima semana reunião com representantes do governo federal em Brasília para discutir as reivindicações. Mas pretendem deixar o local somente após a realização desse encontro .

Maria Raimunda César, da direção estadual do MST, afirma que os acampados podem voltar a invadir os trilhos se a reunião com os representantes não for mantida. De acordo com a Polícia Militar, havia cerca de 800 pessoas no local ontem. O MST diz que são 2.600 famílias. Agentes e delegados da Polícia Federal foram enviados ao local. Segundo a assessoria da PF, os policiais vão primeiramente negociar a desocupação da área com os manifestantes.

Por ser uma concessão federal, só policiais federais podem intervir no impasse. A PM do Pará somente monitora. A assessoria da Vale diz que, com a permanência dos manifestantes nas proximidades da ferrovia, há riscos à segurança dos "empregados da companhia e dos próprios invasores".

A companhia afirma que uma usina da empresa no Maranhão ficou sem matéria-prima por causa da obstrução da ferrovia.

A empresa diz também que aguarda o cumprimento de liminar concedida pelo Justiça Federal anteontem determinando a reintegração de posse da área invadida.

Colaborou **FÁBIO ZANINI**, enviado especial a Luanda (Angola)

**Sem-terra desocupam ferrovia de Carajás** – Leandro Calixto – O Globo – O País – 19/10/2007

Cerca de 400 famílias continuam às margens da estrada de ferro, administrada pela Vale MARABÁ (PA). O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) se antecipou a possível intervenção de tropas federais para desobstruir a Estrada de Ferro Carajás, administrada pela Companhia Vale do Rio Doce, e desinterditou os trilhos ontem de manhã. Mas cerca de 400 famílias permanecem mobilizadas nas margens da ferrovia, prontas para uma nova ocupação, caso o movimento determine. A ferrovia foi ocupada na manhã de anteontem por aproximadamente 200 famílias, a 30 quilômetros de Parauapebas, no Sudeste do Pará. Ao todo, três mil famílias de sem-terra estão mobilizadas em vilas próximas. Elas foram convocadas pelo MST para reforçar a Jornada de Luta pela Reforma Agrária. O MST pede solução para famílias acampadas à beira de estradas. Anteontem à noite, o juiz federal Francisco de Assis Garcês Castro Júnior, de Marabá, concedeu liminar favorável à Vale, determinando a imediata reintegração de posse da estrada de ferro. Apesar de a concessão ser explorada pela empresa, a ferrovia pertence ao governo federal. Por isso o caso é de competência da Justiça Federal. O juiz havia requisitado à governadora Ana Júlia Carepa (PT) cinco mil homens da Polícia Militar para ajudar os agentes da PF na desocupação da ferrovia.

**Assentados no PA bloqueiam Transamazônica em protesto** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 20/10/2007

Agricultores querem desinterdição de assentamentos no Estado suspeitos de irregularidade

Cerca de 300 agricultores de assentamentos do oeste do Pará fecharam ontem a Rodovia Transamazônica, na altura do km 635, nas proximidades da cidade de Altamira. A interdição durou 12 horas. Os agricultores protestavam contra a decisão da Justiça Federal de interditar 99 assentamentos efetuados na região pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Segundo os procuradores da República, quase todos foram instalados sem licença ambiental.

Um dia antes da interdição, na quinta-feira, cinco diretores da superintendência do Incra em Santarém foram afastados de seus cargos, sob a acusação de terem cometido irregularidades na execução de assentamentos. Eles terão o sigilo bancário, fiscal e telefônico quebrado e ficarão afastados por um período de 60 dias. Suspeita-se que tenham favorecido a ação de madeireiros naquela área.

Além de interditar a rodovia, os manifestantes foram para a frente da sede da Procuradoria da República em Altamira. Eles alegam que estão sofrendo prejuízos com a interdição. O principal deles é a falta de acesso a políticas públicas de crédito rural.

Na opinião do procurador Marco Almeida, a manifestação “foi financiada por madeireiros” - os mesmos teriam se beneficiado das irregularidades que resultaram na devastação de florestas em Santarém e Uruará. A direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetagri) em Altamira rebateu a acusação. Em nota à imprensa, a federação assegurou que o protesto foi organizado pelos agricultores.

Ao mesmo tempo em que os assentados interditavam a Transamazônica, representantes do Inca do Ministério Público Federal concluía um acordo que permitirá a retomada dos trabalhos em parte dos assentamentos interditados. Pelo acordo, o Inca começará a atuar de forma prioritária nos assentamentos beneficiados com o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea) e onde existem focos de conflitos fundiários.

Em agosto, quando os procuradores apresentaram a ação de interdição dos assentamentos, o ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, criticou a decisão. Ele afirmou que ainda não havia pessoas morando nos assentamentos; e que as famílias seriam instaladas somente após a autorização ambiental.

#### **Sem-terra são intimados a deixar área de ferrovia - Wilson Tosta – Estado de São Paulo – Nacional – 20/10/2007**

Um oficial de Justiça acompanhado de policiais federais e militares intimou ontem integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) a cumprir a ordem judicial para deixar a área da Estrada de Ferro Carajás, em Parauapebas (PA), propriedade da Companhia Vale do Rio Doce, que ocupam desde o dia 17. Segundo a empresa, o oficial constatou que os ativistas, embora tenham desocupado a via férrea por acordo com o governo estadual, estão perto dos trilhos, “ameaçando fazer novo bloqueio, caso não sejam atendidas as suas reivindicações”. A empresa considera a presença de pessoas perto dos trilhos perigosa e anunciou que vai colocar placas de alerta na área.

De acordo com nota da Vale, o oficial de Justiça constatou que havia no local pessoas armadas de “pau, facão e facas” e alcoolizadas. “Até o momento, cerca de 375 mil toneladas de minério deixaram de ser transportadas, e multas provocadas pelo atraso no embarque de navios que se encontram no porto de Ponta da Madeira, em São Luís, podem ser aplicadas”, afirma ainda a Vale.

O MST avisou que não pretende sair. “Foi tudo negociado com o gabinete da Presidência da República, que no dia 25 próximo vai se reunir com o movimento e outros cinco ministérios para discutir a pauta de reivindicações”, informou o líder dos sem-terra na região, Eurival Martins.



**Incra pretende excluir 11 assentados de lote em SP** – Estado de São Paulo – Nacional – 20/10/2007

O Incra pediu à Justiça a exclusão de 11 assentados do Assentamento Bela Vista do Chibarro, em Araraquara (SP), que transformaram todo o lote em canaviais. Os lotes foram arrendados e a cana-de-açúcar tomou conta até das áreas de reserva legal. Outros assentados ainda podem perder a terra, já que a cana está presente em 80% dos 176 lotes. Segundo o Incra, a família deve morar no lote e ter diversidade de produção para sua própria subsistência e geração de renda.

**Estados fazem pacto contra trabalho escravo** – Estado de São Paulo – Nacional – 20/10/2007

Os secretários de Justiça do Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Tocantins e Bahia mantêm encontros para elaborar o Pacto Interestadual de Combate ao Trabalho Escravo, que deve ser finalizado até novembro. O Pará concentra o maior número de casos de trabalho escravo. Dados do Grupo Especial de Fiscalização Móvel do Ministério do Trabalho mostram que, dos 3.964 trabalhadores libertados em operações em todo o País, neste ano, mais de 45% (1.800) estavam no Pará.

**'Lista suja' do governo não reduz trabalho escravo** - Silvia Amorim – Estado de São Paulo – Nacional – 21/10/2007

Exploradores de mão-de-obra não sanam problemas; desde 2000, 23.318 trabalhadores foram libertados

Uma em cada quatro empresas incluídas na “lista suja” do trabalho escravo no País nunca regularizou sua situação junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e já é veterana no cadastro federal. A listagem dos exploradores de mão-de-obra em condições análogas à escravidão foi criada, em 2003, pelo governo federal com o objetivo de expor os infratores e forçá-los a sanar as irregularidades. A um mês da listagem completar quatro anos, pode-se constatar que, para 26% dos fichados - 51 de 192 - , a tática não funcionou.

Desde 2000, 23.318 vítimas de trabalho escravo foram libertadas no País - em média, 3 mil por ano, segundo o MTE. O número é muito pequeno perto das estimativas de organizações não-governamentais que atuam nesta área. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT), 25 mil pessoas, no mínimo, são exploradas a cada ano. A fiscalização é considerada insuficiente. De cerca de 300 denúncias anuais, diz a CPT, apenas metade é averiguada.

O combate à exploração desse tipo de mão-de-obra voltou à pauta de discussões no mês passado, quando um grupo de senadores contestou a libertação de 1.064 trabalhadores numa fazenda no Pará. A ação, promovida pelo Grupo Móvel Especial de Fiscalização do Trabalho Escravo do MTE, foi a maior da história. A polêmica levou à interrupção das blitzes, que, após 22 dias paralisadas, foram retomadas na segunda-feira passada.

São considerados veteranos da “lista suja” pessoas jurídicas ou físicas que, autuadas, entraram para o cadastro durante o seu primeiro ano de vigência e nunca mais saíram, apesar de todas as penalidades. Quem aparece na relação fica impedido de obter benefício fiscal do governo federal e de contrair empréstimos subsidiados pela União em bancos. O próprio mercado pune os infratores. Cerca de 300 empresas, em parceria com o ministério, não contratam serviços de quem esteja no cadastro.

O principal motivo de permanência na “lista suja” é o não-pagamento de multas, explica o coordenador do Grupo Móvel, Marcelo Campos. Reincidência na infração ou falta de regularização das falhas também impede a saída do cadastro.

O ministério não soube informar em qual situação se enquadram os infratores veteranos. “Para sabermos o porquê de eles nunca terem saído do cadastro, teríamos que ver processo por processo, mas o mais comum são os débitos financeiros”, disse Campos. A pasta também não sabe o valor da dívida dos autuados. “Todas as multas trabalhistas entram num sistema único.”

“Eles estão radicalizando. Querem transformar irregularidades trabalhistas comuns em trabalho escravo”, reage o presidente da União Democrática Ruralista, Luiz Antônio Nabhan Garcia. As autuações custam caro. A falta de registro na carteira de trabalho, comum nesses casos, resulta em multa de R\$ 400 por funcionário. Para cada ilegalidade é lavrada uma autuação, como manter funcionários em alojamentos inadequados.

Só obtém alforria da lista aquele que, após dois anos de acompanhamento do governo, não reincidiu na infração, regularizou problemas e quitou multas e débitos trabalhistas e previdenciários. O não-cumprimento das exigências tem feito a lista crescer a cada atualização semestral. Isso porque mais gente entra para o cadastro do que sai dele. Na última relação, divulgada em julho, 51 empregadores novos foram incluídos e só 22, excluídos.

Campos admite que o índice de 26% de infratores veteranos é preocupante. “O cadastro, para nós, é meramente informativo. Prefiro atribuir isso ao desconhecimento do empregador da sua inclusão na lista. A maioria só regulariza quando procura um financiamento e é informado de que está impedido de fazê-lo.”

Para o coordenador da campanha nacional de combate ao trabalho escravo da CPT, frei Xavier Plassat, a impunidade é o maior entrave. “Só metade das denúncias é fiscalizada. O Código Penal prevê prisão, mas nunca ninguém foi preso.”

**Presidente da UDR acusa fiscais de radicalismo** – Estado de São Paulo – Nacional – 21/10/2007

Em pé de guerra com a fiscalização contra o trabalho escravo, a União Democrática Ruralista (UDR) acusa fiscais de radicalismo e nega trabalho escravo em terras de produtores rurais. “Não acredito que haja trabalho escravo no Brasil por parte dos produtores rurais”, diz o presidente da UDR, Luiz Antônio Nabhan Garcia. Nabhan diz que a “ala radical do Congresso” busca pretexto para tomar terras de fazendeiros - há projeto que prevê isso em casos de condenação judicial por trabalho escravo. O lobby da bancada ruralista, porém, mantém a proposta engavetada há 2 anos.

Nabhan justifica que as irregularidades são simples e facilmente regularizadas. “Isso (trabalho escravo) pode existir lá com madeireiros, que exercem atividade ilegal. Aí sim, cometem irregularidades. Mas acusar produtor rural de fazer isso é um absurdo.”

Segundo Nabhan, os fiscais autuam o dono da terra “sendo que nem é ele quem contratou os peões”. “Em geral é uma empreiteira, que chamamos de gato, quem contrata.” A terceirização da mão-de-obra é apontada pela Justiça como artimanha para se livrar de condenações.

**Estudiosos propõem leis mais rigorosas** - Roldão Arruda – Estado de São Paulo – Nacional – 21/10/2007

Propriedade em que fosse detectado o problema deveria ser expropriada, dizem

Entre os estudiosos de questões trabalhistas, a permanência de empresários na “lista suja” do Ministério do Trabalho seria um atestado de que as leis em vigor são insuficientes para conter o trabalho escravo. Na opinião do vice-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho, Luciano Athayde Chaves, a solução seria a aprovação da proposta de emenda constitucional sobre o tema que tramita atualmente no Congresso. Ela estabelece que toda propriedade onde fossem encontradas condições análogas ao trabalho escravo seria automaticamente expropriada.

“Os proprietários não se assustam com as multas e restrições”, afirma Chaves. “Mas, se dois ou três deles perdessem a propriedade, isso teria um efeito exemplar poderoso: ninguém mais se arriscaria.”

A PEC já foi aprovada num primeiro turno de votação da Câmara, há dois anos. Mas depois foi para a gaveta e não saiu mais de lá. Na avaliação do juiz, isso deve-se à força da bancada ruralista no Congresso.

Na Universidade Federal do Pará (o Estado campeão em denúncias de trabalho escravo), o professor Ronaldo Marcos de Lima Araujo, membro da Comissão Estadual de Combate ao Trabalho Escravo, observa: “Enquanto o empresário se livrar das acusações com o pagamento de multas, são remotas as possibilidades de acabar com a prática do trabalho escravo. É preciso tirar a questão do âmbito trabalhista e qualificar como criminoso quem escraviza outras pessoas.”

Para a socióloga Maria Aparecida Moraes Silva, livre-docente da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e pesquisadora na área trabalhista, as denúncias de trabalho escravo nos canaviais de São Paulo são mais difíceis de serem punidas do que em outros Estados. “Aqui quase todo mundo tem registro na carteira de trabalho, não existem capatazes vigiando os trabalhadores, não se vêem armas nem casos de servidão por dívidas, como em outras regiões”, diz ela. “Mas existem outras imposições que, a meu ver, formam os elos invisíveis da corrente que leva ao trabalho escravo no Estado.”

Entre os elos invisíveis citados pela professora encontra-se a média de dez toneladas de cana cortadas por dia: “Quando não atinge essa média imposta, o trabalhador é substituído por outro. Para não perder o emprego, muitos vão além dos seus limites físicos.”

Ainda segundo a socióloga, vigora nos canaviais paulistas um sistema em que as normas e os fiscais não podem ser contestados, ao mesmo tempo que o direito de greve foi suprimido.

**Na lavoura de cana, 27 pessoas em 2 cômodos** – Estado de São Paulo – Nacional – 21/10/2007

Trabalhadores foram aliciados em PE, MA e PI e vivem em meio a esgoto

Num casebre na área rural de Sebastianópolis do Sul, a 510 km de São Paulo, 27 pernambucanos, maranhenses e piauienses dividem há seis meses dois cômodos com beliches improvisados e um único banheiro. Todos foram aliciados por agentes que prometeram casa, comida e emprego temporário nas lavouras de cana no interior paulista.

José da Silva - nome fictício -, de 28 anos, e cinco trabalhadores haviam acabado de chegar ao alojamento na manhã de quarta-feira passada, depois de 12 horas de trabalho na madrugada num canavial, quando a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego e da Procuradoria Regional do Trabalho apareceu. Foi a primeira blitz em São Paulo depois que a União retomou as operações contra o trabalho escravo no País, suspensas desde 22 de setembro. Foram fiscalizadas seis usinas e dois fornecedores de cana da região de São José do Rio Preto. Dois alojamentos acabaram fechados e 45 trabalhadores, transferidos para novos abrigos.

Do lado de fora do casebre, o esgoto corria a céu aberto. Filhotes de porco transitavam livremente ora na cozinha ora no esgoto, fuçando nos restos de comida. “Temos encontrado situações como essa em várias regiões do Estado”, disse o auditor fiscal João Batista Amâncio. Apesar da precariedade, cada trabalhador paga R\$ 32 de aluguel. A viagem de três dias até São Paulo custou R\$ 260 e foi descontada do salário. A alimentação também fica por conta própria. Com todos as despesas, Silva diz sobrar muito pouco dos R\$ 720 que recebe todo mês.

Nos canaviais, a precariedade é ainda maior. Os migrantes têm de cumprir jornada inegociável: 12 horas de trabalho para cortar ao menos 200 metros de canavial, se quiserem ganhar R\$ 30 por dia. Muitos contam que os equipamentos de segurança não têm sido repostos. Dificilmente, entretanto, eles resistem a sete, oito meses de colheita.

O piauiense Silva, que nunca tinha trabalhado num canavial, não conseguiu. Teve dia em que cortou o equivalente a R\$ 3 e pediu para mudar de tarefa. Virou “bituqueiro” (recolhe caules de cana aproveitáveis e que não foram cortados o suficiente). “Pensei que fosse mais fácil, mas é ruim do mesmo jeito. No escuro a gente quase não consegue ver.”

Reclamação dá demissão por justa causa, como ocorreu recentemente com sete pernambucanos. O caso é investigado pelo Ministério Público do Trabalho. “Iria embora agora se tivesse dinheiro para o ônibus. Conheci dois cabras que tinham vindo pra cá, mas não disseram que era assim. Eu vou contar”, diz Silva.

**Bancada ruralista cresce 58% e barra combate à escravidão – Rubens Valente – Folha de São Paulo – Brasil – 21/10/2007**

**Grupo impediu que emenda que expropriava fazendas fosse votada em 2º turno - O ex-secretário de Direitos Humanos Nilmário diz que setores do governo, como o Ministério da Agricultura, não ajudaram na aprovação**

A bancada ruralista cresceu 58% na atual legislatura da Câmara dos Deputados, e 59% de seus integrantes estão nos partidos da base aliada ao governo Lula, segundo levantamento feito neste mês pela ONG Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos). São 116 deputados (22,6% do total) contra 73 na legislatura 2003-2007. Os 68 ruralistas que apóiam Lula somam 18% da base governista.

Entidades não-governamentais, setores do governo e parlamentares da situação atribuem à bancada ruralista parte da responsabilidade pelo andamento arrastado de 11 projetos que têm algum tipo de punição a fazendeiros acusados de fomentar o trabalho escravo.

O principal deles é a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) 438/2001, que prevê a expropriação de propriedades rurais com incidência de trabalho escravo. Ela chegou a ser aprovada no Senado, em dois turnos, e foi votada em primeiro turno na Câmara, em 2004, mas não entrou mais na pauta para a segunda votação. Uma das líderes

da bancada no Congresso, a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), disse que o grupo decidiu não votar a emenda enquanto não seja redefinido o conceito de trabalho escravo. O presidente da Câmara na época da primeira votação, Aldo Rebelo (PC do B-SP), 51, descreveu o papel dos ruralistas na discussão: "A bancada ruralista atuava sempre pelos líderes partidários, apresentava os pontos de vista e participava dos debates no plenário". Indagado se a bancada pediu que a PEC não fosse votada, Aldo disse: "Não era diretamente para que não fosse a segundo turno, mas um esforço grande para que ela não fosse aprovada. E daí outro esforço para que houvesse uma redação que permitisse a votação e, portanto, a aprovação". Aldo disse que o governo "se empenhou na aprovação da PEC", mas "não transformou isso numa guerra, porque o governo trabalha em várias frentes, em atividades para as quais [escolhe] distribuir esforço e energia".

O ex-secretário dos Direitos Humanos do governo Lula (2003-2005), Nilmário Miranda (PT-MG), 60, disse que os ruralistas articularam um movimento contrário à PEC por meio dos líderes partidários: "A senadora Kátia Abreu era deputada na época, ela foi uma das próceres para impedir aquilo de qualquer maneira". Segundo ele, "há uma grande mobilização dentro da Câmara para impedir qualquer chance de aprovação da PEC". O ex-secretário alegou que o governo "não abandonou a idéia" de aprovar a PEC, mas reconheceu que "sempre houve dificuldades, dentro da própria base do governo há contradições". Além disso, "não é segredo que há áreas do governo que não concordam [com a PEC]. O próprio Ministério da Agricultura na época não tinha nenhum entusiasmo por isso. Não trabalhava contra, mas não ajudava. Acho que ele não fez exatamente porque uma reação expressiva de um setor".

**Resistência** - Segundo Nilmário Miranda, o ex-ministro Roberto Rodrigues "não usou todo o potencial" para ajudar na aprovação da matéria. "Acho que ele não fez exatamente porque houve uma reação expressiva de um setor que votava com o governo na maioria dos casos", afirmou.

Segundo Nilmário, Aldo Rebelo "tinha um compromisso" de colocar a matéria para votar, mas isso ocorreu apenas em primeiro turno. "Entre o primeiro e o segundo turnos, aconteceu alguma coisa, eu não sei o que foi". Indagado, Aldo afirmou: "Havia receio de não obter os votos para aprovação e a matéria ir para arquivo, e os líderes tentaram encontrar uma redação que permitisse uma apreciação da matéria. E isso não foi alcançado".

Um deputado ruralista assim definiu a bancada, sob condição de não ter seu nome divulgado: "Eles estão presentes em quase todas as bancadas. Tinham uma referência importante no Ministério da Agricultura [ex-ministro Roberto Rodrigues], não tinham uma relação boa com o governo, [tinham] uma desconfiança grande do Lula. Eles têm uma pauta de reivindicação muito ampla, que vai da questão dos juros e do crédito dos recursos para safra, passa pelo preço dos insumos (...) e vai até as questões mais sensíveis e polêmicas, como reforma agrária e trabalho escravo".

Uma tese de doutorado defendida na USP (Universidade de São Paulo) neste mês pelo cientista político Leonardo Sakamoto vê uma relação entre a morosidade na apreciação dos projetos anti-escravagistas e as doações de campanha eleitoral.

Segundo ele, empresas agropecuárias acusadas de trabalho escravo, seus donos e parentes fizeram doações nas eleições de 2002 e 2004 que ajudaram a eleger dois governadores, cinco deputados federais, três deputados estaduais, três prefeitos e um vereador. Ele apontou ainda três deputados federais, um estadual e três prefeitos entre proprietários ou parentes de donos de fazendas autuadas por suposto trabalho escravo.

**Votação esbarra em conceito de trabalho escravo, diz senadora** – Rubens Valente –  
Folha de São Paulo – Brasil – 21/10/2007

**Kátia Abreu, uma das líderes da bancada ruralista, diz que vota emenda que prevê confisco de terras se houver "definição clara"**

**Ronaldo Caiado (DEM-GO), nega que haja interferência em votação sobre o tema; para ele, poder da bancada é apenas o de se "mobilizar"**

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO), 47, uma das líderes da bancada ruralista no Congresso, afirmou que "um problema de conceituação" levou a bancada a decidir não votar a emenda constitucional que prevê o confisco de terras onde ocorra trabalho escravo.

"Ainda nesta semana o [José] Nery me procurou, o senador do PSOL, me disse: "Senadora, vamos votar a PEC do trabalho escravo?" Aí eu disse: "Se lá for escrito a mesma definição da OIT [Organização Internacional do Trabalho], convenção 29, voto na hora". Agora, com esse leque desse tamanho, sem definição clara e objetiva, eu não voto, sou sincera em dizer", afirmou Kátia, que é proprietária de terras no Tocantins. Indagada se é também essa a posição da bancada, afirmou: "Claro que é, geral da bancada".

A convenção citada pela senadora define a expressão "trabalho forçado ou obrigatório" como sendo "todo trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de sanção e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente".

Um dos líderes da bancada ruralista e um dos fundadores da UDR (União Democrática Ruralista), o deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO), 58, negou que a bancada ruralista esteja impedindo votações sobre o tema do trabalho escravo, como a votação em segundo turno da emenda que prevê o confisco de terras com trabalho escravo. Segundo ele, o poder que a bancada tem é de "[se] mobilizar na votação".

O deputado também alegou que a bancada "não é contrária à PEC [438], depende do texto". Caiado disse que "não tem dificuldade alguma para que a emenda vá à votação". "No momento em que a matéria é pautada, a frente parlamentar se reúne e diz de que maneira nós vamos atuar. Ninguém interfere se ela vai ou não ser pautada. A bancada não tem esse poder."

Caiado atribuiu o aumento da bancada a uma "resposta dada no voto" por eleitores a supostos problemas enfrentados pelo setor no primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006).

"Foi o setor mais massacrado pelo governo Lula. Essa resposta que é dada no voto é uma reação da classe. Hoje você tem cartel de frigorífico, cartel de laticínio, de máquina, de banqueiro. Você tem um governo que é preconceituoso com o setor rural. E você tem um setor que é totalmente desprotegido, não tem seguro, não tem preço mínimo, todos os males ambientais ou sociais, a responsabilidade é do produtor rural."

O deputado disse que o número da bancada é "em torno de 120, 130 parlamentares" e que houve um "crescimento pouco significativo" na atual legislatura. "A bancada sempre oscilou entre 100 e 110."

O ex-ministro da Agricultura (2003-2006) Roberto Rodrigues, que hoje trabalha na FGV (Fundação Getúlio Vargas) de São Paulo, disse em entrevista por telefone -ele estava em viagem a trabalho nos EUA- que na época da discussão da emenda 438 não tratou do assunto com a bancada ruralista.

Segundo o ex-ministro, a emenda "não era um tema ligado ao Ministério da Agricultura, era ligado à Secretaria de Direitos Humanos". (RV)

**Confronto entre sem-terra e segurança mata 2 no PR** – Luiz Carlos da Cruz – Folha de São Paulo – Brasil – 22/10/2007

**Embate aconteceu ontem, em fazenda invadida por MST e Via Campesina**

**Propriedade da Syngenta, multinacional suíça, já havia sido invadida em 2006 e desocupada em julho; PMs e sem-terra seguem na área**

Duas pessoas morreram e oito ficaram feridas durante confronto entre trabalhadores rurais sem-terra e seguranças na fazenda experimental da multinacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (540 km de Curitiba-PR).

A fazenda -que faz experiências com material geneticamente modificado- foi invadida na manhã de ontem por aproximadamente 200 integrantes da Via Campesina e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

Entre os mortos está Valmir Mota de Oliveira, 32, conhecido como Keno, um dos principais líderes do MST na região oeste do Paraná. O segurança Fábio Ferreira, 25, também morreu. Segundo a PM, as duas mortes foram provocadas por disparos de arma de fogo.



Celso Ribeiro, um dos líderes da invasão, disse que os sem-terra chegaram à fazenda às 6h para "ocupar" a área de 127 hectares. O grupo estava acampado próximo à fazenda, que já havia sido invadida em março de 2006 e desocupada em julho deste ano. No momento da invasão, oito seguranças foram expulsos pelo grupo. Por volta das 13h30, um microônibus com aproximadamente 35 seguranças chegaram à propriedade, segundo os sem-terra. Eles relatam que os seguranças estavam armados e chegaram atirando. O tiroteio durou cerca de 30 minutos. Em seguida, a maioria dos seguranças deixou a área. Keno, que estava na entrada da fazenda, foi alvejado na perna e no tórax. Ele chegou a ser socorrido com vida, mas morreu a caminho do hospital. O segurança morreu no local.

**"Questão de honra"** - No final da tarde, lideranças dos sem-terra entregaram à Polícia Militar um revólver calibre 38 e três cassetetes, armas que dizem ter tomado dos seguranças durante o confronto.

O grupo que invadiu a área não pretende deixar o local. Sem citar nomes, Ribeiro acusa ruralistas da região que teriam apoio da multinacional pelo confronto. O governo do Estado determinou que a polícia fique de prontidão nas imediações da fazenda para evitar novos confrontos.

"Eles vieram dispostos a matar eu e o Keno", diz o líder sem-terra. "Agora é uma questão de honra manter a área ocupada", complementa.

Em nota, a Syngenta disse que "lamenta profundamente o incidente ocorrido (...) durante nova invasão".

"A empresa está colaborando com as autoridades locais na apuração do que, de fato, ocorreu na unidade. Portanto, ainda é prematuro para uma avaliação definitiva sobre o ocorrido", afirma a nota. "A Syngenta reforça que a política global da companhia determina que não se use força ou armas para proteger suas unidades." De acordo com a Secretaria da Segurança Pública do Estado, sete seguranças foram presos e autuados por formação de quadrilha, homicídio e exercício arbitrário das próprias razões, na delegacia de Cascavel.

Segundo seguranças presos, eles foram contratados por produtores rurais para expulsar os sem-terra da fazenda.

**Histórico** - A fazenda da Syngenta, em Santa Tereza do Oeste, já havia sido invadida em março de 2006 por trabalhadores rurais sem-terra ligados à Via Campesina. Desde então, é alvo de disputa judicial e política.

O governador Roberto Requião (PMDB) chegou a desapropriar a área para transformá-la numa unidade de pesquisas em agricultura.

Para justificar o decreto, o governo alegou que a fazenda está em área proibida para o plantio de sementes geneticamente modificadas. A empresa alegou que detinha autorização para realizar pesquisas na região, e a desapropriação foi anulada.

A fazenda da multinacional só foi totalmente desocupada em julho deste ano, após uma decisão da Justiça. O site da Syngenta diz que ela é "uma das líderes mundiais na área de agribusiness". O texto informa que suas vendas em 2006 foram de cerca de US\$ 8,1 bilhões.

**Polícia prende 7 por confronto que matou 2 no Paraná** - Miguel Portela, Evandro Fadel, José Maria Tomazela e Moacir Assunção – Estado de São Paulo – Nacional – 23/10/2007

Segurança e um líder do MST morreram, mas nenhum sem-terra foi detido

**Cascavel** - A Polícia Civil do Paraná prendeu sete seguranças acusados de envolvimento no confronto de anteontem na fazenda experimental da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR), que provocou a morte do líder do Movimento dos Sem-Terra Valmir Motta de Oliveira, de 42 anos, e do segurança Fábio Ferreira, de 25 anos, e deixou oito feridos.

De acordo com o delegado Luiz Alberto Cartaxo, os sete seguranças particulares foram presos em flagrante e autuados por formação de quadrilha, homicídio e exercício arbitrário das próprias funções. A polícia informou não ter indícios de participação da multinacional no confronto. Sobre a responsabilidade da empresa NF Segurança, contratada pela Syngenta para proteger a área, o delegado Cartaxo disse que ainda é prematuro julgá-la. A polícia apreendeu apenas um revólver calibre 38. A arma está registrada em nome da empresa de segurança e foi entregue pelos sem-terra aos policiais.

O presidente da subseção da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em Cascavel, Luciano Braga Cortes, disse que o governo do Paraná tem responsabilidade no confronto. "Poderíamos ter evitado essas mortes se o Poder Executivo cumprisse as ordens de reintegração." Esta foi a terceira invasão à área da Syngenta desde março de 2006. "Lamentamos o acontecido, mas era previsto", disse o presidente da Sociedade Rural do Oeste, Alessandro Meneghel. Segundo ele, o governo estadual deixou de cumprir seu dever ao desconhecer ordens judiciais para reintegrações de posse. O presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antonio Nabhan Garcia, também responsabilizou os governos estadual e federal pelo conflito. A Comissão Pastoral da Terra (CPT), em nota, disse que milícias armadas têm agido no campo e nenhuma atitude foi tomada, apesar das denúncias.

A Agência Estadual de Notícias, do governo do Paraná, divulgou nota afirmando que 25 seguranças da NF Segurança - que teriam sido contratados pelo Movimento de Produtores Rurais (MPR) - chegaram atirando no domingo. Segundo a agência, a informação foi dada por policiais. Meneghel, que é organizador do MPR, negou participação no episódio. Anteriormente, o governo havia divulgado nota afirmando que, em cinco anos, já realizou 172 reintegrações de posse, "sem nenhuma morte ou violência".

“O que dirigentes da UDR não entendem é que este governo jamais fará reintegração usando de violência”, dizia a nota.

A Syngenta lamentou o confronto. “A Syngenta não autorizou o uso de força ou armas para manter a segurança.” O advogado da NF Segurança, Hélio Ideriha Júnior, garantiu que a empresa está constituída legalmente e os funcionários atuam dentro da lei.

O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) afirmou ter enviado a Cascavel um ouvidor agrário e um mediador de conflitos.

**Júri mantém condenação a 27 anos de prisão para assassino de Dorothy - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 23/10/2007**

**Belém** - O Tribunal do Júri manteve ontem a condenação a 27 anos de prisão do pistoleiro Rayfran Neves Sales, o Fogoió, pelo assassinato da missionária americana Dorothy Stang. No julgamento, que durou 15 horas, Rayfran alegou que a matou em “legítima defesa”, que foi ameaçado pela freira enquanto plantava capim em um lote de Anapu, a 500 quilômetros de Belém.

A missionária, de 73 anos, foi atingida por 9 tiros em uma emboscada em fevereiro de 2005, em Anapu. Ela tentava implantar um projeto de desenvolvimento sustentado com pequenos agricultores. Isso contrariava interesses de grandes fazendeiros, alguns acusados de grilagem e desmatamento. Rayfran fora condenado em dezembro de 2005, mas, como a pena ultrapassava 20 anos, ele tinha direito a novo julgamento. Cerca de 90 agricultores de Anapu assistiram à sessão ontem que se arrastou quase até a meia-noite. Acusação e defesa reprisaram as teses do julgamento anterior, com uma novidade: o pistoleiro Clodoaldo Batista contrariou o que disse no primeiro julgamento, em que foi condenado a 17 anos de prisão, e negou que o crime tenha sido praticado sob encomenda de fazendeiros da região.

Irritado com a nova versão de Clodoaldo, a 12ª desde o inquérito, o assistente de acusação Aton Fon Filho acusou-o de gritante contradição e pediu ao juiz Moisés Flexa que verificasse a possibilidade de ocorrência de falso testemunho. Clodoaldo disse que alguns interrogatórios foram feitos sob orientação da Polícia Civil e sob coação. O promotor Edson Cardoso pediu aos jurados a condenação de Rayfran por homicídio duplamente qualificado, motivo torpe e uso de meios que impossibilitaram a defesa da vítima. Dorothy, segundo ele, era tida como ameaça para os fazendeiros, por suas atividades sociais.

Cardoso disse que houve promessa de recompensa de R\$ 50 mil e que a arma usada foi repassada a Rayfran por Amair Feijoli da Cunha, o Tato, também já condenado, como intermediário do crime a mando de Vitalmiro Moura, e Regivaldo Galvão - o único que ainda não foi julgado.

Advogado de Rayfran, César Ramos insistiu em o réu cometeu o crime em estado de “ameaça intensa” e não merecia condenação.

## **Trabalho degradante – Folha de São Paulo – Opinião – Editorial – 23/10/2007**

ORGANIZAÇÕES não-governamentais e setores do próprio governo receiam que o crescimento da bancada ruralista dificulte a aprovação de leis que promoveriam o combate ao trabalho em condições análogas à escravidão. A Organização Internacional do Trabalho (OIT) estima que, no Brasil, existam 25 mil pessoas trabalhando sob esse regime. A representação de fazendeiros e do agronegócio de fato cresceu em relação à legislatura anterior. Nas contas da ONG Inesc (Instituto de Estudos Socioeconômicos), os deputados ligados ao setor são hoje 116 (22,6% do total) contra 73 no período 2003-2007. Estão parados no Congresso 11 projetos que prevêem algum tipo de punição a fazendeiros acusados de fomentar o trabalho análogo à escravidão.

A principal dessas peças é a proposta de emenda constitucional (PEC) 438/2001, que permite a expropriação de fazendas onde ocorra o chamado trabalho escravo. O diploma já foi aprovado no Senado e, em 2004, passou por uma primeira votação na Câmara. Desde então, não retornou à pauta. Certamente o governo não considera a PEC tão importante a ponto de confrontar os 116 deputados ruralistas, 68 deles da base aliada. Toda e qualquer iniciativa legislativa que ajude o Brasil a livrar-se da chaga do trabalho equivalente à escravidão é bem-vinda. A PEC 438 é uma delas. Deve-se reparar, porém, que não é despropositada a objeção dos parlamentares que alegam ser necessária uma definição legal de trabalho escravo, sem a qual a norma se torna fonte potencial de arbítrio. É preciso lembrar, contudo, que dificuldades no front legislativo não isentam o poder público de prosseguir no trabalho de fiscalização. Já há leis que permitem punir com rigor fazendeiros faltosos. É o caso de aplicá-las.

## **Governo reforça vigilância em fazenda invadida no Paraná – Luiz Carlos da Cruz – Folha de São Paulo – Brasil – 23/10/2007**

**Polícia paranaense investiga morte de um líder dos sem-terra e de um segurança - Oficial da PM afirma que houve abusos dos dois lados e diz que as pessoas que promoveram esse conflito serão responsabilizadas**

A Sesp (Secretaria de Segurança Pública do Paraná) reforçou a segurança na fazenda experimental da multinacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (540 km de Curitiba), depois do confronto que deixou um líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e um vigilante de empresa de segurança mortos na manhã de domingo, na terceira invasão da área.

No confronto morreram a tiros Valmir da Mota Oliveira, 32, conhecido como Keno, líder do MST no oeste do Paraná, e o segurança Fábio Ferreira, 25.

Ontem, o delegado Luiz Alberto Cartaxo de Moura, chefe Departamento da Divisão de Interior, e o coronel Celso José Mello, comandante do policiamento do interior da Polícia Militar, estiveram na região. A polícia diz que ficará na área até que a ordem seja restabelecida.

Os comandantes não informaram se pretendem solicitar à Justiça autorização para procurar armas de fogo na área invadida pelo MST e Via Campesina e disseram que não deve haver tentativa de desocupar a fazenda à força. "Não se trata dessa forma os movimentos sociais", disse o coronel Mello.

De acordo com o MST, Keno e outros dirigentes estavam sendo ameaçados de morte por ruralistas. Para os sem-terra, o ato foi praticado por uma milícia armada e a ação foi um "massacre".

Para o oficial da PM, houve abusos de ambos os lados e as pessoas que promoveram o conflito serão responsabilizadas. "Se alguém tinha a idéia de tratar os movimentos sociais na lei do 44 como se fazia antigamente, vai ter uma resposta."

O delegado Cartaxo de Moura criticou a tentativa de reintegrar a área feita pelos seguranças. "Reintegração de posse não se faz com arrebatamento, mas pelos meios judiciais", disse.

Apesar do intenso tiroteio, apenas uma arma de fogo foi apreendida -um revólver calibre 38 registrado em nome da NF Segurança, empresa contratada para fazer a vigilância. A arma foi entregue à polícia pelos sem-terra e teria sido tomada de um dos seguranças.

Sete vigilantes da NF Segurança estão presos por formação de quadrilha, homicídio e exercício arbitrário das próprias razões. Nove sem-terra que participaram do confronto foram ouvidos e liberados. A polícia diz que, no caso dos sem-terra, não houve flagrante porque eles se apresentaram voluntariamente.

Um vídeo entregue por sem-terra à Polícia Civil registra o momento da chegada de cerca de 25 seguranças da empresa NF na fazenda, segundo a Sesp.

**Velórios** - O corpo do sem-terra morto foi velado no acampamento 1º de Agosto, no complexo da fazenda Cajati, área invadida há oito anos e comprada há cerca de um mês pelo governo federal para fins de reforma agrária.

Antes do sepultamento, o corpo de Keno foi levado para a área da Syngenta, onde militantes de vários movimentos sociais prestaram homenagens. Keno era casado e pai de três filhos, todos menores.

No mesmo instante em que o líder sem-terra era homenageado, um pequeno grupo de 20 pessoas se despedia do segurança Fábio Ferreira, velado em um pequeno salão comunitário em Santa Tereza do Oeste. O segurança era casado e tinha uma filha de dois anos.

## **Cresce tensão entre governo e produtores – Folha de São Paulo – Brasil – 23/10/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA - O confronto entre trabalhadores sem-terra e seguranças na fazenda da Syngenta Seeds acirrou a relação entre o governo do Paraná e os produtores rurais no Estado. Requião é alvo de críticas por ter declarado apoio ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que, para ele, é "satanizado" pela mídia.

Em 2006, determinou a desapropriação da fazenda da Syngenta em Santa Tereza do Oeste e prometeu instalar uma unidade de pesquisa no local, mas o decreto foi anulado pela Justiça.

"A empresa é invadida, sofre atos de vandalismo e o governador poupa os sem-terra", disse o presidente da União Democrática Ruralista, Luiz Antônio Nabhan Garcia. A subseção de Cascavel da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) também fez críticas e disse, em nota, que o episódio "reflete o descaso com que o tema Syngenta vem sendo tratado". A assessoria do governo disse considerar "desprezíveis e ofensivas" as declarações dos ruralistas.

## **Multinacional nega emprego de pistoleiros – Folha de São Paulo – Brasil – 23/10/2007**

COLABORAÇÃO PARA A AGÊNCIA FOLHA, EM CASCAVEL DA AGÊNCIA FOLHA - A Syngenta Seeds afirmou ontem que a NF Segurança, empresa para quem trabalhavam os seguranças detidos após o tiroteio com sem-terra em Santa Tereza do Oeste (PR), havia sido contratada pela multinacional e que "não faz sentido" a versão de que os funcionários seriam pistoleiros contratados por proprietários rurais.

Em nota, disse que jamais autorizou o uso de força ou armas pelos seguranças e que existe uma cláusula de contrato com a empresa que proíbe o trabalho armado dos vigilantes. A multinacional lamentou que "seres humanos tenham sido feridos ou mortos" no conflito e diz que está colaborando com as autoridades que investigam o caso. A empresa disse que o incidente foi um fato isolado e que a ação de sem-terra não fará com que ela estude mudar suas atividades no país.

O advogado da empresa NF Segurança, Hélio Ideriha Junior, disse que não vai se manifestar sobre o confronto para "não criar um bate-boca público em torno do assunto". Ele questionou, no entanto, o tratamento da polícia: "É uma situação semelhante de ambos os lados. Respeitamos o trabalho da polícia, mas não podemos deixar de questionar o tratamento diferenciado. Houve um morto de cada lado", disse ele sobre as prisões.

Sete seguranças foram presos e encaminhados ao Centro de Detenção e Ressocialização de Cascavel. Nove sem-terra envolvidos no confronto prestaram depoimento, mas foram liberados.

**Acusado de matar Dorothy Stang é condenado a 27 anos** – Sílvia Freire – Folh de São Paulo – Brasil – 23/10/2007

DA AGÊNCIA FOLHA - Rayfran das Neves Sales, 31, foi condenado ontem, por unanimidade, a 27 anos de prisão pela morte da irmã Dorothy Stang, em fevereiro de 2005, em Anapu (PA). Ao ser interrogado, Rayfran disse ter matado a freira a tiros, mas negou que tivesse sido contratado por fazendeiros para assassiná-la.

Segundo Rayfran, ele matou a missionária por ter sido ameaçado por ela quando ia plantar capim no lote 55, em Anapu. A área era reivindicada pela freira para a criação de um projeto de assentamento rural.

Para o Ministério Público Estadual, a morte de Stang foi encomendada por R\$ 50 mil. A defesa de Rayfran alegou que ele cometeu o crime porque estava em estado de ameaça intensa.

O julgamento de ontem, em Belém (PA), foi o segundo de Rayfran. Ele já havia sido julgado pela morte de Stang em dezembro de 2005 e condenado a 27 anos de reclusão. Como a pena excedeu 20 anos, ele teve direito a um segundo julgamento.

Ontem, Clodoaldo Batista, que estava com Rayfran no momento do crime e já foi condenado a pena de 17 anos por co-autoria, foi ouvido como testemunha de defesa. Ele confirmou a versão de Rayfran de que a morte da missionária não fora encomendada. O fazendeiro Vitalmiro Moura, apontado como um dos mandante do crime, foi julgado em maio deste ano e condenado a 30 anos de prisão. Ele aguarda um novo julgamento. Regivaldo Galvão, também acusado de ser um dos mandantes, ainda não foi julgado. Moura e Galvão negam as acusações.

Também já foi julgado pelo assassinato Amair Cunha, condenado a 18 anos de prisão em abril de 2006 pela acusação de ter intermediado o crime.

Dorothy foi morta aos 73 anos com seis tiros quando se dirigia a uma reunião com agricultores em Anapu. Ela era americana naturalizada brasileira e atuava havia 40 anos na organização de trabalhadores no Pará.

Ontem pela manhã, cerca de 150 pessoas, a maioria ligada a movimentos sociais, se concentraram em frente ao prédio do júri para pedir a condenação de Rayfran. À tarde, a manifestação se dispersou. **(SÍLVIA FREIRE)**

**Sem-terra e seguranças responderão por mortes** - Ana Paula de Carvalho\* - O Globo – O País – 23/10/2007

Tiroteio aconteceu durante desocupação de fazenda de multinacional no Paraná

CURITIBA. A Polícia Civil do Paraná informou que serão responsabilizados criminalmente os sem-terra e os seguranças da multinacional suíça Syngenta envolvidos no confronto que resultou na morte de duas pessoas e deixou oito feridas na fazenda experimental da empresa, em Santa Tereza do Oeste, no domingo. Durante tentativa de reocupação da fazenda, invadida por cerca de 150 integrantes do Movimento dos Sem Terra (MST), houve tiroteio entre integrantes do MST e seguranças particulares contratados pela multinacional.

Morreram o líder sem-terra Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno, atingido por dois tiros no peito, e Fábio Ferreira de Souza, segurança da Syngenta, baleado na cabeça.

Ontem, o clima era de indignação no velório de Keno, enterrado em Cascavel. A polícia prendeu em flagrante sete seguranças da empresa, que já prestaram depoimento. Além disso, nove integrantes do MST foram ouvidos como testemunhas, para ajudar a polícia a identificar a autoria dos disparos.

No depoimento, os seguranças confirmaram a participação na tentativa de reintegração.

Eles teriam chegado à fazenda em um ônibus escolar na tarde de domingo, e fugido a pé após o tiroteio.

Em nota oficial, a Syngenta lamentou o caso, afirmou estar colaborando com as autoridades e afirmou que “a política global da companhia determina que não se use força ou armas para proteger suas unidades”.

**Impunidade agrava situação de trabalho escravo no Brasil** – Juliano Domingues (Radioagência NP) – Sítio Eletrônico do MST – 23/10/2007

De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), das aproximadamente 200 denúncias de trabalho escravo feitas anualmente no Brasil, menos da metade são averiguadas. A Instituição ainda afirma que a impunidade é o fator responsável pela perpetuação da prática.

Informações do próprio Ministério do Trabalho (MET) mostram que 48 das 192 empresas incluídas na “lista suja”, onde constam os empregadores que usam mão-de-obra escrava em suas propriedades do trabalho, nunca regularizaram sua situação e já são veteranas no cadastro federal. A integrante da CPT do estado do Pará, Ana de Sousa Pinto, explica como o mecanismo da “lista”, além de não ser cumprido, não é totalmente eficaz.

“Essa medida da inclusão de fazendeiros na chamada “lista suja” faz com que eles fiquem impedidos no prazo de dois anos de terem acesso à recursos públicos, só que depois de permanecer dois anos na “lista suja” e não tendo mais denúncias, eles voltam a receber os recursos, o que faz disso uma punição, mas que é relativa”.

Ana ressalta que o número de Grupo Móvel de Trabalho do MTE responsável pela fiscalização do trabalho escravo é pouco. Atualmente existem apenas oito em todo país.



Desde do ano dois mil, mais de 23 mil vítimas de trabalho escravo foram libertadas no País. No entanto a CPT e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), afirmam que a cada ano, quase 40 mil pessoas são mantidas em situação de escravidão no Brasil.

O código penal brasileiro estabelece pena de dois a oito anos de prisão para a prática de trabalho escravo. No entanto, Ana ressalta que nunca um fazendeiro foi preso devido à prática do crime.

### **Sociedade repudia invasão de propriedade por MST – Sítio Eletrônico da CNA – 24/10/2007**

Representantes da sociedade civil organizada, lideranças rurais, políticas e empresários participam nesta quinta-feira (25/10), em Cascavel, de ato público de repúdio à nova invasão da fazenda experimental da empresa Syngenta Seeds, localizada no município de Santa Tereza do Oeste, ocorrida na madrugada de domingo (21/10), e à manifestação de apoio do governo do estado aos invasores.

A propriedade foi reocupada por integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST). Em julho deste ano, o local tinha sido desocupado após diversas liminares que obrigaram o governo a cumprir a reintegração de posse.

Na ocasião, a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) será representada pelo coordenador da Comissão Técnica Estadual de Política Fundiária da entidade, Tarcísio Barbosa de Souza.

O ato de repúdio será promovido pelo Sindicato Rural de Cascavel em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Associação Comercial e Industrial de Cascavel (Acic), Clube dos Dirigentes Lojistas (CDL) e demais entidades representativas do município.

#### **Serviço:**

Local: auditório da Associação Comercial e Industrial de Cascavel (Acic) (Avenida Toledo, 247, centro)

Horário: 18h30

Data: 25/10/07 (quinta-feira)

### **Servidores da Funasa são reféns no Amapá – Estado de São Paulo – Nacional – 24/10/2007**

Desde segunda-feira à tarde oito funcionários da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Amapá são reféns dos índios tiriós, no Parque do Tumucumaque. Segundo a Funasa no Estado, os tiriós reivindicam o repasse da segunda parcela, R\$ 1,5 milhão, de convênio entre a Funasa e a Associação dos Povos Indígenas do Tumucumaque para ações básicas de saúde nas aldeias. Os índios exigem a presença do superintendente da Funasa, Gervásio Oliveira, para negociar.

Ele dava proteção à fazenda invadida domingo; ação deixou dois mortos

O proprietário da empresa NF Segurança, Nerci Freitas, foi indiciado ontem por homicídio doloso (com intenção de matar), formação de quadrilha, lesões corporais e tentativa de homicídio, depois de dar depoimento à Polícia Civil de Cascavel (PR). A empresa presta segurança na fazenda da multinacional Syngenta, em Santa Tereza do Oeste. A área foi invadida domingo por sem-terra e o confronto com seguranças deixou dois mortos e oito feridos.

No depoimento, Freitas contou que foi avisado por um dos funcionários sobre a ocupação da fazenda e ordenou que um suposto refém fosse resgatado e objetos da empresa que ficam na fazenda, recuperados. Freitas afirmou que os seguranças foram recebidos à bala. Na saída da delegacia, confirmou a versão dada à polícia. Ele negou que os funcionários estivessem “fortemente” armados. “Os funcionários voltaram ao local para tentar negociar, mas foram recebidos à bala. Não estavam fortemente armados.”

Freitas já responde a denúncia na Polícia Federal de Cascavel por porte ilegal de munições. O delegado da PF José Alberto Iegas entregou ontem cópia do inquérito à Polícia Civil. Segundo Iegas, em vistoria no dia 27 de setembro foram encontradas munições ilegais de diversos calibres na empresa. Na época, os agentes prenderem em flagrante a mulher de Freitas, Maria Ivanete. O delegado confirmou que a NF Segurança tem autorização para funcionar e também para usar armas.

Iegas aguarda posicionamento da Justiça para pedidos de busca e apreensão com o objetivo de aprofundar as investigações sobre ações da empresa. Entre as supostas irregularidades levantadas e que constam de um relatório está a contratação de seguranças com antecedentes criminais e outros que “nem mesmo têm capacitação e autorização para atuar como seguranças particulares”. O delegado não quis comentar mais detalhes, alegando que as investigações correm em segredo de Justiça.

Até agora, foram ouvidas 19 pessoas no inquérito sobre o confronto na Syngenta. “Esperamos concluir o trabalho policial dentro de 10 dias”, disse o delegado Amadeu Trevisan. Ontem, os sete seguranças presos segunda-feira fizeram exames de corpo de delito no Instituto Médico Legal de Cascavel.

Apesar do reforço policial na região, a tensão ainda é grande entre ruralistas e sem-terra. O representante da Ouvidoria Agrária do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Marco Aurélio da Rocha, visitou os sem-terra na Syngenta. “Estou impressionado com o clima de tensão”, disse o ouvidor. Ele afirmou que vai pedir a proteção aos trabalhadores que estariam sendo ameaçados por ruralistas. **COLABOROU EVANDRO FADEL**

**Julgamento de acusado de mandar matar freira é adiado** - Carlos Mendes – Estado de São Paulo – Nacional – 24/10/2007

O Tribunal de Justiça do Pará adiou ontem o segundo julgamento do fazendeiro Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, acusado de ser o mandante do assassinato da missionária americana Dorothy Stang. O julgamento estava marcado para amanhã, mas a defesa pediu mais tempo, alegando motivos de saúde. Segundo o juiz Raimundo Moisés Alves Flexa, ele deve ficar para o início do ano que vem, pois o cronograma deste ano já está fechado.

Dorothy foi morta aos 73 anos, em fevereiro de 2005, em Anapu, a 500 quilômetros de Belém. Ela foi atingida por 9 tiros em uma emboscada. Em maio, Vitalmiro foi condenado a 30 anos de prisão. Como a pena é superior a 20 anos, ele tem direito ao segundo julgamento.

O pistoleiro Rayfran das Neves Sales, o Fogoió, assassino da missionária, foi julgado novamente na segunda-feira e o júri manteve a sentença a 27 anos de prisão, dada em dezembro de 2005. A sentença foi lida quase à meia-noite, depois de mais de 15 horas de sessão. O pistoleiro alegou que foi ameaçado por Dorothy e a matou em “legítima defesa”.

Seu advogado, César Ramos, contou que pode pedir a anulação do julgamento de segunda-feira, pois dois dos sete jurados já tinham participado do primeiro julgamento de Vitalmiro. Ele ressaltou que só decidirá sobre o recurso depois de conversar com Rayfran, que ontem começou a cumprir a pena no Centro de Recuperação do Coqueiro, em Belém.

**FAMÍLIA** - O irmão de Dorothy, David Stang, ficou satisfeito com a condenação de Rayfran. “O que nós queremos é que a mesma justiça seja feita com a condenação dos fazendeiros Vitalmiro Moura e Regivaldo Galvão”, disse ele, que veio dos Estados Unidos para acompanhar o julgamento. Já foram condenados no processo o capataz Amair Feijoli e o pistoleiro Clodoaldo Batista. Regivaldo Pereira Galvão, o Taradão, segundo denunciado como mandante do assassinato, é o único que ainda não foi julgado.

Para Virgínia Moraes, uma das coordenadoras do Comitê Dorothy Stang, a mobilização vai continuar até o julgamento dos dois acusados de encomendar o crime. David Stang disse que acredita na Justiça brasileira e prometeu voltar com outros parentes nos próximos julgamentos. “Minha irmã foi morta porque queria fazer com que a lei acontecesse naquela região”, resumiu. Em Anapu, Dorothy tentava implantar um projeto de desenvolvimento sustentado com pequenos agricultores. Isso contrariava interesses de grandes fazendeiros, alguns acusados de grilagem e desmatamento.

**Sindicalista que liderou invasão de fazenda no Pará é morto a tiros** – Sílvia Freire –  
Folha de São Paulo – Brasil – 24/10/2007

### **Segundo diretor da Fetagri, vítima dizia ter recebido ameaças de fazendeiros**

Um líder da Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) do Pará foi morto a tiros ontem, em uma emboscada numa estrada vicinal próxima ao município de Dom Eliseu (466 km de Belém), na divisa com o Maranhão.

Segundo o delegado Fábio de Castro, que conduz as investigações, Manuel da Conceição Cruz Filho, 43, liderou a invasão de agricultores ligados à Fetraf a uma fazenda na região há cerca de três meses.

Para o delegado, ainda não é possível afirmar qual a motivação do crime. Os responsáveis não foram localizados.

Segundo uma testemunha que estava com Cruz Filho no momento da emboscada, eles estavam próximos da rodovia BR-222 quando pessoas escondidas dentro da mata atiraram contra eles. A testemunha, segundo a polícia, foi ferida e não conseguiu ver os atiradores.

Apesar de fazer parte do movimento, Cruz Filho não era agricultor. Segundo Castro, ele era dono de uma carvoaria e de uma borracharia no município.

Manoel Imbiriba, diretor da Fetagri (Federação dos Trabalhadores na Agricultura) do Pará e membro de um fórum de direitos humanos apoiado pelo governo do Estado, atribui o crime a disputas agrárias na região de Dom Eliseu.

Segundo ele, a vítima havia relatado ao fórum há um mês que sofria ameaças de fazendeiros. Cruz Filho era uma das lideranças de um grupo de trabalhadores acampados que reivindicava a posse de uma fazenda na região, segundo Imbiriba. Membros do fórum chegam à cidade hoje para apurar as circunstâncias do crime. A Folha não conseguiu falar com representantes da Fetraf.

Em junho, agricultores da Fetraf acampados em Cumaru do Norte (PA) foram agredidos por um grupo de encapuzados. Eles disseram que foram espancados com pedaços de pau, chicote e cabo de armas e que barracos foram queimados.

Colaborou **FELIPE BÄCHTOLD**, da Agência Folha

**Depois de mortes, sem-terra fecham acesso à fazenda** – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 24/10/2007

Após o conflito com seguranças que deixou dois mortos, os trabalhadores sem-terra montaram quase uma operação de guerra para isolar a fazenda experimental da empresa Syngenta Seeds, em Santa Teresa do Oeste (540 Km de Curitiba), invadida por eles no último domingo.

Arame farpado e quatro correntes protegem a fechadura do portão principal. Grupos de 20 trabalhadores fazem rondas ininterruptas pelos 127 hectares da propriedade.

Ninguém que não seja ligado ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) ou à Via Campesina entra no local. A **Folha** esteve ontem na entrada da fazenda, onde as marcas do tiroteio são visíveis. Nas grades do portão estão ao menos dez buracos de bala, além de duas bandeiras do MST penduradas. As janelas das guaritas foram despedaçadas. Dentro da guarita há sangue seco no chão e mais marca de tiros na parede. O líder dos sem-terra Valmir Mota de Oliveira, conhecido como Keno, 32, e o segurança que trabalhava na Syngenta, Fábio Ferreira, 25, morreram. Oito pessoas ficaram feridas. "Conhecemos nossos inimigos. Podemos ser atacados a qualquer hora", disse Brizola, que preferiu não dar o nome completo. Vestindo um colete camuflado, parecido com o usado pelo Exército, ele disse que estava na guarita no momento do tiroteio.

**Vale pede a Genro medidas contra MST** – Valor Econômico – Brasil - 24/10/2007

A Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) enviou ontem carta ao Ministro da Justiça, Tarso Genro, afirmando a "crença" de que o governo federal adotará medidas garantindo a retirada dos invasores do Movimento dos Sem Terra (MST) nas proximidades da Estrada de Ferro Carajás. Integrantes do MST invadiram a área nas proximidades do Km 851, no município de Parauapebas (PA), impedindo o fluxo do minério e interrompendo a circulação de trem de passageiros e de combustível para o Sul do Pará.

"Ante a prática pelo MST de atos atentatórios contra a Estrada de Ferro Carajás, que é uma concessão de serviço público de transporte ferroviário de cargas e de passageiros outorgada à CVRD pela União, buscou a Companhia a reintegração de sua posse na EFC perante a Justiça Federal, tendo o Juiz Federal Dr. Francisco de Assis Garcês Castro Júnior deferido a liminar de reintegração de posse, requisitando disponibilização de força policial federal a V. Exa., para cumprimento da ordem judicial", diz a carta.

A companhia explica no texto que em 19 de outubro um oficial de justiça esteve no local da ocupação e registrou que os manifestantes desocuparam os trilhos devido o acordo realizado com o governo estadual, que marcou uma audiência para os dias 24 e 25 de outubro com os governos estadual e federal, respectivamente. Mas, segundo a carta, os integrantes do MST "permanecem nas proximidades, ameaçando fazer novo bloqueio caso não sejam atendidas as suas reivindicações".

A Vale lembra no texto que obteve a informação que o MST será recebido por Genro amanhã para tratar de uma pauta de reivindicações - reforma agrária, luta contra o

imperialismo, reestatização da Vale e outros. Por isso enviou a carta relatando a crença que o governo federal vai atuar em favor da volta à normalidade na região.

O texto lembra que a CVRD anunciou recentemente que investirá US\$ 45,5 bilhões no Brasil, chegando a um total de cerca de 148 mil empregos próprios e terceiros em 2012. Os investimentos sociais para 2008 devem chegar a US\$ 260,3 milhões, aumentando em cerca de 42% em relação a 2007, de US\$ 183,3 milhões. Na área ambiental, entre 2008 e 2012, a projeção de dispêndio será de US\$ 1,8 bilhão. No Pará está investindo US\$ 20 bilhões chegando a um total de 68 mil empregos próprios e terceiros até 2012.

### **Dirigentes discutem documento base da Contag – Sítio Eletrônico da Contag – 25/10/2007**

Na tarde desta quinta-feira (25) os 715 delegados e delegadas que participam na II Plenária da Contag, em Luziânia (GO), se reuniram para aprovar pontos divergentes debatidos nos 11 grupos temáticos. Depois de dois dias reunidos em comissões, trabalhadores e trabalhadoras rurais deliberaram sobre temas que compõem o documento base da Contag, entre eles campanha de sindicalização para as mulheres, questões ambientais e reconhecimento das centrais sindicais. No total foram 25 itens que necessitaram do consenso do MSTTR.

Na manhã desta sexta-feira (26), os delegados e delegadas se reúnem de novo em plenária para concluir as votações e fazer as deliberações finais sobre a gestão política da Contag nos próximos dois anos. \*Agência Contag de Notícias

### **Confronto do MST com brigada fere 8 - Elder Ogliari e Angela Lacerda – Estado de São Paulo – Nacional – 25/10/2007**

Movimento tenta violar ordem judicial e é recebido com balas de borracha; dois sem-terra acabam hospitalizados

**Porto Alegre** - Militantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e soldados da Brigada Militar entraram em conflito ontem no Km 147 da BR-386, no limite dos municípios de Almirante Tamandaré do Sul e Sarandi, no noroeste do Rio Grande do Sul. Dois sem-terra que sofreram ferimentos no rosto, provocados por balas de borracha, foram levados ao Hospital Comunitário de Sarandi e liberados em seguida. Outros seis tiveram escoriações. O trecho da rodovia ficou fechado das 12h às 18h.

O confronto foi mais um capítulo da marcha que três colunas do MST fazem desde 11 de setembro rumo à Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, para pedir que o governo federal desapropriar 7 mil hectares.

Um dos três grupos, que estava acampado à beira da rodovia, avançou 7 quilômetros e fez menção de passar a ponte para entrar em Almirante Tamandaré do Sul, desafiando decisão de uma juíza que proíbe o ingresso das colunas do MST nos municípios da comarca de Carazinho. Oitenta soldados bloquearam a passagem.

Eles usaram bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha para manter os sem-terra afastados. Os participantes da marcha atiraram pedras e dispararam rojões. O conflito durou poucos minutos, mas o clima tenso permaneceu por toda a tarde. No fim do dia, os 300 militantes voltaram ao acampamento. “Eles não dão importância às decisões judiciais”, criticou o subcomandante da Brigada Militar, coronel Paulo Mendes. “Já percorremos mais de 300 quilômetros, sem nenhum incidente, porque a nossa marcha é pacífica”, disse um dos coordenadores do MST, Nilton Lima. Em Petrolina (PE), o MST bloqueou ontem, pela segunda vez em 24 horas, a BR-428.

**Região oeste é o foco dos problemas agrários no PR** - Miguel Portela e Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 25/10/2007

**Cascavel** - O embate entre seguranças e sem-terra, domingo, que causou duas mortes e deixou oito feridos na fazenda da Syngenta, em Santa Tereza do Oeste (PR), era uma tragédia anunciada diante da histórica tensão no oeste paranaense. A região deu origem ao Movimento dos Sem-Terra (MST) em Cascavel, em 1984, e concentra 12 acampamentos de trabalhadores rurais com cerca de 3,5 mil pessoas, segundo o MST.

“O oeste do Estado concentra os problemas agrários do Paraná”, afirmou Fiorinda Martins Moreira Pezzatto, chefe da Unidade Avançada do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Cascavel. “Nossa maior dificuldade é adquirir áreas para reforma agrária por causa da burocracia e da falta de legalização das propriedades”, explicou.

A pressão dos movimentos sociais contra o Incra é constante. Os ruralistas também pressionam os movimentos sociais. Há dois anos o presidente da Sociedade Rural do Oeste, Alessandro Meneghel, iniciou a política do revide: a cada invasão uma reação. Ontem a polícia ouviu os depoimentos dos líderes do MST e da Via Campesina, Celso Ribeiro Barbosa e Célia Aparecida Lourenço. Segundo eles, durante a ocupação, seis seguranças foram rendidos e suas armas apreendidas pelos sem-terra. Também disseram que o grupo foi liberado logo depois e afirmaram que entre 30 e 40 seguranças atiraram contra os sem-terra. Sete seguranças continuam presos. O proprietário da NF Segurança foi indiciado.

A Syngenta disse que espera a saída espontânea dos invasores. Integrante do MST disse que não há intenção de deixar o local.

**Sem-terra e polícia se confrontam no RS** – Folha de São Paulo – Brasil – 25/10/2007

**MST foi proibido pela Justiça de entrar em Almirante Tamandaré do Sul; nove pessoas acabaram feridas**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE - Integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do Rio Grande do Sul ficaram feridos ontem em confronto com a Brigada Militar, na BR-386, próximo a Almirante Tamandaré do Sul (315 km de Porto Alegre).

Os sem-terra foram proibidos pela Justiça de entrarem no município, que fica a 30 km de Coqueiros do Sul, para onde estão se dirigindo. Em Coqueiros do Sul, os sem-terra pretendem invadir a fazenda Guerra para pedir sua desapropriação.

Ao tentarem entrar em Almirante Tamandaré do Sul, os sem-terra foram impedidos pela Brigada Militar, que fez um cordão de isolamento. Ao persistirem, nove sem-terra acabaram atingidos por balas de borracha -nenhum com ferimentos graves.

Segundo a Brigada Militar, cerca 600 integrantes do MST bloquearam um trecho da rodovia, nos dois sentidos. O tenente-coronel Paulo Roberto Mendes disse que os manifestantes forçaram a entrada e foram contidos a apenas cem metros de ingressarem na cidade.

Três grupos de sem-terra estão caminhando desde setembro em direção a Coqueiros do Sul, passando por dezenas de municípios. Um grupo de cerca de 500 integrantes do MST chega hoje a Carazinho. A entrada no município também está proibida por decisão judicial.

Coordenador do MST, Nilton Lima disse que a Brigada Militar agiu com "truculência". Segundo ele, as famílias estavam seguindo em direção à fazenda Guerra "pacificamente".

O tenente-coronel Mendes negou a truculência. "Eles estavam forçando a barra e tentando entrar em um lugar para o qual não têm permissão."

**Polícia tenta identificar milícia que age no Pará** – Sílvia Freire – Folha de São Paulo – Brasil – 25/10/2007

**A autodenominada "Liga dos Camponeses Pobres" ameaçou fazendeiros e lavradores - Superintendente do Incra de Marabá, Raimundo Oliveira, diz que movimento surgiu no sul do Estado e exige a desapropriação de fazenda**

A Polícia Civil do Pará identificou uma milícia atuando no sudeste do Estado. Uma equipe da delegacia de Redenção (916 km de Belém) encontrou pessoas armadas e



encapuzadas na entrada de uma fazenda em Santa Maria das Barreiras (PA). O delegado Neldo Sena Ribeiro disse que o levantamento preliminar feito por policiais civis não conseguiu identificar a quem o grupo armado está ligado -se a fazendeiros ou se a pequenos agricultores.

No final de setembro, fazendeiros e funcionários de propriedades rurais de Santa Maria das Barreiras, vizinho a Redenção, relataram em boletins de ocorrência que grupos armados e encapuzados invadiram propriedades, mantiveram os trabalhadores sob ameaça e roubaram carros e armas dos seguranças. "Todas as hipóteses têm de ser levantadas. Mas essa milícia armada foi identificada", disse o delegado. "Não deu para identificar [a quem elas estão ligadas], pois foi um levantamento prévio."

Os policiais foram a campo na semana passada. Em relatório, eles dizem que na entrada da fazenda Colorado foram recebidos por oito pessoas que tinham motos e estavam armadas e encapuzadas. Elas perguntaram o que os policiais faziam no local e se eram conhecidos do dono da fazenda.

Perto da fazenda Manain os policiais relatam que um motorista que presta serviço de transporte disse ter sido abordado por um grupo armado quando levava mantimentos até a fazenda e que foi obrigado a se deitar no chão.

Em um dos boletins de ocorrência, o proprietário da fazenda Ninho da Garça, Tarcísio Lemos Andrade, diz que no último dia 22 de setembro foi abordado na fazenda por cerca de 50 homens armados que disseram fazer parte da Liga dos Camponeses Pobres e ter interesse na desapropriação da área. O fazendeiro disse ter ficado por 13 horas sob ameaça dos invasores. No mesmo dia, ele relata que o grupo invadiu a fazenda Soledade. A reportagem não conseguiu achar o fazendeiro.

Em outro boletim, um trabalhador da fazenda Manain diz que foi rendido por integrantes armados da Liga dos Camponeses Pobres e que foi levado com funcionários e seguranças da fazenda para a sede da propriedade, onde foram ameaçados.

A reportagem não conseguiu falar com nenhum representante da Liga. Segundo o superintendente do Incra de Marabá (PA), Raimundo Oliveira, o movimento está se organizando no sul do Estado e reivindica a desapropriação da fazenda Forquilha, da qual foram desmembradas informalmente as fazendas Manain, Ninho da Garça e Soledade, entre outras. Ele, no entanto, disse não ter sido informado dos ataques.

A promotora Rosângela Hartmann determinou que a Polícia Civil instaurasse inquérito policial para apurar possível ocorrência de crime comum. "Entendo que se trata de prática de crime comum, previsto no Código Penal, e não de ação de movimento agrário."

Anteontem, uma liderança da Fetaf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar) foi morto em uma emboscada em Dom Eliseu (PA). O movimento acusa fazendeiros de estarem por trás da morte.

**Ministério Público faz audiência para debater marcha do MST – Sítio Eletrônico do MST- 25/10/2007**

Uma audiência pública a ser realizada na tarde de hoje, dia 25, pretende debater o interdito proibitório na Comarca de Carazinho, o impasse sobre a marcha do MST e a possibilidade de desapropriação da Fazenda Coqueiros, norte do Rio Grande do Sul. A audiência será realizada às 14 horas na sede do Ministério Público Estadual, em Passo Fundo.

Na audiência pública organizada pelo Ministério Público Federal (MPF), devem estar presentes, além do MST, representantes da Casa Civil, da Secretaria de Especial Direitos Humanos, do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

As três colunas que integram a marcha do MST no Estado esperam que seja solucionado o impasse gerado pelo interdito proibitório impetrado pela juíza da 2ª Vara Cível de Carazinho, Marlene Marlei de Souza, que não permite o prosseguimento do protesto até a Fazenda Coqueiros. Uma das colunas, que estava acampada em Sarandi, tentou continuar a marcha na quarta-feira, mas foi impedida com violência pela Brigada Militar, que atirou balas de borracha e gases de efeito moral. Na ocasião, oito sem terras ficaram feridos.

Já a coluna com cerca de 600 famílias que estão acampadas na estrada que liga Passo Fundo a Pontão, dirige-se neste momento para a sede do MPE, em Passo Fundo. A terceira coluna se encontra em Vitor Graeff.

**Sem-terra vão decidir hoje se levam adiante marcha no RS – Folha de São Paulo – Brasil – 26/10/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM PORTO ALEGRE - O Ministério Público Federal se reuniu ontem, em Passo Fundo (280 km de Porto Alegre), com integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e da Farsul (Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul), que representa os produtores rurais, para negociar o fim da marcha em direção à fazenda Guerra, em Coqueiros do Sul (315 km de Porto Alegre).

Hoje os integrantes do movimento decidem se retornarão aos seus assentamentos ou se continuarão a caminhada até a fazenda Guerra. O objetivo do encontro era impedir que nos próximos dias ocorram conflitos entre ruralistas e sem-terra. Três grupos do MST estão caminhando pelo interior do Estado desde o mês passado, em direção à fazenda, para fazer ato de protesto pedindo sua desapropriação. Dois dos três grupos estão perto de Coqueiros do Sul, mas ontem eles permaneceram em acampamentos em áreas próximas às cidades de Carazinho e Almirante Tamandaré do Sul.

Nestas duas localidades, a Justiça proibiu a entrada dos sem-terra. O terceiro grupo de manifestantes permanece em Passo Fundo.

**Manifestação** - Ainda em Passo Fundo, o Ministério Público Federal fez uma audiência com representantes do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) para discutir a situação da fazenda Guerra.

Durante a audiência, cerca de 80 integrantes do movimento, segundo a Brigada Militar, fizeram manifestação com carros de som. Os policiais bloquearam a rua de acesso ao prédio do Ministério Público.

**Entidades movem ação contra Requião** - Miguel Portela – Estado de São Paulo – Nacional – 27/10/2007

Conflito agrário na Syngenta e o não-cumprimento de reintegrações de posse motivaram iniciativa

As entidades classistas de Cascavel (PR) decidiram mover duas ações coletivas, por improbidade administrativa e prevaricação, contra o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB). Motivam a iniciativa o conflito na fazenda experimental da Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste - que deixou um sem-terra e um segurança mortos no último domingo -, e o não-cumprimento de ordens de reintegração de posse.

A decisão foi tomada anteontem, durante encontro na Associação Comercial e Industrial de Cascavel (Acic), que reuniu os principais líderes ruralistas do oeste paranaense. Ao final, foi acatada a sugestão da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) de mover as duas ações contra a pessoa física de Requião, não contra o Estado.

“Pretende-se responsabilizar o governador pelos danos ao patrimônio, praticado por integrantes do Movimento dos Sem-Terra (MST) e Via Campesina e pelo não-cumprimento das ordens de reintegração de posse”, disse o advogado e presidente da subseção de Cascavel da OAB, Luciano Braga Cortês.

De acordo com levantamento da Federação da Agricultura do Paraná (Faep), o Paraná tem hoje 86 propriedades invadidas pelos movimentos sociais. “Todas têm mandados de reintegração de posse, mas sem o cumprimento”, disse Tarcísio Barbosa de Sousa, coordenador fundiário da Faep. “Quem lidera todos os desmandos do campo hoje e o responsável pelas mortes ocorridas na Syngenta se chama Roberto Requião.”

O presidente da Sociedade Rural do Oeste (SRO), Alessandro Meneghel, fez um discurso mais comedido. “Lamentamos as mortes ocorridas. Ninguém quer a guerra no campo, mas também não podemos ficar de braços cruzados.” Hoje a Via Campesina e os movimentos sociais de todo o Paraná realizam um ato ecumênico e político lembrando a morte do líder do MST e da Via Campesina Valmir Mota de Oliveira. Além dele, o segurança Fábio Ferreira, 25 anos, morreu no confronto de domingo.

**REAÇÃO** - Escalada pelo governo, a Secretaria da Segurança Pública do Paraná reagiu à decisão por nota. “A OAB-Paraná é uma ferrenha defensora dos direitos humanos. Portanto, é absurda a postura divergente e particular da entidade em Cascavel quando tenta inocentar e proteger um bando de pistoleiros travestidos de seguranças.”

Para a secretaria, acusar o governo de omissão “é buscar inocentar pistoleiros”. O órgão está reunindo declarações de Meneghel para propor ação civil pública e pedir a extinção da Sociedade Rural do Oeste do Paraná. **COLABOROU EVANDRO FADEL**

**Centro especial vai apurar conflitos** - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Nacional – 27/10/2007

O secretário da Segurança Pública do Paraná, Luiz Fernando Delazari, determinou que, a partir de agora, conflitos no campo não sejam mais investigados por delegados municipais, mas pelo Centro de Operações Policiais Especiais, de Curitiba. Ontem, a instituição já começou a apurar o caso de Santa Tereza do Oeste, onde houve duas mortes. Policiais militares serão treinados para trabalhar com a questão agrária.

O anúncio foi feito após sugestão do ouvidor agrário do Inca, Gercino José da Silva Filho, que ainda solicitou ao Estado que peça na Justiça a criação de uma Vara Agrária ou a designação de um magistrado para analisar os conflitos no campo. O coordenador do MST no Estado, Roberto Baggio, também participou da reunião. “Na medida em que se reúnem investigações das polícias Civil, Militar, Federal e do Ministério Público é possível elucidar o caso e punir os responsáveis.”

**Reserva ainda é palco de conflitos** – Folha de São Paulo – Ciência – 27/10/2007

**DA REDAÇÃO** - Com uma área de 1,7 milhão de hectares, boa parte deles em área de campos naturais -propícios para agricultura e pecuária-, a Terra Indígena/Raposa Serra do Sol ainda é palco de conflitos, dois anos após ter sido homologada pelo governo. Na reserva, identificada em 1993 como área indígena, vivem 15 mil índios das etnias macuxi, taurepangue, ingaricó, uapixana e patamona. No entanto, agricultores não-índios se instalaram na região nos anos 1990 e criaram cidades na vizinhança ou dentro da reserva. A sede do município de Uiramutã, por exemplo, está totalmente dentro da área indígena. Conflitos entre índios e arroteiros (que contam com apoio de políticos de Roraima) arrastaram o processo de homologação, que só foi finalizado em abril de 2005. Os arroteiros continuam se recusando a sair da área.

**Campo se arma e acirra conflito agrário** - João Carlos Magalhães, Sílvia Freire, Matheus Pichonelli, Simone Iglesias, Fábio Guibu E Cristiano Machado – Folha de São Paulo – Brasil – 28/10/2007

**Aumento da violência entre ruralistas e sem-terra teve saldo de três mortes só na semana passada no Pará e no Paraná**

**Empresas de segurança assumem o papel de polícia e desocupam propriedades; milícias invadem fazendas e fazem ameaças a ruralistas**

DA AGÊNCIA FOLHA - Fazendeiros e sem-terra acirram a disputa armada no conflito agrário no Brasil. Empresas de segurança assumem o papel da polícia e desocupam propriedades rurais invadidas no Paraná. Grupos encapuzados e fortemente armados servem como espécie de equipe precursora de sem-terra invasores no Rio Grande do Sul.

"Jagunços" são contratados a R\$ 50 por dia em Pernambuco para proteger usinas de açúcar. No Pará, milícias armadas montam guarda na entrada de fazendas. O saldo desse acirramento, somente na semana passada, foi de três mortes. Começou no último domingo, quando um sem-terra e um vigilante morreram durante tiroteio após invasão da fazenda da multinacional suíça Syngenta Seeds, na região de Cascavel (PR).

Na terça-feira, um líder sem-terra foi morto a tiros em emboscada em Dom Eliseu (PA). Manuel da Conceição Cruz Filho, da Fetraf (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), havia liderado invasão de terra três meses antes.

**Terceirização** -O confronto entre militantes da Via Campesina e do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e vigilantes da fazenda da Syngenta em Cascavel ainda evidenciou a "terceirização" do serviço de despejo de propriedades rurais invadidas.

A segurança da fazenda era feita pela empresa NF Segurança, cuja atuação -após as duas mortes- é alvo de inquérito da Polícia Federal.

Outro registro oficial da atuação da NF em ação de despejo ocorreu em abril, em Lindoeste (PR). Alessandro Meneghel, presidente da Sociedade Rural do Oeste, confirma que, a pedido do dono da fazenda, mandou seguranças retirarem cerca de 120 sem-terra do local.

O delegado José Iegas, da Polícia Federal em Cascavel, diz que o uso de empresa privada para fazer despejos é "inteligente" porque o mandante "pode dizer que foram os seguranças que se excederam" e se eximir da responsabilidade.

"Eles [sem-terra] estão se preparando [para o conflito]. E nós também", diz o ruralista Meneghel. "Continuaremos defendendo as propriedades, porque o governo do Estado não faz isso."

No Pará, o Sindicato Rural de Redenção (916 km de Belém) comunicou ao Ministério da Justiça na semana passada a ação de milícias armadas -compostas de 15 a 60 homens- que estariam invadindo propriedades e ameaçando fazendeiros no sudeste do Estado. A Polícia Civil apura o caso.

Na avaliação de Rosângela Hanemann, presidente do sindicato de proprietários, "os movimentos sociais estão se militarizando e criando verdadeiras guerrilhas". Outra denúncia de uso de armas por sem-terra está sendo investigada no Rio Grande do Sul. A Brigada Militar (a PM gaúcha) afirma que invasões do MST no Estado são precedidas pela atuação de um grupo de homens armados e encapuzados que expulsam funcionários das propriedades e abrem caminho para militantes do movimento, desarmados. O MST nega.

**Jagunços** - No Estado de Pernambuco, dois tipos de segurança rural predominam -a legalizada, formada por integrantes de empresas especializadas, e as informais, formada por "jagunços", que fazem ações por até R\$ 50 por dia.

Neste ano, o Ministério Público do Estado já flagrou a presença de jagunços em duas fazendas. Foram apreendidos quatro revólveres, uma espingarda e munição. Quatro pessoas foram presas.

Entre os sem-terra, não há registro do uso de armas em Pernambuco. Em São Paulo, a coordenação do MST no Pontal do Paranapanema (oeste do Estado) afirma que fazendeiros da região mantêm seguranças "prontos para agir" em casos de invasão.

Desde novembro do ano passado, quatro incidentes envolvendo armas de fogo foram registrados na região. A UDR (União Democrática Ruralista) nega que haja milícias ali.

**Grupo de elite do MST prepara as invasões no RS** – Simone Iglesias – Folha de São Paulo – Brasil – 28/10/2007

Com base em investigações e depoimentos de testemunhas, a Agência de Inteligência da Brigada Militar detectou a atuação de uma espécie de grupo de elite do MST, armado e encapuzado, durante invasões de fazendas no interior do Rio Grande do Sul. O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) nega.

Segundo a Brigada Militar, grupo de aproximadamente dez homens armados faz batidas antes das invasões, geralmente de madrugada, para expulsar caseiros, capatazes ou famílias que estão no local.

Esse grupo foge do local antes de, algumas horas mais tarde, chegarem os ônibus com famílias de sem-terra -carregando instrumentos de trabalho como enxadas e foices- para a invasão propriamente dita.

Um tenente da Brigada Militar, que preferiu não se identificar, afirmou que a polícia não consegue deter o grupo armado porque as propriedades invadidas são de difícil acesso, o que dificulta o flagrante. Segundo ele, os homens chegam armados com revólveres e espingardas, mas também pegam armas dos fazendeiros e capatazes.

A presença desse grupo armado passou a ser investigada neste ano, a partir do relato de testemunhas. A atuação do grupo de elite limpa o terreno e facilita a entrada dos invasores, segundo a polícia, e ainda permite que os representantes do movimento digam que a tomada da fazenda foi feita por famílias desarmadas.

O modus operandi descrito pela Agência de Inteligência é rejeitado pelo MST. O movimento nega que atue dessa forma ou que pessoas ligadas ao movimento entrem com armas de fogo nas fazendas. Os conflitos entre polícia, ruralistas e sem-terra vêm se acentuando no Estado neste ano. Ficaram feridos 33 sem-terra, 8 policiais e nenhum ruralista.

**Conflito no Paraná expõe trajetórias de vida opostas** – João Carlos Magalhães – Folha de São Paulo – Brasil – 28/10/2007

### **Disputa fundiária contrapõe as histórias de dois líderes**

O fazendeiro Alessandro Meneghel, 42, nasceu em família de fazendeiros, casou-se com filha de fazendeiro e ajudou a fundar, aos 13 anos, a Sociedade Rural do Oeste, entidade ruralista de Cascavel (PR) da qual é presidente.

O sem-terra Valmir Mota de Oliveira, 32, o Keno, nasceu em família de sem-terra, uniu-se a uma sem-terra e entrou no MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) aos dez anos, quando o pai, semi-analfabeto, tentava sustentar os outros 13 filhos, entre adotados e biológicos.

As trajetórias opostas de Keno e Meneghel, dois dos principais líderes que a disputa fundiária no oeste do Paraná produziu, são a imagem do conflito agrário na região, cujo cenário atual foi forjado com a criação, em 1984, do MST -num encontro de sem-terra de 12 Estados em Cascavel.

Keno, o sem-terra, morreu no último domingo, em tiroteio com vigilantes da fazenda experimental da multinacional suíça Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR). Por ser presidente da sociedade ruralista, Meneghel é acusado, por militantes sem terra, de ter ordenado o ataque -ele nega.

"Meu pai, um homem honesto, chegou aqui na década de 1970, e abriu todo esse campo", diz Meneghel, enquanto dirige uma camionete Mitsubishi L200 de R\$ 90 mil e aponta para a sua fazenda de 5.000 hectares, onde planta feijão, milho e trigo e colhe rendimento de cerca de R\$ 1,2 milhão anuais.

Sua família já tinha uma usina de cana-de-açúcar em Bandeirantes (PR), quando seu pai comprou a terra. Nunca foi invadida, ele diz, "por causa da nossa fama de bravos". Em Cascavel, Meneghel é tido como extravagante, falastrão e violento, capaz de, por exemplo, entrar em uma boate à cavalo atirando. "É tudo lenda", afirma. Mas ele assume que tem coleção de 12 armas e que responde a pelo menos cinco processos penais. Sua filha se formou dentista e casou com um agrônomo -que já trabalha na fazenda de Meneghel. O filho estudou na Suíça, cursa administração de empresas em Londrina (PR) e deve assumir parte dos negócios da família. Os nomes dos dois estão tatuados nos pulsos de Meneghel.

Se dependesse da vontade de Keno, seus filhos Vladimir e Carlos Eduardo, que têm menos de dez anos, também darão continuidade a seu trabalho. "Ele sempre dizia que queria que os meninos fossem educados com as idéias do movimento", diz sua viúva, Íris de Oliveira. Eles se conheceram em Açailândia (MA) em 1998, para onde ele tinha ido ajudar a organizar militantes sem-terra. Desde os 18, não trabalhava com o pai. Ela gostou do que lhe pareceu um "um homem com um sonho, uma vontade muito grande de Justiça". "Eu vou continuar o que ele deixou. E os meninos também."

Texto Anterior: [Grupo de elite do MST prepara as invasões no RS](#)  
Próximo Texto: [Ato: Sem-terra lembram morte de líder e pedem saída de empresa](#)  
[Índice](#)

### **Sem-Terra Lembram Morte de Líder e Pedem Saída de Empresa - Folha de São Paulo – Brasil – 28/10/2007**

Integrantes da Via Campesina e de outros movimentos sociais participaram de ato ecumênico ontem na fazenda da multinacional Syngenta Seeds, em Santa Tereza do Oeste (PR). A celebração religiosa se transformou num ato de protesto contra a morte de Valmir da Mota Oliveira, o Keno, morto em confronto com seguranças há uma semana. Os sem-terra protestaram e voltaram a pedir a saída da multinacional do Brasil.

### **Sem-terra e servidores organizam ato em AL – Estado de São Paulo – Nacional – 29/10/2007**

Centenas de servidores públicos, sem-terra e profissionais liberais caminharam ontem pela orla de Maceió para protestar contra violência, impunidade, crime organizado e "inoperância" do governo de Alagoas. Desde o início do ano, as principais categorias do serviço público (educação, saúde e segurança pública) estão ou estiveram em greve. Além das bandeiras e faixas, os manifestantes carregavam cruzeiros, que simbolizavam as mortes de trabalhadores no campo e na cidade.



**Ministério volta a fiscalizar e resgata 90 trabalhadores** – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 29/10/2007

**Há duas semanas, grupos do Trabalho retomaram ação de combate à escravidão - Fiscalização é feita em Mato Grosso, Pará e Maranhão, onde blitzes encontraram condições de trabalho degradantes em fazendas**

Apenas duas semanas após o Ministério do Trabalho retomar as atividades dos grupos móveis de combate ao trabalho escravo, 90 trabalhadores já foram resgatados em operações realizadas em três Estados. Os grupos ficaram parados 22 dias, pela primeira vez desde 1995, quando foram criados.

No Pará, onde a Folha acompanhou blitz a uma fazenda em Breu Branco (376 km de Belém), ocorreram duas fiscalizações em Novo Repartimento (487 km da capital) que retiraram 25 pessoas de duas fazendas. Uma das operações ocorreu na fazenda Serra Dourada. Teve início no dia 19 e só terminou na semana passada. O grupo encontrou 23 pessoas em situação análoga à escravidão.

"Eles estavam alojados em barracos feitos com galhos de madeira e cobertos com lona sem proteção lateral. Não havia água nem condições higiênicas. O dono tinha ainda um armazém e os trabalhadores estavam endividados", afirmou a auditora Diana Rocha. Já na fazenda Boa Esperança, a 50 km dali, Rocha e a equipe resgataram também um roçador e uma cozinheira sem registro que estavam morando em barracos.

Uma outra fiscalização aconteceu em Santa Luzia (MA), em uma propriedade de pecuária para corte, e terminou no último sábado. O grupo móvel encontrou quatro adolescentes de 13 a 17 anos entre os contratados pelo empregador para construir cerca e plantar sementes de capim.

O grupo considerou "péssimas" as condições de trabalho e moradia no local. Foram retirados da propriedade, chamada Santa Rosa, 45 pessoas em condição análoga à de escravos. Além de não ter água potável na fazenda, a alimentação era precária e não havia nenhuma condição de higiene, segundo afirmaram os fiscais.

O grupo móvel ainda verificou o endividamento dos trabalhadores com dois "gatos" (arregimentadores de mão-de-obra escrava) em uma cantina, onde eram vendidos alimentos e equipamentos de trabalho superfaturados, como botas, chapéus, roupas e até máquinas de plantar sementes.

Todos os trabalhadores foram encaminhados para as cidades de origem e foram incluídos no seguro-desemprego. Entre verbas rescisórias e indenizações por danos morais, receberam cerca de R\$ 120 mil.

**Escrava** - Em Mato Grosso, o grupo móvel resgatou 20 trabalhadores da fazenda Boa Sorte, em Porto dos Gaúchos (796 km de Cuiabá). Entre os libertados, havia uma mulher que atuava no preparo da terra para o pasto e nas construções de cercas.

Segundo o auditor Benedito Lima, que comandou a operação, as pessoas estavam alojadas de forma improvisada havia três meses em um galpão sem instalações sanitárias. No mesmo local, disse, eram armazenados sacos de ração, produtos agrícolas e equipamentos.

Nenhum possuía registro profissional. Dois funcionários da empresa acabaram presos por porte e posse ilegal de arma. A Polícia Federal apreendeu cinco armas. Após a ação, os trabalhadores foram levados para Juara, onde ficaram em um hotel pago pela empresa, que arcou com a rescisão e o pagamento das verbas trabalhistas: cerca de R\$ 90 mil.

#### **Denúncias são escassas, diz coordenadora – Folha de São Paulo – Brasil – 29/10/2007**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BREU BRANCO - Coordenadora de um dos grupos móveis há cinco anos, Virna Soraya Damasceno, 49, diz que já viu até "gata" -mulher responsável por arregimentar mão-de-obra escrava- em suas incursões.

"Era lá no Maranhão. A mulher mandava em tudo. Ficava só lá no barraco dando ordem, mandando buscar o trabalhador tal e todo mundo obedecia. Tinha uma outra que gritava, ameaçava, obrigava a lavar a roupa dela, cuspiam na comida dos funcionários e fazia eles comerem."

Em dez anos visitando fazendas para averiguar denúncias de trabalho escravo pelo país, Damasceno diz que nunca teve medo "devido ao aparato policial" que a acompanha e que em todo esse tempo jamais recebeu ameaça "nem verbal nem velada".

Reclama, no entanto, que o processo de combate ao trabalho escravo ainda é lento. "O trabalhador não denuncia porque tem medo. Ainda são poucas as denúncias e elas não chegam ao grupo móvel. Outro problema é a localidade da fazenda. Quando não há informante, é difícil. No Pará, em Mato Grosso, é uma dimensão enorme."

Em relação à polêmica em torno da Pagrisa no Senado, Damasceno diz que as acusações de que há excessos nas blitzes são "absurdas", "uma forma de denegrir a atuação do fiscal". "A auditoria vê se o trabalhador está em condição degradante, constata se há provas", diz. "O grupo vai onde o Estado não funciona, onde há ausência do poder público."

**Fiscais Pararam Após Interferência de Senadores** – Folha de São Paulo – Brasil – 29/10/2007

Após embate travado com senadores, os grupos de fiscalização do ministério ficaram parados 22 dias, desde 24 de setembro. Em julho, 1.064 trabalhadores da usina Pagrisa, no Pará, tiveram os contratos rescindidos após fiscais considerarem que eles se encontravam em situação análoga à escravidão. A usina recorreu ao Senado, que instaurou comissão de oito senadores para averiguar as rescisões. Cinco foram até a fazenda e soltaram nota contestando a fiscalização. As ações foram suspensas e só retomadas em 15 de outubro, após a pasta anunciar parceria com a AGU.

**Grupo roda atrás de "escravos", mas só encontra armas** – Thiago Reis – Folha de São Paulo – Brasil – 29/10/2007

**Após percorrer 700 km para verificar denúncia em fazenda do Pará, fiscais apontam irregularidades em alojamentos e em registros**

DA AGÊNCIA FOLHA, EM BREU BRANCO (PA) - Depois de rodar 18 horas e 700 km em pistas de terra e estradas esburacadas, o grupo de fiscalização móvel chegou à conclusão de que não havia trabalho escravo na fazenda Segredo, em Breu Branco (376 km ao sul de Belém, no Pará), apesar de ter encontrado armas e irregularidades nos alojamentos na propriedade.

Após a suspensão das atividades, em 24 de setembro, em protesto contra a suposta interferência de senadores na ação de fiscais, era a primeira vez que a equipe coordenada pela auditora Virna Damasceno (uma das oito que formam o grupo de fiscalização móvel do Ministério do Trabalho) saía a campo para apurar denúncia.

A **Folha** acompanhou os fiscais. Foram dois dias de viagem. A quinta-feira começou com uma concentração em um hotel de Marabá. Nove policiais rodoviários federais do Núcleo de Operações Especiais, seis auditores-fiscais e a reportagem se encontraram às 7h para sair em direção a Breu Branco -mais de 250 km de chão.

Enquanto as seis picapes eram preparadas, a coordenadora do grupo móvel tentava contato com o X-9 (o delator da denúncia), que havia fugido da fazenda e era o único capaz de indicar o caminho. Sem conseguir localizá-lo pelo telefone, a alternativa foi guiar-se a partir da descrição dada por ele à CPT (Comissão Pastoral da Terra). O comboio só saiu às 10h15.

Após quatro horas de viagem, foi feita uma parada para pedir informações a um dono de bar, que não soube indicar a direção. Parecia intimidado com a presença das carabinas táticas semi-automáticas, das pistolas e do fuzil portados pela equipe.

Às 14h45, o grupo móvel entrou em uma estrada de terra e seguiu até encontrar um posto de reflorestamento, como havia relatado o X-9, mas, ao contrário do que prometiam as indicações dele, não havia nenhuma entrada à esquerda.

Eram 18h, e a equipe considerou o dia encerrado. No segundo dia, o grupo saiu de Goianésia do Pará às 7h30. Foi preciso rodar sete horas para achar a propriedade, seguindo um caminho alternativo sugerido pelo informante.

No local, havia só nove trabalhadores, e não os 30 descritos na denúncia -oito deles sem registro. Os policiais entraram na frente. Foram recebidos por José Maria de Andrade, 55, que negava ser o "gato" (arregimentador de mão-de-obra) relatado pelo X-9.

Havia três pequenas casas de madeira. Só um banheiro para todos, do lado de fora. Os policiais acharam duas espingardas calibre 20 -com as quais o X-9 disse ter sido ameaçado- e várias armas artesanais.

De resto, nada que configurasse trabalho análogo à escravidão: só irregularidades "sanáveis", segundo os fiscais. A equipe seguiu para a madeireira do dono da terra, em Tailândia, a pouco mais de 100 km.

Lá, só estava a mulher dele. Recebeu a notificação e o ultimato: tinha três dias para empregar de fato os trabalhadores ou pagar a rescisão dos contratos. "Meu marido vai registrar."

Os profissionais THIAGO REIS e BRUNO MIRANDA viajaram na picape do Ministério do Trabalho

### **Fiscalização resgata 43 de condição degradante em MT e PA – Sítio Eletrônico da Contag – 30/10/2007**

Desde sexta-feira (19), o grupo móvel de fiscalização do governo federal resgatou 43 pessoas do trabalho degradante: em Novo Repartimento (PA), na região sudoeste paraense, 23 trabalhadores foram localizados e, em Porto dos Gaúchos (MT), no norte do estado, a equipe encontrou mais 20 pessoas. Entre as 23 pessoas encontradas em condição degradante na Fazenda Serra Dourada, localizada no Pará, dois eram adolescentes. Um deles tem 15 anos e o outro registra 17. A propriedade fica a 45 km do centro de Novo Repartimento e os primeiros trabalhadores chegaram ao local há dois meses. O empregador, Seleone Carlos de Moura, vai pagar cerca de R\$ 33 mil em dívidas trabalhistas.

De acordo com a auditora fiscal Diana Rocha, que coordenou a operação, os resgatados não tinham registro na carteira de trabalho e foi constatado atraso no pagamento dos salários. "Eles recebiam, mas não a integralidade, por conta de dívidas na cantina. Também não havia data certa para receber", conta. Nem todos, completa a auditora, tinham um dia de descanso semanal, o que é garantido por lei. Participaram do grupo móvel o procurador Eder Sivers, do Ministério Público do Trabalho (MPT) e representantes da Polícia Federal.

Ainda de acordo com o relato dos integrantes do grupo móvel, os trabalhadores estavam alojados em quatro barracos de lona e palha e dois barracos de madeira. Todos dormiam em redes e, para beber, lavar roupa e tomar banho, utilizavam a água de um pequeno córrego que passa no local. O grupo de resgatados foi submetido, nesta segunda-feira (22), ao exame médico demissional. Nesta quarta-feira (24), o pagamento dos direitos trabalhistas devidos está sendo concluído. Eles devem agora voltar para suas cidades de origem, todas no estado do Pará.

**Mato Grosso** - Em Porto dos Gaúchos, a Fazenda Boa Sorte mantinha 20 de seus 34 empregados em situação de trabalho degradante. O proprietário Olavo Demari Weder possui seis mil cabeças de gado na Boa Sorte. Segundo o auditor Benedito de Lima e Silva, coordenador da ação, o fazendeiro mora em Sorriso (MT) e teria outras 16 propriedades no mesmo estado.

Benedito relata que os resgatados faziam o roço do pasto para o gado e sofriam ameaças durante a jornada de trabalho. Duas mulheres que cozinhavam para o grupo também foram encontradas em quadro degradante. Segundo Benedito, eles eram ameaçados. Quem não trabalhasse direito, conta, corria o risco de sofrer agressões físicas. "Os trabalhadores disseram que existe uma pessoa que chegou a apanhar, mas que ela já tinha ido embora da fazenda", declara. Ele ressalta, no entanto, que não havia cantina - estabelecimento em que os trabalhadores costumam contrair dívidas depois descontadas do salário - nem formas de cerceamento da liberdade.

Em média, os resgatados estavam há três meses na Fazenda Boa Sorte, sem registro em carteira. Também havia desconto ilegal dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) fornecidos. Havia três alojamentos: seis pessoas estavam em dois barracos de lona - um casal e mais quatro pessoas. As outras 14 pessoas dormiam em um grande galpão, dividindo espaço com agrotóxicos, calcário, ração de animais, máquinas e utensílios agrícolas. Nenhum dos alojamentos possuía instalações sanitárias.

Nesta quarta-feira (24), será feito o pagamento de verbas rescisórias e de direitos trabalhistas aos resgatados. Olavo Weder vai desembolsar em torno de R\$ 90 mil. O procurador do trabalho Raulino Maracajá Filho, presente na operação, deverá solicitar que o fazendeiro assine um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), em que se comprometerá a melhorar as condições de trabalho e alojamento da fazenda. O procurador está otimista porque "desde o primeiro momento o empregador se mostrou disposto a negociar". A maioria dos trabalhadores é de cidades vizinhas. Alguns são originários do Maranhão, Paraná e Piauí, mas foram contratados na própria região. \*Fonte: site Repórter Brasil

**Servidores da Funasa viram reféns em MT** – Estado de São Paulo – Nacional – 30/10/2007

Onze funcionários da Fundação Nacional de Saúde são reféns, desde quinta-feira, de índios do Parque Nacional Indígena do Xingu (MT). Eles protestam contra a exoneração do chefe do Distrito Sanitário Especial Indígena do Xingu, Jamir Ferreira. No domingo, a enfermeira Marli Delazari foi libertada para socorrer um índio, mas terá de voltar à Aldeia Pavuru, conforme acordo com os. O coordenador estadual da Funasa, Marco Antonio Santangerlin, se reúne hoje com os índios e deve suspender a exoneração.

**Suspeitos de matar sem-terra são soltos** – Estado de São Paulo – Nacional – 30/10/2007

Os sete seguranças presos sob a acusação de envolvimento na morte de um sem-terra durante a invasão da fazenda da Syngenta em Santa Tereza do Oeste (PR), dia 21, vão responder ao processo em liberdade. Ontem à tarde a juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel, Sandra Regina Bittencourt Simões, concedeu o relaxamento de prisão dos acusados. Segundo a juíza, não há provas, até agora, de que algum deles tenha matado o sem-terra. O relaxamento das prisões revoltou os movimentos sociais.

**Seguranças serão soltos no paraná** – Folha de São Paulo – Brasil – 30/10/2007

A Justiça mandou soltar os sete seguranças presos após confronto armado que deixou dois mortos (um sem-terra e um vigilante) na fazenda experimental da multinacional Syngenta Seeds, no dia 21, em Santa Tereza do Oeste (PR). As mortes ocorreram na terceira invasão da área por sem-terra.

**Ameaça  proteção do consumidor e das guas** - Ada Pellegrini Grinover, Antonio Herman Benjamin e Fabio Feldmann – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 31/10/2007

Em tempos de aquecimento global e valorizao do consumidor, a Câmara dos Deputados caminha para aprovar, hoje, uma nova Lei do Parcelamento do Solo Urbano, que retrocede, de maneira dramática, nas principais conquistas da atual legislao ambiental e do Código de Defesa do Consumidor (CDC). No atacado, são louváveis os objetivos do PL 3.057 naquilo que pretende facilitar a regularizao dos denominados “assentamentos informais”, isto é, favelas e cortiços de todo o País. Muitos desses aglomerados urbanos estão localizados em áreas ambientalmente protegidas, nas margens de reservatórios de abastecimento público, como a Billings e a Guarapiranga.

O PL é realista, já que inviável a remoção pura e simples dessas verdadeiras cidades, construídas, por falta de opção, à margem da lei. Deveria, no entanto, seguir dois critérios filosóficos: a distinção entre passivo urbanístico-ambiental e loteamentos futuros; e evitar que a flexibilização dos requisitos legais aproveite a loteadores de alto padrão que, por cobiça, aterraram nascentes, destruíram rios e desmataram na calada da noite.

Os bons propósitos do PL, contudo, foram atropelados por uma série de dispositivos que, pegando carona no forte apelo social de seu conteúdo, acabaram, por pressão de poderosos lobbies, sendo incorporados ao texto. O paradoxo dessas “inovações” é que em nada ampliam ou melhoram a proteção da população pobre e dos sem-teto. Ao contrário, promovem verdadeira contra-revolução no CDC e na legislação ambiental. Os riscos dessas mudanças ambientais ganham dimensão nacional quando se sabe que municípios estão declarando como área urbana ou de expansão urbana a totalidade de seu território! Em outras palavras, um PL que seria, em tese, aplicável apenas às cidades acaba por incidir sobre todo o município, afastando, no que com ele conflitar, o Código Florestal e outras normas ambientais.

De cara, o PL anistia todos os condomínios civis (seriam os do Lago Paranoá, em Brasília?) e clubes de campo (os “ranchos” construídos ilegalmente às margens dos principais rios e reservatórios do País, inclusive no Pantanal) em situação irregular. Não satisfeito, passa uma borracha também nos crimes dos loteadores de luxo que ocuparam e desmataram matas ciliares, amparados em licenças municipais expedidas, irregular e astuciosamente, por invasão de competência própria da autoridade estadual. Além disso, na contramão da tendência de fortalecimento das chamadas Áreas de Preservação Permanente (APPs), o PL admite sua privatização e incorporação ao perímetro do lote, algo vedado na legislação atual. A prevalecer a nova regra, surgirão os lotes-APP e, a partir daí, a legalização da construção de muros que quebrem a continuidade de dunas, matas ciliares, manguezais e restingas.

No caso de rios e reservatórios, o PL reduz a faixa mínima de mata ciliar dos atuais 30 para 15 metros, admitindo, como se o retrocesso já fosse pouco, que o Plano de Bacia Hidrográfica possa ir além e dispensar inteiramente essas exigências, com isso liberando as construções até o início da lâmina d’água. Mais preocupante ainda é a mudança que se faz na forma de cálculo da metragem das matas ciliares. Já não serão medidas a partir do “nível mais alto em faixa marginal” dos rios e reservatórios, como previsto hoje no Código Florestal. A contagem será “a partir de suas margens”, o que implicará redução gigantesca das matas ciliares das regiões de alagados, inviabilizando que sejam protegidos em sua totalidade. Aí está o Pantanal, formado por milhares de riachos e córregos que se encaixam como uma luva na nova definição do PL.

Para completar o desmonte da legislação ambiental, o PL cria, ainda por falta de clareza de sua redação, a licença urbanístico-ambiental tácita, por simples decurso de prazo. Como se não bastasse, seu artigo 3º afasta, pela via transversa, todas as resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), não escapando nem as que protegem os ecossistemas mais vulneráveis. Ou seja, a partir da aprovação do PL, o Conama, cujas normas formam o coração da legislação ambiental, continuará a reger todo o setor produtivo, menos os loteadores.

Finalmente, sumiram todos os requisitos ambientais, previstos em versões anteriores do PL, para regularização fundiária de favelas. Isso quer dizer que, se nenhuma exigência consta da lei, nem há referência a normas do Conama, a urbanização de ocupações informais ficará inteiramente ao talante da autoridade municipal.

Mais diretos e gritantes são os retrocessos no CDC, aprovado por unanimidade no Congresso e que até hoje, nos seus quase 20 anos, nunca foi alterado para pior. Pois o PL modifica, em profundidade, a sistemática atual, consolidada na jurisprudência do STJ, de devolução das prestações pagas, na hipótese de o consumidor, mesmo que por desemprego ou enfermidade, desistir do negócio. A vencer a proposta em votação, o consumidor só terá direito à devolução após a venda do imóvel pelo loteador (verdadeira condição potestativa) e, ainda assim, no mesmo número de parcelas pagas. Ou seja, se o consumidor pobre tiver pago 120 parcelas mensais de R\$ 50 por um lote popular, receberá a devolução em dez anos! Mas não é só. O PL também busca dificultar a tutela judicial do consumidor, ao prever, ao oposto do CDC, que a ação civil do consumidor nunca poderá ser proposta no seu domicílio, sendo competente apenas o foro da localização do imóvel.

É politicamente injustificável pegar carona num projeto de lei, elaborado a pretexto de salvar os vulneráveis, para nele se incluam dispositivos que tiram ou reduzem direitos a eles já garantidos. Espera-se que o relator do PL 3.057, deputado Renato Amary - empresário moderno da construção civil e experiente administrador municipal - possa encontrar inspiração para esse tema no ex-deputado Geraldo Alckmin, do mesmo PSDB, que foi um dos principais responsáveis pela existência do CDC.

**Ada Pellegrini Grinover, professora da Faculdade de Direito da USP, é presidente da Comissão de Juristas que elaborou o CDC. Antonio Herman Benjamin, ministro do STJ, é membro da Comissão de Juristas que elaborou o CDC. Fabio Feldmann, ex-deputado federal, foi secretário de Meio Ambiente do Estado de São Paulo**

**MST protesta contra Syngenta por morte de líder - Brás Henrique – Estado de São Paulo – Nacional – 31/10/2007**

Militantes cercam escritório da multinacional em Ribeirão Preto; assassinato aconteceu dia 21, no PR

Mais de cem militantes do Movimento dos Sem-terra (MST) fizeram um protesto ontem em frente ao prédio onde está instalado um escritório da multinacional Syngenta Seeds, em Ribeirão Preto (SP). Durante pouco mais de duas horas, o grupo protestou contra a morte do militante da Via Campesina Valmir Mota de Oliveira, ocorrida no interior do Paraná em 21 de outubro. “Essa é uma denúncia contra o assassinato do nosso companheiro”, disse o advogado do MST, Paulo Freire.



Com faixas e cartazes, os manifestantes gritaram frases de protesto, pedindo justiça contra a impunidade. O ato integra a campanha “Fora Syngenta do Brasil”, do MST, segundo a diretora estadual do movimento, Kelli Mafort.

Anteontem a Justiça concedeu o relaxamento da prisão de sete seguranças acusados de envolvimento na morte do líder sem-terra na fazenda da Syngenta, em Santa Tereza do Oeste (PR). Eles vão responder ao processo em liberdade. A juíza da 1ª Vara Criminal da Comarca de Cascavel, Sandra Regina Bittencourt Simões, alegou que deixar em liberdade os seguranças não representa perigo à ordem pública nem o acirramento dos ânimos entre trabalhadores rurais e fazendeiros.

Segundo ela, não há provas, até agora, de que algum deles praticou o homicídio. Foram beneficiados Alexandre Magno Almeida, Fabiano dos Santos, Rodrigo de Oliveira Ambrosio, Marcelo Victor Stieven, Vanderlei Rirardi, Wanderlei Machado e Alexandre de Jesus.

O relaxamento das prisões revoltou os movimentos sociais. A organização não-governamental Terra de Direitos divulgou uma nota, alegando que “é absolutamente inadmissível e desprovida de fundamento a medida tomada pela Justiça”.

**MARCHA** - Em Porto Alegre, o MST decidiu suspender temporariamente o deslocamento de três colunas de militantes que marcham desde o dia 11 de setembro rumo à Fazenda Coqueiros, em Coqueiros do Sul, no Rio Grande do Sul. As marchas têm como objetivo pressionar o governo federal a desapropriar a área, de 7 mil hectares, para assentamento de 500 famílias.

“Vamos dar um voto de confiança ao Ministério Público Federal”, disse uma das coordenadoras das marchas, Irma Ostroski, referindo-se ao pedido que o MST recebeu na quinta-feira, da procuradora da República Patrícia Muxfeldt, para desmobilizar as colunas por alguns dias, pelo menos até o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) sinalizar se vai conseguir cumprir a promessa de adquirir 20 mil hectares para a reforma agrária no Estado ainda em 2007. O MST espera nova audiência com o MPF e o Incra, no dia 6 de novembro, para decidir se retoma ou desmobiliza as marchas.

A decisão também obedece a liminar da juíza Marlene Marlei de Souza, da Comarca de Carazinho, que impede sem-terra de marchar por Carazinho, Santo Antônio do Planalto, Coqueiros do Sul, Almirante Tamandaré do Sul e Chapada. Os sem-terra se aproximaram dessas cidades, anunciaram que descumpriam a ordem, mas recuaram.

**COLABOROU ELDER OGLIARI**

**Prorrogada prisão de 15 por fraude na Funasa** - Loide Gomes – Estado de São Paulo – Nacional – 31/10/2007

A Justiça Federal de Roraima prorrogou a prisão temporária de 15 das 31 pessoas detidas na Operação Metástase, realizada na semana passada pela Polícia Federal para combater fraudes em licitações na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) do Estado. Entre os acusados que permanecem na cadeia estão o ex-coordenador da entidade Ramiro Teixeira e os empresários Zacarias Castelo Branco e Francisco Assunção Mesquita, apontados como chefes da organização criminosa.

Segundo o delegado da Superintendência da Polícia Federal em Roraima, Ivan Herrero Fernandes, a Justiça negou o pedido de prorrogação da prisão de apenas um acusado. “A medida foi tomada para que os presos possam ser reinquiridos a respeito de informações obtidas por meio dos documentos apreendidos na operação e para determinar a participação de cada um na organização e ainda se trabalhavam como bando ou quadrilha.”

O advogado de Teixeira prepara pedido de habeas-corpus junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília. O advogado Paulo Camilo, que defende Zacarias, pretende revogar a prisão na Justiça Federal de Roraima. Já o advogado de Mesquita, Bernardino Dias, disse que ainda estuda o caso.

Teixeira foi exonerado do cargo de coordenador e a Funasa está sob intervenção. O grupo teria provocado rombo de R\$ 34 milhões nos cofres públicos. A maior parte do dinheiro desviado tinha origem em emendas coletivas da bancada de Roraima ao orçamento, assinadas pelos três senadores e oito deputados do Estado.

**Em 15 dias, Grupo Móvel resgatou 88 trabalhadores escravizados** – Sítio Eletrônico do MST – 31/10/2007

Nos 15 dias em que retomou as ações, o Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), resgatou 88 trabalhadores em situação de escravidão. No Maranhão foram 45 pessoas, no Pará, 23 e em Mato Grosso, 20.

Os auditores fiscais ficaram parados por 23 dias, porque a libertação de 1.800 trabalhadores na Fazenda Pará Pastoril Agrícola (Pagrisa), no Pará, no dia 2 de julho, foi questionada judicialmente pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), por entidades patronais e uma representante da Ordem dos Advogados do Brasil no estado.

“Foi um questionamento legal às instituições que compõem o Grupo Móvel. Até que essa situação fosse resolvida e que fosse garantida a total independência dessas instituições na sua atuação, nós não retornamos ao trabalho”, explicou o coordenador nacional do Grupo de Fiscalização Móvel do MTE, Marcelo Campos.

Os auditores voltaram ao trabalho depois que um termo de cooperação foi assinado pelo Ministério do Trabalho e a Advocacia-Geral da União (AGU). Para a presidente do

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Sinait), Rosa Maria Jorge, foi uma medida salutar, porque impede a interferência de um outro poder nas ações do grupo móvel.

"Os auditores ficam sem muita proteção jurídica, pois a atuação do grupo é balizada pela lei. Tudo que os auditores fazem é aquilo que já está predeterminado na norma. Quando é colocado em cheque o seu trabalho, é preciso que haja uma retaguarda de proteção jurídica para as ações da fiscalização. O convênio com a AGU trouxe mais tranquilidade aos auditores".

Rosa Maria Jorge disse que o resultado da atuação nesses dias demonstra a importância do Grupo Móvel. "Em duas semanas ele já libertou quase 90 pessoas em condição análoga a escravidão. Isso para nós tem um significado de que não é possível parar um trabalho que tem dado certo e trazido a dignidade de milhares de trabalhadores brasileiros".

Segundo o coordenador nacional do Grupo de Fiscalização Móvel do MTE, Marcelo Campos, a Convenção 81 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) garante a independência dos auditores fiscais nas atuações.

"O convênio firmado com a AGU foi fundamental para garantir uma atuação imediata para resguardar as competências dos auditores fiscais e também das outras instituições que compõem o grupo", afirmou.

Os trabalhadores resgatados têm direito a receber seguro-desemprego, alimentação, hospedagem e transporte aos locais de origem.

Fonte: Clara Mousinho, da Agência Brasil

<b>Coordenador</b> Sergio Leite	 <b>Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura</b>
<b>Pesquisadores</b> Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei	 <b>Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade</b> UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
<b>Assistentes de Pesquisa</b> Karina Kato e Silvia Zimmermann	Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003
<b>Secretária</b> Diva de Faria	Telefone: 21 2224 8577 – r. 214 Fax: 21 2224 8577 – r. 217 Correio eletrônico: oppa@ufrj.br Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda

Apoio

